



SALVAGUARDA

PATRIMÓNIO, HISTÓRIA E CULTURA
SANTIAGO DO CACÉM

N.º ²⁰²⁵ 2



SALVAGUARDA

PATRIMÓNIO, HISTÓRIA E CULTURA
SANTIAGO DO CACÉM

N.º ²⁰²⁵ 2

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Santiago do Cacém (CMSC, Portugal)

PROJETO

Divisão de Cultura e Desporto | Serviço Municipal de Bibliotecas e Arquivo | Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Luísa Gomes | José Matias

COLABORAM NESTE NÚMERO

António Gonçalves Ventura | Ilídio Martins | João Farinha
Mónica Martins | José Matias | Luís Cruz | Mercedes Prieto

REVISÃO DE TEXTO

Ivone Pereira Bento

REVISÃO DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Irina Santos

CONCEÇÃO GRÁFICA

Helena Soares

MONTAGEM E PAGINAÇÃO

Weblime - Creative Studio

PRODUÇÃO GRÁFICA

Gráficas Muriel S.A.

ISSN

2975-8793

DEPÓSITO LEGAL

515603/23

TIRAGEM

300

CONTACTOS

Câmara Municipal de Santiago do Cacém | Arquivo Municipal

Rua Eng.º Costa Serrão, n.º 25

7540-185 Santiago do Cacém

arquivomunicipal@cm-santiagocacem.pt

ÍNDICE

PÁG. 7
EDITORIAL

PÁG. 9
A EMPRESA DE CONCENTRADOS DE ALVALADE – S.A.R.L. 1960 - 1973:
CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO (I)

António Gonçalves Ventura

PÁG. 67
PLANO DE REGA DO ALENTEJO – SUBPROJECTO DE SANTIAGO DO CACÉM

Ilídio Martins

PÁG. 87
RESERVA NATURAL DAS LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E DA SANCHÁ:
UM REFÚGIO DE BIODIVERSIDADE E DESCOBERTA

João Farinha e Mónica Martins

PÁG. 125
CARROS CANTADORES E CARRETAS NA REGIÃO DE SANTIAGO DO CACÉM

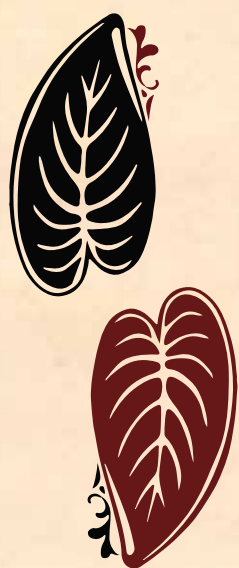
José Matias

PÁG. 149
"VOZES AO ALTO"

Luís Cruz

PÁG. 193
A VALSA MANDADA

Mercedes Prieto





EDITORIAL

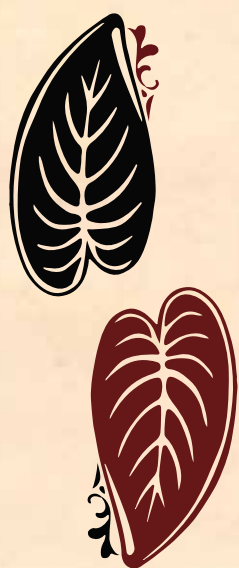
*Sónia Gonçalves
Vereadora da Cultura
Câmara Municipal de
Santiago do Cacém*

O Património Cultural e Natural do Concelho de Santiago do Cacém é uma herança valiosa, para a qual importa definir e implementar políticas culturais e de conservação da natureza que visem a preservação e a proteção do património material e imaterial, bem como, dos recursos naturais e da biodiversidade, promovendo a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade.

A revista “Salvaguarda: Património, História e Cultura de Santiago do Cacém”, vem dar maior expressão a algumas temáticas da História e do Património concelhios, contribuindo para a sua divulgação junto de investigadores, estudantes e público em geral. O conhecimento científico é determinante quer para a valorização e preservação do património, quer para o desenvolvimento social.

O segundo número desta revista multidisciplinar deve-se ao contributo de distintos Investigadores que aceitaram o desafio que lhes foi colocado pelo Município e que com o rigor científico que caracteriza os seus trabalhos, nos permitem um olhar diversificado e uma reflexão sobre o nosso património, de modo a melhor compreendermos a nossa identidade.

Sónia Gonçalves





António Gonçalves Ventura

antonio.g.ventura2@gmail.com

**A EMPRESA DE CONCENTRADOS DE ALVALADE - S.A.R.L. 1960 – 1973:
CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO (I)**

RESUMO

Construída no início da década de 60 do século XX, a Empresa de Concentrados de Alvalade constituiu um polo de desenvolvimento assinalável, não apenas para a freguesia de Alvalade do Sado, onde foi fundada, mas também para uma região mais vasta, pela dinâmica que criou na cultura do tomate no distrito de Setúbal e parte ocidental do centro do Alentejo, contribuindo ainda para a fixação de mão-de-obra na região através da criação de emprego, minimizando os efeitos de um dos maiores surtos migratórios de que há registo em Portugal. Na década de 60, a média do decréscimo da população das freguesias rurais de Santiago do Cacém situa-se nos 30,6%, enquanto Alvalade perdeu apenas 5,9%.

Com uma produção modesta nos primeiros anos, com fruto adquirido nas proximidades, principalmente nas margens da Ribeira de Campilhas, a partir de meados da década de 60 já produzia mais de 8 mil toneladas anuais de concentrado e estendia a sua ação às ribeiras de Fragosa, Alvito, Daroal, Figueira e Rio Sado, em cujas margens promoveu o desenvolvimento da sua própria produção através do arrendamento de propriedades.

ABSTRACT

Built at the beginning of the 60s of the 20th century, the Alvalade Concentrates Company constituted a notable development hub, not only for the parish of Alvalade do Sado where it was founded, but also for a wider region, due to the dynamics it created in the tomato cultivation in the district of Setúbal and the western part of central Alentejo, also contributing to the retention of labor in the region through the creation of jobs, minimizing the effects of one of the largest migratory outbreaks of which there is registration in Portugal. In the 1960s, the average decrease in the population of rural parishes in Santiago do Cacém was 30.6%, while Alvalade lost only 5.9%.

With modest production in the first years with fruit acquired nearby, mainly on the banks of Ribeira de Campilhas, from the mid-1960s onwards it produced more than 8 thousand tons of concentrate per year and extended its action to the rivers of Fragosa, Alvito, Daroal, Figueira and Rio Sado, on whose banks he promoted the development of his own production through the leasing of properties.

PALAVRAS-CHAVE

Pesca | Agricultura | Alimentação | Identidade | Sustentabilidade

KEYWORDS

Fishing | Agriculture | Alimentation | Identity | Sustainability



NOTA PREAMBULAR

O presente artigo não pretende abranger todo o período de laboração da Empresa de Concentrados de Alvalade, S.A.R.L. (ECA), nem tão pouco todos os aspetos com ela relacionados no período que constitui o objeto de estudo definido. Razões que se prendem com o reduzido espaço para o texto, aliadas ao facto de muita da informação contida no extenso espólio existente no Arquivo com ela relacionado ainda estar condicionada no que respeita a consulta pública, impedem a realização de um trabalho exaustivo sobre os múltiplos aspetos da vida interna da fábrica, deixando essa tarefa para estudos posteriores por parte de quem se interesse pelo assunto.

Assim sendo, limitar-nos-emos a um espaço temporal reduzido apenas ao período anterior ao 25 de Abril de 1974, dando particular relevância ao setor produtivo na área da transformação e à relação da Empresa com os produtores e outras entidades com ela relacionadas.

Por outro lado, procuraremos enquadrar a construção da Empresa num contexto mais alargado, visto tratar-se de um período de alterações significativas observadas em várias áreas da vida nacional. Consideramos que a construção da fábrica, assim como a evolução da sua produção, devem ser compreendidas num contexto mais vasto, no qual a acumulação de uma série de fatores, quer internos, quer externos, criou novos desafios mas também sérias dificuldades nos ajustamentos necessários à adaptação a novas realidades económicas, sociais e políticas, que se vinham desenvolvendo por toda a Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Uma sucessão de acontecimentos na década de 50 viriam a culminar em 1958 com a candidatura do General Humberto Delgado pela oposição. Impossibilitado de fiscalizar nas urnas o ato eleitoral e sendo presos de seguida vários dos seus apoiantes, o processo viria a ser sujeito a fraude eleitoral em benefício de Américo Tomás, o candidato do regime (fraude que também aconteceu em Santiago do Cacém e Santo André)¹, originando greves e manifestações de protesto em Lisboa e por quase todo o Sul do país, nas quais terão estado envolvidas cerca de 60.000 pessoas. Como afirmou Mário Soares, *"Apesar da repressão, Humberto Delgado transformou-se num símbolo, numa bandeira de revolta – e nada voltou a ser como era antes! Havia agora um ponto de referência"*².



Mas se o ano do "*Furacão Delgado*" constituiu uma referência para a oposição enfrentando nas urnas o escrutínio popular e incentivando à luta contra a ditadura, teria de imediato como resposta alguns reajustamentos no aparelho repressivo e o aumento da brutalidade pela polícia política contra qualquer tipo de manifestação contrária ao regime. Só entre 1 de maio e 31 de dezembro de 1958 terão sido presas 1013 pessoas, entre as quais elementos das comissões de Delgado, e também vários funcionários do Comité Central do Partido Comunista Português, "*dois dos quais da Comissão Política, oito da direção intermédia e onze de casas clandestinas*"³. A repressão feroz continuou nos anos seguintes, sendo 1961 mais um ano profundamente marcante: iniciou-se com o assalto ao barco Santa Maria e terminou com o assalto ao quartel de Beja. Pelo meio deu-se a eclosão da guerra colonial e a continuação das prisões políticas no continente, também extensíveis às colónias.

Mas não só do ponto de vista político se observou uma nova fase na viragem da década de 50 para a década de 60. Do ponto de vista económico-social, os anos 1960-1961 também deram início a uma nova fase, quer no que respeita à concentração de capitais nas indústrias e no setor financeiro, quer no que toca ao intervencionismo do Estado, nomeadamente nos planos de fomento, planos que também tiveram impacto significativo no tema aqui tratado. Apesar de retardado comparativamente com os países mais avançados da Europa, Portugal começava a dar sinais de algum dinamismo, principalmente no setor da indústria transformadora, na qual se inscreve a produção de concentrados de tomate, dinamismo a que a integração de Portugal na (E.F.T.A) não seria alheio⁴. Sendo certo que a participação de Portugal neste organismo criou condições para o tão necessário desenvolvimento industrial do país, ainda com um peso demasiado assente numa agricultura de características tradicionais, esta integração acentuava, e tornava mais visível, o desnível salarial praticado em Portugal relativamente aos países europeus mais desenvolvidos, constituindo a causa principal para despoletar um dos maiores surtos migratórios que levaram ao despovoamento dos campos em algumas zonas do país, mas com efeitos também consideráveis nos meios urbanos. A população portuguesa, que contabilizava 8.441.312 pessoas em 1950, cresceria para 8.851.288 em 1960, descendo para 8.617.640 dez anos depois. Sendo notório um crescimento significativo na década de 50, tal crescimento seria interrompido na década de 60 em resultado de diversos fatores, alguns dos quais de importância relevante para o tema central deste artigo, nomeadamente a emigração como anteriormente referido.



Na verdade, apesar da guerra colonial despoletada em 1961 ter absorvido muitos jovens, seria a emigração o fator principal que constituiu a grande purga de população ativa que procurou melhores condições de vida nos países com economias mais desenvolvidas, nomeadamente em França e na Alemanha, países onde se observou uma industrialização mais acelerada e uma consequente melhoria nos salários, comparativamente aos praticados em Portugal. Esta debandada de população ativa na década de 60 veio acrescentar problemas aos já existentes num país ainda fortemente ruralizado e, consequentemente, economicamente atrasado, preocupação digna de registo em quase todos os relatórios semestrais sobre o *"Estado das Culturas e Previsão das Colheitas"* do Instituto Nacional de Estatística, durante toda a década de 60. No relatório de julho de 1966, a falta de mão-de-obra apresenta-se *"em quase todas as regiões alarmante, pela falta de braços e consequente subida de preço dos salários. (...) É nas regiões ao Norte do Tejo que mais se faz sentir a falta de mão-de-obra e a alta de preços da jorna"*⁵.

Foi também na década de 60 que Portugal se tornou um país atrativo no que respeita ao investimento estrangeiro, não apenas por mostrar uma maior abertura ao exterior através da participação nas negociações para a entrada na EFTA desde os finais da década de 50, mas também pelo estabelecimento de acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), e BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento). Este conjunto de circunstâncias internas, ao qual não passariam despercebidos os ainda baixos salários praticados e o controlo da disciplina dos trabalhadores pelo poder político, faria com que o investimento estrangeiro em Portugal apresentasse um aumento significativo desde os finais da década de 50 até aos alvares do 25 de Abril de 1974. Em 1973, ascendiam a cerca de 2.700 as empresas com participação de capital de unidades multinacionais, ou por elas controladas.

Paralelamente, o sector industrial também apresenta uma modernização assinalável durante este período. Apesar de no início da década de 60 ter sido interrompida a fase de crescimento da década anterior, o sector industrial iria reconhecer um novo alento em meados da década, resultante do Plano Intercalar de Fomento (1965-67), cujo teor considerava prioritária a industrialização como motor da economia do país, remetendo a agricultura para segundo plano e lançando as bases para a política industrial marcelista nos finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 do século XX.



No entanto, nem mesmo este clima de repressão política e de tensão social generalizada durante a governação marcelista, conseguem impedir a emergência de um conjunto de transformações significativas a partir dos inícios da década de 60, e é neste contexto de mudança que devemos compreender o desenvolvimento da indústria de concentrado de tomate em Portugal, e nela, a construção da Empresa de Concentrado de Alvalade (S.A.R.L.)

Vejamos, em relance, alguns aspetos relacionados com a evolução das preocupações com a indústria de concentrados de tomate no período que constitui o objeto de estudo deste artigo.

1. A INDÚSTRIA DE CONCENTRADOS DE TOMATE EM PORTUGAL

A indústria de concentrados de tomate em Portugal teve início na região ribatejana, mais propriamente na Chamusca, onde viria a ser construída a primeira fábrica nos finais dos anos 30 do século XX, a (SPALIL - Sociedade de Produtos Alimentares Luso-Italiana)⁶. As potencialidades do solo da região, a abundância de água e o clima favorável, terão incentivado um grupo de agricultores da Chamusca ao investimento nesta área com capitais e mão-de-obra portugueses e tecnologia italiana. Contudo, a indústria transformadora de concentrados manterá uma produção residual até à década de 50, altura em que fatores de ordem interna e externa, despertaram um maior interesse no investimento nos concentrados. Segundo a FIT (Fomento da Indústria do Tomate), *"no campo restrito do concentrado de tomate, foi ela a primeira unidade do país construída segundo as diretrizes traçadas pela Comissão Reorganizadora da Indústria de Conservas e Derivados de Frutas e Produtos Hortícolas, pelo que poderá ser apontada como verdadeira fábrica piloto para a indústria de concentrados de Tomate"*⁷.

Em 1950, William Livessy, cidadão inglês que, cerca de três anos antes tinha instalado em Oran uma grande e moderna fábrica para exportação de concentrado, requeria aos serviços portugueses *"se haveria possibilidade de instalar em Portugal uma fábrica de conservas, numa região em que a cultura do tomate seja abundante, durante o período de maio a setembro, podendo precisar de uns 25.000 Kgs de tomate diários"*⁸. Segundo o requerente, nos últimos dois anos o mercado interno francês absorvia o fruto como *"primeurs"*, situação agravada pela importação de tomate pela Alemanha, pouco sobrando para



a indústria conserveira, para além do encarecimento do produto, tornando inviável a laboração das fábricas locais.

Obtidos os pareceres positivos da parte da Junta Nacional de Frutas e da Direção Geral dos Serviços Industriais, estes chamam a atenção do interessado para a necessidade de autorização do Ministro da Economia, não colocando quaisquer objeções sobre as quantidades de fruto exigidas. A Junta informa que *“no Ribatejo, nosso principal centro de produção de tomate para uso industrial, as fábricas de concentrado de tomate só encontram satisfatório abastecimento de matéria prima desde fins de julho ou princípio de agosto, a meio ou fim de outubro. Noutras regiões produtoras de tomate (Algarve e região de Setúbal), há possibilidade de obtenção de tomate para uso industrial bastante mais cedo, sendo, porém, parte importante da produção normalmente colocada a preços relativamente elevados nos mercados onde é transacionada para consumo em fresco. Quanto ao montante das necessidades diárias, que o interessado calcula numas 25 toneladas, não pode esta quantidade considerar-se difícil de conseguir em qualquer das nossas regiões importantes produtoras de tomate, desde que em devido tempo seja organizada a campanha de compras aos produtores”*⁹.

Pelo conteúdo da resposta confirma-se que, por esta altura, o Ribatejo era o principal produtor de tomate; que a produção de 25 toneladas diárias solicitada não oferecia quaisquer problemas; mas que a matéria prima só poderia ser garantida a partir dos fins de julho ou princípios de agosto, e não a partir de maio como solicitado. Informa ainda que a antecipação da produção apenas poderá ser conseguida em geografias diferentes, ou seja, na região de Setúbal e no Algarve. Isto é importante, na medida em que desperta a atenção dos investidores (e do próprio Estado), no sentido da aceleração do desenvolvimento da cultura do tomate mais para Sul, onde o clima permite antecipar o amadurecimento dos frutos, sabendo-se que as primeiras novidades, mesmo que não sejam as de melhor qualidade e não direcionadas para transformação, serão sempre as que proporcionam melhores preços.

Lembremos que, entretanto, estava em construção a Barragem de Campilhas, concluída pouco depois em 1954, e que poucos anos antes, em 1948, tinha sido criada a Comissão Reorganizadora da Indústria de Conservas e Derivados de Frutas e Produtos Hortícolas,¹⁰ de cuja Comissão foi presidente o Dr. António



Maria Pinto Barbosa, mais tarde Ministro das Finanças, e que dessa Comissão também fez parte Manuel da Costa Braga na qualidade de representante dos industriais de tomate e relator dos estudos sobre a indústria do tomate. Posteriormente viria a ser nomeado gerente-delegado da Empresa FIT.

Em 1957, Costa Braga, já na qualidade de gerente-delegado da Empresa FIT (que acaba de ser constituída e cujas instalações já então em construção na Herdade da Pernada, freguesia da Marateca, concelho de Palmela), solicita ao Estado que lhe seja concedido um subsídio de 4.000 contos para consecução de um plano com vista *“à preparação do concentrado de tomate para exportação, sendo esses produtos preparados pelos processos mais higiénicos e da mais moderna técnica (...). Esta unidade (segundo Costa Braga), quando inteiramente completada, terá a capacidade de produção de 4 toneladas de concentrado de tomate de 28/30% de resíduo seco, por hora, o que corresponderá a uma produção, por campanha, de umas 4.000 toneladas de concentrado, adentro do normal dumas 1.000 horas de trabalho útil, por estação. Uma tal capacidade de produção representa a absorção de umas 24.000 a 25.000 toneladas de tomates-frutos, os quais, por sua vez, necessitarão de uma área de plantação de uns 800/850 hectares de terras, o que dá uma imagem da grandeza de uma tal unidade de indústria agrícola”*¹¹.

Depreende-se que o requerente propunha consumir as diretrizes resultantes dos estudos efetuados pela referida comissão, da qual fez parte e foi relator, nomeadamente no que respeita às potencialidades que o país tinha para o desenvolvimento da cultura deste fruto mais a Sul, não só para a produção, mas também da transformação segundo as mais modernas técnicas existentes a nível internacional, sem receio da concorrência estrangeira.

Em 1961, precisamente no primeiro ano de laboração plena da ECA, a Génia, Lda (Grande Empresa Nacional de Importação da América), solicita autorização ao governo português para aquisição de instalações industriais para o fabrico de concentrados, sumos e massas de tomate. Segundo o conteúdo dos dois requerimentos de Génia Ld.^a (...), de 2 e 8 de março de 1961, respetivamente, *“têm por objetivo o pedido de certidões do parecer e proposta que instruem o processo referente à aquisição, por intermédio da Delegação Comercial do Ultramar, dos equipamentos destinados à produção de concentrados de tomate para os colonatos de Limpopo e do Cunene, cuja autorização*



foi autorizada por V. Exa. em 14 de janeiro último por despachos (...)”¹². O processo é extenso (19 páginas e alguns quadros intercalados), e suscita dúvidas por parte do Ministério do Ultramar com a efetivação da adjudicação, porque “fica a convicção de que prejudicaria o interesse do Estado”.

No entanto, e a propósito dos equipamentos a utilizar, o requerimento da Empresa Génia contém informação de interesse para o tema central aqui tratado: a Empresa de Concentrados de Alvalade. No resumo dos documentos entregues pela Génia datados de 10 de março de 1961, o qual consta de 20 pontos, nas considerações finais e a propósito da ausência de um sistema descontínuo na fábrica, refere-se que “Uma firma portuguesa, **a Empresa Alvalade, que, no ano findo iniciou a laboração com o sistema contínuo, reconheceu pela experiência da primeira campanha o erro que cometera e já no ano corrente vai instalar o sistema descontínuo**, embora de marca diferente da que representamos”¹³. No despacho datado de 13 de janeiro de 1961, e a respeito da linha de fabrico da STROL, é dito que “representa um verdadeiro progresso nestes equipamentos introduzindo um sistema contínuo de concentração com o qual se consegue um produto de mais alta qualidade, por as temperaturas de concentração serem mais baixas. **Este novo tipo foi lançado no mercado em 1959 e no ano findo instalou-se em Portugal a primeira linha, na Empresa de Concentrados de Alvalade**”¹⁴.

Em março de 1962, a FIT (Fomento da Indústria do Tomate), publicou um texto que contempla os procedimentos a aplicar pelos produtores de tomate. Tendo iniciado a sua atividade industrial em 1957, a FIT decidiu localizar a instalação para concentrados de tomate em Pernada, freguesia da Marateca, procurando, desta forma, dar cobertura a todo o distrito de Setúbal e parte ocidental do centro do Alentejo no que respeita às boas práticas a seguir na monocultura do tomate num espaço onde se estava a desenvolver essa produção, “um guia ligeiro quanto à forma como será conveniente que a plantação do tomate se continue a desenvolver na região, para bem da produção agrícola regional, da expansão da indústria do tomate, e do enriquecimento da economia nacional”¹⁵.



Como vimos registando, a segunda metade da década de 50 e os primeiros anos da década de 60 do século XX marcam, no nosso entendimento, o ponto de viragem no sentido da criação de alicerces sólidos para a elaboração de uma estratégia estruturada no que respeita à indústria do concentrado de tomate, agora de forma marcadamente extensiva à zona Sul, cujos números apresentados nas tabelas que se seguem justificam o nosso raciocínio, e é também neste contexto mais específico que devemos compreender a construção da ECA em 1960. Vejamos a evolução da indústria transformadora do tomate em Portugal até meados da década de 60 do século XX¹⁶:

Quadro I

N.º de fábricas em laboração entre 1950 e 1965 e toneladas de fruto empregadas

Anos	1947	1950	1955	1960	1964	1965
Fábricas	6	6	4	10	12	15
Toneladas ¹⁷	12.500	----	----	49.000	244.500	350.000

Quadro II

Preços médios de aquisição dos frutos aos produtores por Kg.

Anos	1947	1950	1955	1960	1964	1965
1.ª Qualidade	\$50 / \$60	\$45	\$45	\$55	\$55	\$55
2.ª Qualidade	----	----	----	\$40	\$40	\$40

Quadro III

Produções, exportações e respetivos valores nas campanhas consideradas

Anos	1947	1950	1955	1960	1964	1965
Produç. (tons)	2.500	2.000	3.000	9.800	48.000	70.000 ¹⁸
Export. (tons)	218	595	4.255	11.001	32.122	----
Valor (contos)	2.978	4.528	26.136	66.564	210.320	----



Quadro IV

Pedidos de licenciamento de novas fábricas pendentes em 30 de novembro de 1965

• Leiria ou Santarém • Alcácer do Sal • Évora • Cartaxo ou Azambuja • Sintra • Alcácer do Sal • Torres Novas • Palmela¹⁹ • Alcácer do Sal • Estremoz • Abrantes • Odemira	• Odemira • Montijo • Reguengos de Monsaraz • Odemira • Évora • Moura • Nazaré ou Alcobaça • Belmonte ou Covilhã • Covilhã • Arraiolos • Ferreira do Alentejo, Grândola ou Aljustrel	• Tomar ou Constância • Campo Maior ou Elvas • Ponte de Sor, Mora ou Coruche • Montemor-o-Velho ou Soure • Alenquer • Odemira • Arraiolos • Lousada • Idanha-a-Nova • Salvaterra de Magos • Montemor-o-Velho
--	--	--

Quadro V

Pedidos indeferidos entre 1/12/1960 e 30/11/1965 e respectivas causas

Localização	Causas
Santarém	Parecer desfavorável da JNF, alegando falta de matéria prima
Torres Novas	Parecer desfavorável da JNF (dificuldades de obtenção de matéria prima) ²⁰
Portimão	Parecer desfavorável da JNF / desinteresse do requerente
Alcácer do Sal	Parecer desfavorável da JNF, por má elaboração do pedido de localização
Estremoz	Parecer desfavorável da JNF, por má elaboração do pedido de localização
Ponte de Sor	Deficiente elaboração do pedido de despacho ministerial
Ponte de Sor	Deficiente elaboração do pedido de despacho ministerial
Évora ou Odemira	Deficiente elaboração do pedido de despacho ministerial
Torres Novas	Deficiente justificação do pedido

Quadro VI

Pedidos de fábricas de concentrados de tomate e de conservas de tomate pelado autorizadas durante o ano de 1965

Locais	Datas
Ferreira do Alentejo ou Aljustrel (particular)	30 de janeiro
Idanha-a-Nova (particular)	3 de março
Fundão (particular)	3 de março
Almeirim (Compal – SARL)	17 de março
Rib.º de Frades – Coimbra (IAI – Limitada) ²¹	15 de abril
Ponte de Sor (particular)	8 de maio
Mora (particular)	14 de julho
Veiga de Chaves (particular)	28 de julho
Mirandela (Federação do Grémio da Lavoura) ²²	22 de setembro



A preocupação com a cultura do tomate neste período não se ficou pelo aumento da área cultivada e da transformação do fruto. Foi acompanhada pela ciência, nomeadamente pela Química através de experiências laboratoriais, na procura de um melhor conhecimento das propriedades químicas do fruto e do comportamento da massa quando misturada com massas de outros frutos. O problema dos bolores também fez parte das preocupações na preparação do concentrado e respetiva conservação, pelo queurgia ser resolvido, ou pelo menos mitigado, visto também fazer parte das exigências dos países importadores no que respeita à qualidade do produto, em termos de controlo de leveduras e bactérias²³.

Um dos temas apresentados no XV Congresso Internacional de Química Pura Aplicada (Química Analítica), realizado em 1956, tendo por título "*Massa de Pimentão, Pesquisa da Massa de Tomate Adicionada*", resultou de uma experiência laboratorial, na qual o autor explica as diferentes condições dos corantes de ambos os frutos (tomate e pimentão), à temperatura ambiente, sendo o corante vermelho da massa de pimentão "*extractível*", enquanto que na massa de tomate essa situação apenas se verifica a quente²⁴.

O interesse científico pela conservação da massa destes frutos justifica-se. Cerca de dez anos antes foi construído um edifício em Azeitão destinado à indústria de conservação de tomate e pimentos, propriedade da Empresa Conserveira Miparel, Lda., cujo projeto de instalação das caldeiras e pios apresentado à Câmara de Setúbal viria a ser aprovado em agosto de 1947²⁵.

2. A EMPRESA DE CONCENTRADOS DE ALVALADE SARL (ECA)

2.1. O Projeto

O projeto da fábrica data de 1960 e nele estão delineados os principais elementos a construir:

- Fábrica, incluindo casa da caldeira e armazéns;
- Refeitórios e sanitários;
- Escritório;
- Casas do guarda e porteiro;
- Cobertura para as básculas;
- Depósito de elevação de água.



Do projeto constam também os principais fatores intervenientes na instalação do edifício:

- Localização: local estratégico em termos de acessibilidade dos transportes da matéria-prima e produto fabricado (veículos pesados);
- Orientação de fábrica: construída de forma a que os ventos dominantes incidissem sobre a zona de arrefecimento;
- Facilidade na entrada e saída dos veículos, quer com a matéria-prima, quer nas pesagens e saída do produto final;
- Localização do refeitório na parte Norte, menos sujeita a temperaturas próprias da época de produção, para que *"(...) o operário, durante a refeição (tenha) uma paisagem agradável à frente dos seus olhos, e não (esteja), portanto, na hora de descanso a ver a fábrica, para onde momentos depois terá de ir trabalhar (...)"* ²⁶.

1 - A Fábrica divide-se em quatro partes fundamentais:

- O corpo principal onde se fabrica o produto;
- A zona de arrefecimento;
- Um primeiro piso superior destinado às latas vazias;
- Os armazéns.

2 - Refeitório e sanitários:

- Edifício pensado tendo em atenção o número de trabalhadores a empregar na fábrica, correspondente a 20 homens e 50 mulheres, com separação por sexos;

A parte central é ocupada pelo refeitório, com acesso aos lavabos, sanitários e vestíbulos, nos quais se prevê a instalação de armários individuais e chuveiros, sendo prevista a construção de uma cozinha como ligação ao refeitório por meio de dois guichets, e os sanitários terão, para além das retretes turcas, uma sanita para cada sexo.

3 - Nos restantes edifícios serão seguidas normas idênticas às consideradas na fábrica e refeitórios.

4 - Os Armazéns



Seguem-se os cálculos de estabilidade das vigas, pilares, tirantes e outras estruturas do edifício com a mesma data²⁷.

Os projetos dos edifícios a apresentar às autoridades competentes exigiam um estudo de pormenor abrangente, desde as dimensões da unidade a construir e respetivos equipamentos, abastecimento de água e produção de vapor, transportes e transformação da energia elétrica, construção civil, orçamentos, estudo económico, nomeadamente com as despesas previstas, quer de construção, quer com matéria prima para transformação, ou com pessoal fixo e eventual, gastos com água, energia ou outros equipamentos²⁸.

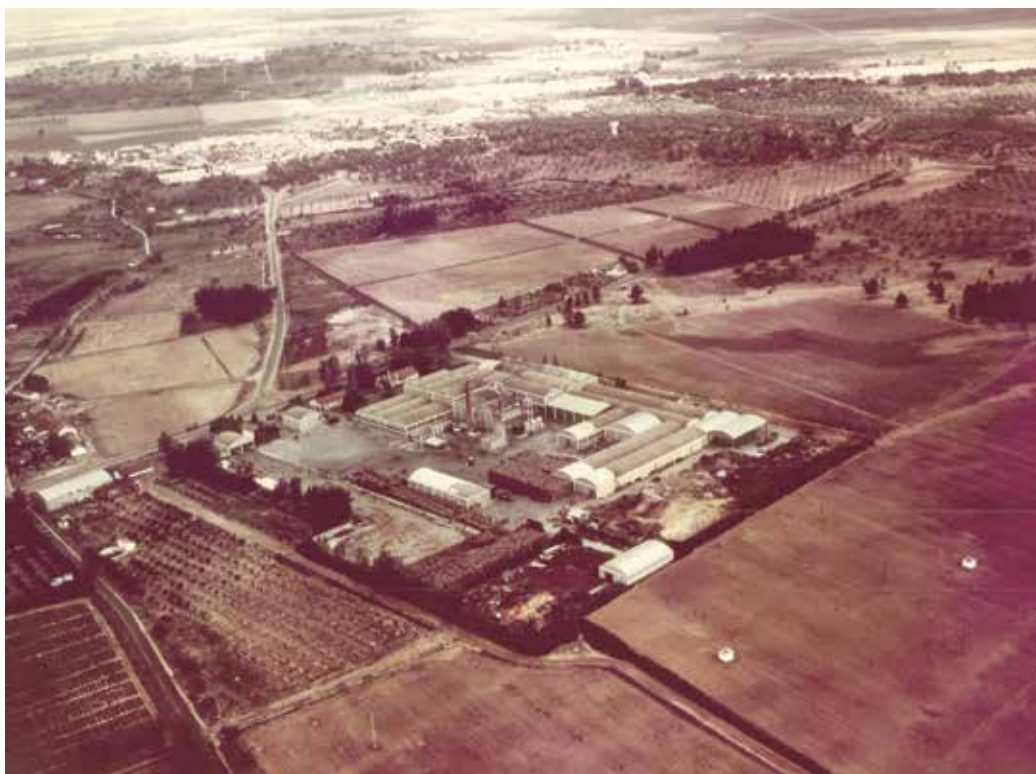


Figura 1 - Vista aérea da Empresa de Concentrados de Alvalade. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Como anteriormente assinalámos, sempre que os projetos não reuniam todas as condições exigidas eram indeferidos. Entre 1/12/1960 e 30/11/1965 foram indeferidos nove pedidos de instalação destas unidades de transformação, sendo diversas as causas dos indeferimentos (Quadro V).

Mas as exigências não se ficavam pela fábrica em si. O processo deveria ser acompanhado de um estudo devidamente fundamentado da localização da fábrica, tendo também em consideração a quantidade de matéria prima suficiente para satisfazer a produção de concentrado prevista no projeto. Sem a reunião de todos os requisitos, a JNF (Junta Nacional das Frutas), indeferia o processo. Aliás, quando em 1950 o cidadão inglês William Livessy requeria a instalação de uma fábrica de concentrado de tomate em Portugal necessitando para a qual cerca de 25 toneladas de fruto diárias, apesar de não haver impedimentos quanto à quantidade de fruto necessária, a JNF lembrava o requerente que *“desde que em devido tempo seja organizada a campanha de compras aos produtores”*.

Mas os problemas ambientais também não eram descurados. Aquando da vistoria realizada em 1947 pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, às obras de construção de um edifício destinado à instalação da indústria de conservação de tomate e pimentos em Azeitão, propriedade da Empresa Conserveira Miparel, Lda., para efeitos de concessão de licença de ocupação, no edital de divulgação à população constava que na eventualidade de surgirem problemas relacionados com maus cheiros ou outras inconveniências, as reclamações feitas por terceiros deveriam ser apresentadas no prazo de 30 dias²⁹.

Quanto à ECA, os documentos confirmam a existência de um processo paralelo entre a construção da fábrica, a preparação de uma logística sustentada em bases sólidas, tanto nos transportes, como no que respeita ao fornecimento do fruto e ao escoamento do produto final nos mercados.



Figura 2 - Rótulo das embalagens de concentrado de tomate produzido pela ECA - Empresa de Concentrados de Alvalade. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/ MSTC-AMSTC/EMP/ECA.

2. 2. O Arranque da Produção e os Inevitáveis Acertos na Fase Inicial

Apesar de na fase inicial experimentar alguns acertos próprios da sua juventude, os dados estatísticos da produção de concentrado nesta fábrica revelam um crescimento progressivo digno de registo, duplicando os valores tanto da entrada do fruto verde, como da respetiva transformação nos primeiros anos, subindo de 7.246.397 Kgs de fruto verde entrado em 1961 (primeiro ano de laboração plena), para 13.619.385 Kgs no ano seguinte, e para 22.315.984 Kgs em 1963, ao que correspondem a 1.245.188, 2.476.250 e 3.968.150 Kgs, respetivamente, de concentrado produzido nos referidos anos.

Segundo os dados obtidos, a relação dos pesos entre o fruto verde e o concentrado dele extraído situava-se em média entre os 5 e os 5,5/1, variando em conformidade com a qualidade do fruto em consequência de vários fatores, nomeadamente as características dos solos onde o fruto era cultivado, sistema de rega, fenómenos adversos de natureza climática ou pragas, e até os diferentes meses do ano em que era colhida a produção. Exemplifiquemos com dois casos observados na campanha de 1971 no concelho de Santiago do Cacém, se bem que numa fase mais tardia: um produtor, explorando uma área de 3 hectares, forneceu 122.316 Kgs de tomate de primeira qualidade e 11.772 Kgs de segunda, não constando refugo. Outro, explorando uma área superior



(4 hectares), forneceu apenas 97.617 Kgs de fruto de primeira qualidade, 14.777 Kgs de segunda, e ainda 183 Kgs de refugo, o que significa que as percentagens de aproveitamento do tomate para massa concentrada, (ou do fruto pelado, também já produzido por esta altura), seriam diferentes, se considerado o volume total do fruto de ambos entrado na fábrica. Naturalmente que, apesar da classificação do fruto ser feita de forma personalizada para efeitos de pagamento aos produtores, o produto seria posteriormente misturado com o dos restantes fornecedores para fins de fabrico, desde que do mesmo tipo.

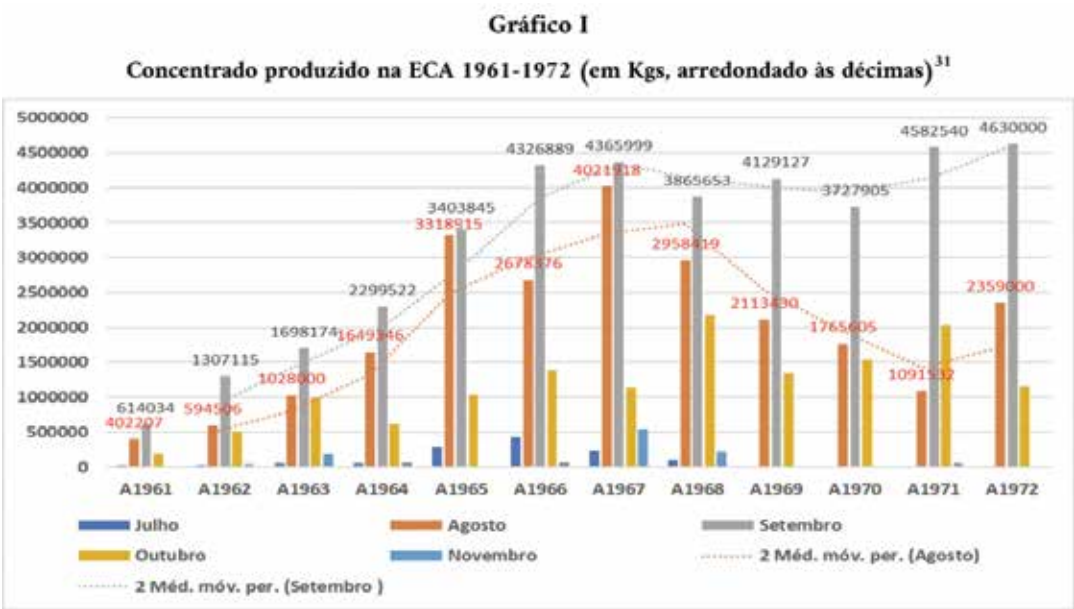
No período por nós estudado (nomeadamente nos anos 1961, 1965 e 1969), houve anos em que fatores de natureza climática, nomeadamente por falta de água para rega e/ou calor excessivo, pragas de insetos ou atrasos nas culturas por irregularidades meteorológicas no que respeita a épocas normais de chuvas, em que as culturas de regadio sofreram grandes perdas. Em agosto 1961, no relatório mensal do INE sobre o estado das culturas e previsão das colheitas, consta o registo de muito calor e falta de chuva, com prejuízos nas culturas de regadio a Sul, nomeadamente a *“cultura do tomate para fins industriais, que sofreu uma forte infestação de ácaros, dificultada pelo calor intenso e pela falta de humidade no solo. Os prejuízos resultantes atingiram em algumas regiões cerca de 50% da produção”*³⁰.

Sendo certo que a fábrica laborava fundamentalmente apenas nos meses em que o fruto reunia a qualidade e quantidade suficientes para colheita e transformação, normalmente entre julho e novembro, era nos meses de agosto e setembro, principalmente neste último, que a produção apresentava maior intensidade. Os meses de julho e novembro tinham uma produção residual e no mês de julho nem sempre laborava, como se pode observar no gráfico seguinte. O mês de novembro produzia sobretudo com reservas armazenadas nos meses anteriores.

Como podemos observar no Gráfico I, o mês de setembro destaca-se dos restantes em que a fábrica laborava. Excetuando os anos de 1965 e 1967 em que os valores nos meses de agosto e setembro se aproximaram, em todos os res-



tantes os valores apresentam diferenças bastante significativas, principalmente a partir de 1968, de cujas causas também farão parte os atrasos nas culturas motivados por problemas meteorológicos e pragas. Assim terá acontecido no mês de julho de 1969, como consta no relatório mensal do INE.



A acentuada ascensão do concentrado produzido nos primeiros anos de atividade da ECA culminou em meados da década, altura em que a produção média começa a estabilizar, se vista no computo total da produção anual. Lembremo-nos que a partir de 1971, os registos já contemplam a produção de tomate pelado na Empresa, valores que não constam no gráfico, visto este apresentar a produção de concentrado e não a totalidade da produção mensal da fábrica, incluindo o tomate pelado. Até porque este nem sempre se produzia nos meses em a que a fábrica laborava. Em setembro de 1971, por exemplo, a produção de concentrado atingiu os 4.582.540 Kgs³², num valor de 29.384 contos, enquanto o pelado se quedou pelos 157.203 Kgs, no valor de apenas 746 contos.



Na verdade, e do ponto de vista da produção nacional, o tomate pelado tinha um peso bastante menor no conjunto das exportações deste fruto. No ano a que nos referimos (1971), Portugal exportou 1.480,6 toneladas deste produto, no valor de 8.224 contos, enquanto a exportação de polpa atingiu as 5.803,9 toneladas no valor de 41.181 contos, e o tomate em massa 667,5 toneladas no valor de 5.266 contos. Nos anos seguintes, os valores registados para a exportação de polpa dispararam de forma brutal para 152.481 toneladas em 1972 e 171.826,1 em 1973, números verdadeiramente expressivos das transformações que se estavam a operar no setor da transformação e exportação do tomate, reafirmando o lugar cimeiro de Portugal no contexto dos países exportadores de tomate, posição que já ocupava desde 1968 e manteve até 1973, perdendo-a para a Itália a partir de então³³.

Vejamos como estava distribuída, por distritos, a produção de tomate para a indústria na viragem da década de 60 para a década de 70, e qual a posição do distrito de Setúbal no contexto nacional:

Quadro VII
Produção de tomate para a indústria nos anos 1969-1973 por Distritos

Distritos	1969 ³⁴		1970 ³⁵		1971 ³⁶		1972 ³⁷		1973 ³⁸	
	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.
Beja	1492	51095,6	1181	44783,3	1270	45768,3	1558	59199,5	2016	77034,9
C. Branco	1273	21790,4	756	14326,7	820	15538,2	875	21887,5	875	17425,8
Coimbra	253	7039,7	218	7325,4	167	3381,9	196	4894,3	231	4351,4
Évora	2168	74217,4	1552	58908,5	1130	38586,2	1263	56847,4	1263	70751,4
Faro	480	16444,9	280	10655,3	----	----	----	----	----	----
Leiria	859	23909,3	243	10725,0	256	7931,9	326	9801,4	290	11132,8
Lisboa	3415	102315,6	2586	82421,1	2778	83346,4	3614	137345,2	3253	171279,4
Portalegre	2990	102369,4	2327	105962,3	2854	103969,7	2141	139150,9	1606	111087,7
Santarém	9687	331672,2	7329	278088,7	5588	169633,3	6652	331243,9	7483	354724,5
Setúbal	3080	92277,4	2243	59571,7	3466	92033,9	2502	95067,3	3008	106122,7
Diversos	133	3428,1	508	18272,0	2034	62152,3	5	244,6	1	48,2
Totais	25830	826560,0	19223	691040,0	20363	622342,1	19132	855682,0	20026	924158,8

Como podemos observar no quadro anterior, destaca-se desde logo um decréscimo acentuado na superfície cultivada entre 1969 e 1970, decréscimo



generalizado a todos os distritos, sendo raros os que conseguiram cinco anos depois recuperar a superfície explorada em 1969. Temos conhecimento do atraso que houve neste tipo de culturas em 1970 motivado por questões climáticas desfavoráveis. No entanto, e segundo as descrições nos boletins do INE sobre a previsão das colheitas para este ano, o atraso verificado não nos parece suficiente para justificar uma diminuição tão expressiva de solo cultivado. No boletim mensal respeitante a junho de 1970 consta que, entre outros prejuízos em culturas diversas, há *"a assinalar ainda a cultura do tomate, prejudicada em parte pela falta de calor, que motivou um ligeiro atraso no seu desenvolvimento"*³⁹. A referência ao atraso na cultura do tomate repete-se no mês de outubro devido às más condições atmosféricas. Porém, no mês de setembro consta que *"Nas culturas horto-industriais, nomeadamente tomate e pimento, a ausência de chuvas tem favorecido o amadurecimento dos frutos, esperando-se assim, boas colheitas"*,⁴⁰ situação que continua a confirmar-se no boletim de outubro, *"tendo-se verificado um prolongamento da colheita para além do habitual, com frutos de boa qualidade"*.

No ano seguinte, as culturas de primavera continuaram a sofrer atrasos por excesso de humidade no solo, sendo a batata, o tomate e o melão as mais afetadas, com consequências na diminuição das áreas cultivadas⁴¹.

Mas os dados do quadro mostram também que, nos finais da década de 60, o distrito de Setúbal já ombreava com os distritos mais relevantes em termos da cultura deste fruto (com exceção do distrito de Santarém, que sobressaía de todos os outros), posição que resulta do conjunto de medidas atrás citadas quanto ao desenvolvimento deste setor neste distrito e na parte ocidental do centro do Alentejo.

Os dados do quadro mostram também que o rendimento por hectare nas diferentes produções difere em função de diversos fatores, como anteriormente referimos. Portalegre, por exemplo, com uma superfície cultivável inferior à de Setúbal, colhia uma tonelagem superior de fruto, situação que se manifesta em quase todos os anos constantes no gráfico. Curiosamente, tendo perdido quase metade da superfície cultivada, Portalegre conseguiu, mesmo assim, ver a sua produção aumentada em 1973 relativamente ao registo do ano 1969.



2.3. O Abastecimento da Matéria Prima

A questão do abastecimento do fruto à fábrica durante os meses estabelecidos não era um assunto de somenos importância. Havia que preparar previamente uma carteira de produtores de tomate que garantissem a laboração sem interrupções durante os meses de julho a novembro, de forma a impedir situações indesejáveis, tanto nas quebras de rendimento, como nos compromissos com os compradores do produto transformado. Apesar da atividade produtiva se reduzir a cinco meses, havia despesas permanentes durante todo o ano, quer com o consumo das máquinas, eletricidade ou outros gastos permanentes, quer com o pessoal efetivo na Empresa ou com os impostos.

Como anteriormente assinalámos, o desenvolvimento da cultura deste fruto a Sul do Tejo só começou a ganhar uma amplitude verdadeiramente expressiva a partir dos finais da década de 50 e inícios da década de 60, para o qual a construção da barragem de Campilhas e a instalação da FIT para concentrados de tomate em Pernada na freguesia da Marateca, terão sido fundamentais. A elaboração de um "*Guia*", uma espécie de manual de instruções, no qual estão contempladas, de forma simples e clara, as boas práticas a seguir nas diferentes fases da cultura do tomate, revela uma clara intenção de dinamizar a produção de tomate no Distrito de Setúbal e parte ocidental do centro do Alentejo, dotando os produtores dos conhecimentos básicos sobre a cultura deste fruto. Estavam assim criadas as condições fundamentais para dar seguimento ao plano de fomento hidroagrícola delineado para o desenvolvimento da cultura do tomate a Sul do Tejo e a subsequente transformação do produto, concentrado ou pelado.

Compreende-se que o raio de ação da ECA nos primeiros anos de laboração se limitasse a um território relativamente restrito e a pequenos fornecedores, visto a capacidade de produção ser ainda limitada e o conhecimento sobre o território a explorar ser de alguma complexidade, tendo em conta as formalidades exigidas, independentemente dos estudos previamente feitos. No entanto, no segundo ano de laboração já recebia fruta proveniente de largas dezenas de propriedades, ou parcelas de propriedades, como se pode observar no quadro XII em anexo documental⁴². Os dados do quadro confirmam que, por esta altura, apenas algumas produções apresentam áreas com dimensões consideráveis (Monte dos Alhos com 9 produções de 10 hectares, uma com 8 e outra com 4; Monte Ruivo com uma de 18 hectares; Corredoura com uma de 16; Fontes, V.



V. Grande, Monte Branco, C. da Várzea e Cordeiras, todas de um fornecedor, com 87 hectares e Borbolegas com 20. As restantes são maioritariamente de expressão pouco significativa. A ECA já detinha algumas destas produções, nomeadamente nas propriedades das Borbolegas e de Padrões.

Para além do capital a investir e o respeito por um conjunto de normas estabelecidas pelos serviços competentes para a criação da Empresa, havia que assegurar previamente o fornecimento de fruto verde suficiente para a laboração durante cerca de cinco meses. Apesar do apoio das instituições da área, nomeadamente a FIT e a JNF, tal garantia implicava um vasto conjunto de conhecimentos, nomeadamente as plantações existentes nas proximidades e respetivas superfícies; tonelagem produzida por hectare e os seus proprietários; áreas potenciais para novas plantações, explorando sempre a possibilidade de arrendamento pela ECA para plantações a seu cargo, assim como os passos a seguir e os respetivos compromissos a assumir com os produtores.

Havia ainda que conhecer bem todas as instituições e órgãos com os quais teria de desenvolver uma relação institucional de carácter administrativo, permanente ou sazonal, nomeadamente a Câmara Municipal de Santiago do Cacém para efeitos de construção de edifícios e/ou obras que interferissem com vias públicas ou outros espaços municipais; Serviços Hidráulicos (5ª Secção Hidráulica do Tejo), solicitando autorização para construção de açudes ou colocação de bombas nas margens dos rios e ribeiras para irrigação de terras, de cujas propriedades era arrendatária; Junta Nacional das Frutas e Instituto Nacional de Estatística, aos quais deveria fornecer os elementos solicitados para efeitos estatísticos, relação que nem sempre se pautou pela ausência de problemas, como a seu tempo veremos.

Sendo suficiente para o arranque da produção numa primeira fase, a preparação prévia de uma carteira de produtores de tomate que garantisse a laboração da fábrica com o mínimo de interrupções durante os meses de julho a novembro, cedo se mostrou insuficiente para garantir o abastecimento do fruto com segurança. Havia que depender o menos possível de terceiros, pelo que o desenvolvimento de esforços no sentido de fomentar o autoaprovisionamento do fruto através do arrendamento de propriedades que reunissem as condições para o efeito, viria a tornar-se inevitável. Nos finais da década de 60, a ECA já



era arrendatária de várias propriedades nas margens da Ribeira de Campilhas, e algumas com áreas de cultura bastante consideráveis, como se pode observar no quadro que se segue.

Quadro VIII

Açudes construídos pela ECA na Ribeira de Campilhas⁴³

Ribeira	Propried.	Margem	Freguesia	Explora.	N.º de açudes	N.º de bombas	Área a irrigar	Data
Campilhas	Fonte do Pote	Direita	Alvalade	Arrendatária	2	1 grupo	20	21/04/1967
Campilhas	Monte Ruivo	Direita	São Domingos	Arrendatária	2	2	12	19/02/1968
Campilhas	Vale Cativos	Esquerda	São Domingos	Arrendatária	2	2	7	29/02/1968
Campilhas	Boavista	Esquerda	Alvalade	Arrendatária	3	3	70	29/02/1968
Campilhas	Carvalhais	Esquerda	São Domingos	N/consta	4	2	10	29/02/1968
Campilhas	Olhalva	Direita	Alvalade	Arrendatária	2	3 móveis	25	13/03/1968
Campilhas	Azinhal	Esquerda	São Domingos	Arrendatária	2	1 móvel	18	04/04/1968
Campilhas	Courela de Campilhas	N/consta	Alvalade	N/consta	1	N/consta	⁴⁴	07/10/1968
Campilhas	Borbolegas	Direita	Alvalade	Arrendatária	2	3	⁴⁵	13/11/1971

Por esta altura, e fora das margens da Ribeira de Campilhas acima mencionadas, a ECA estendia a sua ação a outras ribeiras e rios mais distantes. Em 16/02/1968 solicitava autorização para construir três açudes provisórios em terra e colocação de duas bombas no rio Xarrama, e a colocação de duas bombas e um açude também provisório na Ribeira da Fragosa, na propriedade denominada Mascarenhas, freguesia de N. S. da Tourega, concelho e distrito de Évora, destinada à irrigação de 12 hectares. Também na propriedade por si arrendada denominada Estacas, na Ribeira de Alvito, como consta na carta datada de 17/03/1968, enviada ao Guarda-rios no respetivo cantão, para construção de três açudes e duas bombas, e na herdade do Sobrado, freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo, tendo também solicitado autorização para construir cinco açudes e três bombas móveis na margem direita da Ribeira do Daroal em abril de 1968. No mesmo mês e ano, requere também autorização para a construção de três açudes e três bombas na Ribeira da Figueira, na propriedade denominada Porto Mouro, da mesma freguesia e concelho, para irrigação de 22 hectares.



Mas não só a ECA e investidores locais mostravam interesse na produção de tomate nesta região. Também há registos de particulares de outros distritos interessados neste setor, e alguns para grandes extensões de superfície de rega. Assim aconteceu em 17 de março de 1971, por exemplo, com um produtor residente em Beja, solicitando autorização para construir três açudes e instalação de quatro estações de bombagem provisórios, na margem direita do rio Sado, na propriedade denominada Defesa, da qual era rendeiro, na freguesia de Alvalade. Os açudes destinavam-se a irrigar 53 hectares.

Também foi concedida licença a outro investidor morador em Lisboa (válida por cinco anos), para construção de dois açudes e seis bombas na margem direita da Ribeira de Campilhas, numa propriedade denominada Borbolegas, para irrigação de uma área de 40 hectares, como consta no alvará de licença datado de 24 de junho de 1971 ⁴⁶.

Constam ainda outros locais onde se construíram novas obras desta natureza relacionadas com a ECA. No rio Xarrama, onde já explorava a herdade denominada Mascarenhas, podemos encontrar também as herdades do Sobral na freguesia de Alcáçovas, Roncão, na freguesia de Nª Senhora da Tourega, concelho e distrito de Évora, e Entre-Águas, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo.

Na resposta ao Guarda-rios de Viana do Alentejo, a ECA justifica que *“só agora (29/02/1968), estamos em condições de responder ao ofício de 15/02/1968, e assim vimos comunicar a V. Exa. que, na próxima Campanha, a nossa Empresa tenciona fazer lavras de tomate ao longo do rio Xarrama, estando organizando os pedidos de licenças para açudes, que enviamos junto, pedindo para eles o favor da sua atenção”* ⁴⁷. Justifica-se, portanto, que nos finais da década de 60 a Empresa continuava a esforçar-se no sentido do arrendamento de propriedades (ou parcelas de propriedades), em territórios mais distantes, não se ficando pelas margens da Ribeira de Campilhas, ou outras que já explorava por conta própria, dispersas por espaços diversos.

Apesar de nos finais da década de 60 e inícios da década de 70, a ECA já transformar matéria-prima proveniente dos distritos de Beja e Évora, o distrito de Setúbal era o principal fornecedor de tomate, e nele, o concelho de Santiago do Cacém, no qual constam 151 fornecedores no ano de 1971, dos 174 que constituem a totalidade. Segue-se o concelho de Aljustrel com 14, enquanto os restantes



apresentam uma contribuição pouco expressiva. Observemos os quadros que se seguem:

Quadros IX e X

Tomate por distritos, entrado na ECA no ano de 1969 (kgs)

Distritos	Kgs
Setúbal	23.609.009
Beja	12.316.968
Évora	4.573.703
Total	40.499.680

Tomate por distritos, entrado na ECA no ano de 1970 (kgs)⁴⁸

Distritos	Adquirido à lavoura	Produção própria	Totais
Setúbal	18.221.610	1.161.040	19.382.650
Beja	14.176.561	729.518	14.906.079
Évora	2.335.787	----	2.335.787
Total	34.733.958	1.890.558	36.624.516

Quadro XI

Tomate para a ECA em 1971: origem, quantidades e valores⁴⁹

Origem	Kgs	Valor/escudos
Santiago do Cacém	30.541.229	17.751.271\$00
Ferreira do Alentejo	2.080.619	1.210.168\$30
Aljustrel	4.136.367	2.418.490\$00
Sines	694.324	409.654\$20
Serpa	759.886	444.504\$90
Beja	631.520	371.040\$30
Alvito	196.081	113.871\$30
Totais	39.040.026	22.719.000\$00

2.4. Trabalhadores e Salários

Embora o edifício tenha sido pensado para empregar na fábrica cerca de 20 homens e 50 mulheres, não significa que esse número fosse constante ao longo dos anos, nem tão pouco em todos os meses do ano. Os trabalhadores estavam organizados em três turnos diários: das 0-8, das 8-16 e das 16-24 horas, cujo número, principalmente os operários de ambos os sexos, variava em função dos meses de fabrico, e mesmo dentro de cada mês o número de funcionários variava de semana para semana, e até com diferenças significativas, mesmo nos meses de agosto e setembro, nos quais a produção era mais intensa (na semana de 7 a 12 de setembro de 1970, por exemplo, o Turno A era composto pelo encarregado e mais 148 operários de ambos os sexos; o Turno B, por 129 e o Turno C por 134. Na semana seguinte, e correspondendo aos mesmos Turnos, os números sobem para 202, 168 e 163, respetivamente).



Os restantes trabalhadores (chefes de turno, apontadores, guardas, mecânicos, operacionais do laboratório e das bombas de água, bules, caldeira, serviço da balança, classificação, descargas, pedreiros, jardineiro, hortelão, conserto de grades, eletricitas, arrecadação, cozinha, escritório e outros), não eram considerados operários fabris, pelo que os seus salários eram diversos, alguns inferiores, outros bastante superiores aos dos operários, nomeadamente os mecânicos, chegando alguns deles a receber de salário 100\$00 em 1963, enquanto os operários fabris no mesmo ano se quedavam por cerca da quarta parte desse valor (26\$00).

Portanto, tendo em conta as características da Empresa, os salários eram diversos em função da natureza dos trabalhos que exerciam ou dos cargos administrativos que ocupavam, razão porque exemplificamos apenas com alguns casos, remetendo o leitor para os quadros em anexo, nos quais poderá ter uma noção de conjunto do número de trabalhadores da Empresa e respetiva despesa em salários nos diferentes meses do ano ao longo do período por nós analisado. Vejamos alguns exemplos: durante a fase de construção do edifício as principais tarefas giravam em torno da construção civil, preferencialmente constituídas por homens e rapazes (pedreiros, carpinteiros, serventes, pintores, cujos preços dos salários por hora variavam entre 2\$60 para os rapazes e 4\$50 para os serventes). Na fase seguinte, e dando como exemplo a semana finda em 9 de setembro de 1960, cujos trabalhos pensamos tratar-se de uma fase experimental, já faz parte uma extensa lista de tarefas relacionadas com a fabricação, principalmente preenchida por mulheres (banho de latas, enchimento, linha, latas vazias, latas cheias, cravadeira, refeitório, encarregada), com o preço diário de 15\$00, somando o valor do seu trabalho na semana que terminou em 9 de setembro de 1960, a quantia de 2.517\$00. Desta fase consta uma longa lista de horas extraordinárias das referidas funcionárias no valor de 1.007\$30.

Para a mesma semana finda em 9 de setembro, mas referente aos homens, consta uma lista de 32 funcionários nos seguintes serviços: caldeira, descarga, prensa, classificação, obras, latas vazias, concentrador, alimentador, águas, lavagem, e outros serviços, com preço 3\$00 à hora (com algumas exceções), num valor total de 4.574\$00. Consta também uma lista com horas extraordinárias no valor de 2.285\$90, revelando alguma celeridade no apetrechamento dos meios técnicos e humanos da fábrica visando o exercício de fabricação plena no ano seguinte.



Se bem que os salários sofressem aumentos nos anos que se seguiram, já correspondentes à fase de fabrico, estes não acompanharam o aumento do custo de vida gerado pela inflação, principalmente a partir de 1965⁵⁰. Vejamos a seguinte lista de profissões e salários referentes a 1962, lembrando que a Empresa praticava as oito horas de trabalho diário⁵¹:

ECA: Salários auferidos por hora em 1962 por profissão

Fogueiro	Balança	Pedreiro	Bulista	Escritório	Resíduo	Aj.Cozinha	Descarga	Rapaz	Aguadeiro	Armazém
3\$25	2\$25	3\$25	3\$25	2\$25	2\$25	2\$25	3\$25	1\$75	3\$25	3\$25

Na semana de 9 a 15 de setembro de 1963 os homens auferiam 26\$00 de salário diário e as mulheres 18\$00, com algumas exceções. No ano seguinte (1964), os salários sofreram um ligeiro aumento: os homens passaram a receber 30\$00 e as mulheres 20\$00. Passados três anos (1967), os homens recebiam 38\$00 de salário e as mulheres 25\$00⁵².

Com o desenvolvimento de produção própria através de arrendamentos de propriedades para a cultura do tomate, os salários pagos pela empresa alargam-se a um território muito para além da Fábrica. No Livro 3 do pessoal agrícola constam os nomes das seguintes propriedades arrendadas pela Empresa numa fase de plena laboração mais tardia: Azinhal, Borbolegas, Defesa, Faial, Fonte do Pote, Monte Novo, Sobral-do-Meio-Dia, Vale Zebro, Várzea da Misericórdia e Faial, cujas propriedades ocupavam muitos trabalhadores de ambos os sexos, principalmente na época da “*apanha*” do tomate⁵³.

Em agosto de 1971, por exemplo, na propriedade denominada Azinhal, cujo regadio ocupava uma área de 18 hectares, encontramos 34 trabalhadores (23 homens e 11 mulheres), com um salário de 75\$00 por dia auferido pelo manajeiro, 55\$00 para os operários agrícolas e 38\$00 para as mulheres.

Para o mesmo mês e na herdade do Sobral-do-meio-dia, os salários eram um pouco superiores para os trabalhadores e inferior para o capataz: 70\$00 para o manajeiro, 60\$00 para os homens e 40\$00 para as mulheres.

Nas Borbolegas, no mês de julho e para uma extensa área de cultivo de 40 hectares,⁵⁴ o capataz auferia 75\$00, os trabalhadores 55\$00 e mulheres 38\$00



(com algumas exceções). Os meses do ano também influenciavam no valor dos salários. Repare-se que só em 1972 foram realizadas as primeiras experiências relacionadas com a colheita mecânica do tomate, inovação muito desejada pelos produtores, na medida em que, segundo os cálculos do técnico agrícola entrevistado, a mão-de-obra absorve cerca de 50 ou 60% da despesa, enquanto que *“a máquina recolhe cerca de 80 toneladas, 40 por hectare por dia, o que equivale a 100 pessoas por dia, sendo que a ocupação de mão-de-obra com a máquina é reduzida para 20 pessoas. Mas a máquina só é rentável a partir de uma área de cerca de 120 hectares”*⁵⁵.

No que respeita ao pessoal dirigente e administrativo a situação era diferente, visto tratar-se de cargos permanentes, ao contrário de grande parte dos operários da fábrica ou das campanhas do tomate que tinham um carácter sazonal. Inicialmente com três dirigentes não remunerados durante os primeiros anos, estes viriam a usufruir de uma quantia mensal de 10.000\$00 cada um a partir de janeiro de 1963 por decisão da Assembleia Geral Ordinária da Empresa, reunida na própria Fábrica em março do referido ano. No uso da palavra, o Presidente do Conselho de Administração lembrou que *“nestes três anos de vida da Sociedade o Conselho não foi remunerado, à exceção do administrador (...), situação que não se poderia manter nem, aliás, se torna necessário, dado o desafio da situação económica da Sociedade. Após um pormenorizado exame do assunto, foi aprovada por unanimidade a proposta (...), para que o Conselho de Administração seja remunerado a partir de um de janeiro de mil novecentos e sessenta e três com a quantia de dez mil escudos mensais, cada Administrador (...)”*⁵⁶. Este vencimento sofreria um primeiro aumento para 15.000\$00 para cada dirigente a partir de 1965, e para 30.000\$00 a partir de 1969, por decisão tomada por escrutínio secreto em Assembleia Geral Ordinária reunida aos 26 de março do referido ano, aprovada por 280 votos. Curiosamente, e de forma comparada, a proposta de vencimento para o cargo de Diretor Geral da Unidade Fabril de Concentrado de Tomate - Perímetro do Caia datada de 1963, no âmbito do estudo económico-social das obras de fomento hidroagrícola, fica-se pelo valor de 8.000\$00 mensais, ou seja, cerca de metade do valor auferido pelos administradores da ECA pela mesma altura. Para o Diretor Técnico propunha-se 7.000\$00 e para o Chefe de vendas 5.000\$00, enquanto que para o pessoal fixo operário, sugeria-se 35\$00 diários para os homens e 20\$00 para as mulheres⁵⁷.



Se bem que a ECA mantivesse o número de três dirigentes durante o período por nós estudado (excecтуando os anos 1966, 1967 e 1968, nos quais por vezes constam quatro), o pessoal administrativo sofreu uma alteração muito significativa em conformidade com o aumento da produção da fábrica, principalmente a partir de 1964. Iniciando com três administrativos em 1961, em 1963 já se ocupavam do cargo entre 6 e 10 pessoas. A partir de 1965 e até 1972, já constam entre 13 e 19 funcionários, número revelador da evolução da situação da Empresa não apenas na produção, mas também no aumento das tarefas administrativas cada vez mais exigentes e complexas, de forma a respeitar os compromissos legais com as diversas entidades com as quais se relacionava⁵⁸.

Como vimos, e tendo em consideração as suas características, a ECA constituiu um polo regional de criação de mão-de-obra de significativa importância dentro e fora da fábrica, alargando a sua influência a franjas muito para além da freguesia em que foi criada, embora esta fosse a mais beneficiada.

Os dados sobre a evolução da população na década de 60 nas freguesias rurais do concelho de Santiago do Cacém registam os seguintes valores negativos: Abela -34,10%; Stº André -29,70%; S. Bartolomeu -32,7; Stº Cruz -35,4; S. Domingos -38,8; S. Francisco -25,80%; Cercal -17,80% e Alvalade -5,90%.

Excetuando Alvalade, a média do decréscimo populacional na década de 60 das restantes freguesias rurais de Santiago do Cacém situa-se nos 30,6%. Alvalade perdeu apenas 5,9%. Estamos convencidos que, mesmo que não tenha sido o único fator responsável pelos valores apresentados, a ECA terá dado um contributo valioso para minimizar os efeitos provocados pelo surto migratório na referida década a que anteriormente fizemos referência.

2.5. Alguns Atritos entre a ECA, os Produtores, os Serviços Hidráulicos e o INE

Mas nem tudo decorreu com ausência de problemas entre a Empresa e as diferentes entidades com as quais estava obrigada a estabelecer relações institucionais, incluindo os serviços hidráulicos para efeitos de construção de obras para irrigação em propriedades por si arrendadas.

Os requerimentos eram processados o mais cedo possível para que os alvarás



de licença de construção chegassem, preferencialmente, antes do mês de abril, de forma a que houvesse tempo suficiente para a realização das obras solicitadas antes do início das plantações. Nos requerimentos deveriam constar a quantidade de açudes a construir e bombas a instalar, nome do rio ou ribeira e respetiva margem, nome da propriedade, freguesia e concelho a que pertencia e superfície que pretendia irrigar, tudo de carácter provisório.

Depois de analisados pelos serviços, e não havendo impedimento da parte dos Serviços Hidráulicos ou do parecer da Associação de Regantes, ser-lhe-ia passado um Alvará de Licença Provisória especificando os requisitos formulados pela requerente, incluindo o carácter provisório, cuja demolição teria de ser efetuada até 30 de setembro e repostos o leito e margens em boas condições. Havia também sempre uma recomendação quanto ao chupador das bombas, o qual deveria ser envolvido por rede metálica de malha não superior a 5 milímetros. Quando necessário, o Guarda-Rios do Cantão dava indicações de onde deveriam ser retiradas as terras destinadas às obras a efetuar, de forma a não danificar ou alterar os cursos de água. O titular da licença ficava ainda obrigado a fornecer a água suficiente aos regadios habituais e tradicionais a jusante das obras.

A Associação dos Regantes (AR), também deveria dar o seu parecer sobre as obras, para que estas não prejudicassem outros produtores, situação que poderia acontecer não apenas por lhe retirarem, ou desviarem, água que tradicionalmente lhes era necessária, mas também evitando que a cota das represas a construir fosse superior a outros terrenos, impedindo a produção nesses espaços.

No Alvará de Licença Temporária n.º 328/1967, de 21 de abril do referido ano, consta a seguinte recomendação da parte da Associação de Regantes, destacada a letra encarnada: *"Só será permitida a construção do açude de jusante se a água for mantida a cota inferior à dos terrenos da margem direita, no ponto do açudamento, ou que não seja excedida a cota da sapata do 5º pilar da ponte canal da Fonte do Pote. Que o açude de montante garanta o abastecimento de água às bombagens dos prédios confinantes a montante, até à Boa Vista"*⁵⁹.



Porém, há uma obrigação transversal a todos requerimentos e posteriores alvarás de licença: esta terminava impreterivelmente a 30 de setembro do ano em que era solicitada, sendo as obras demolidas até essa data e tudo repostas como dantes. Esta obrigação era tão importante que até no título do próprio alvará constava o termo "*licença temporária*". Porém, a demolição nem sempre foi feita nos prazos estabelecidos, gerando algum atrito entre a Empresa e a Direção Geral dos Serviços Hidráulicos.

Em 20 de novembro de 1967, a Direção Geral dos Serviços Hidráulicos, 5ª Secção, 19º Lanço, emite um ofício dirigido à ECA, sobre os açudes construídos no leito do rio Xarrama, cujo texto é o seguinte:

"Por autos de notificação, foram V. Exas. Intimados a proceder à demolição total, até 10 do corrente mês, dos açudes de terra que mandaram construir no leito do rio Xarrama e nas propriedades denominadas Outeiro, Mascarenhas, Pego da Lapa e Sobral, licenciados, respetivamente, pelos Alvarás de Licença temporária nos 680/67, 683/67, 681/67 e 689/67.

Pelos autos de verificação agora levantados pela fiscalização, verifica-se que as notificações que lhe dizem respeito não foram totalmente cumpridas, nem foram cheios os buracos abertos nas margens, buracos esses, que serviam de descarregadores.

As informações prestadas sobre este assunto, dizem que já nada mais poderão fazer, visto o caudal do curso de água não permitir mais trabalhos, mas que, por não terem sido retiradas do leito as terras que constituíam aqueles açudes, poderiam provocar assoreamentos nas obras antigas situadas a jusante.

Em face do exposto, e por se reconhecer que nada poderá ser feito nesta época, dá-se o assunto como arrumado por este ano, ficando V. Exas responsáveis por todos os prejuízos causados à corrente e a terceiros, e que sejam motivados pelo não cumprimento total das respetivas notificações"⁶⁰.

Recebidas as notificações com os respetivos prazos, a ECA ficava obrigada a "*proceder à demolição total dos açudes provisórios construídos no rio Xarrama, e à remoção das terras, pedras ou outros objetos para local onde as águas do curso de água, quando em cheia, não cheguem, bem como do enchimento*



dos descarregadores que foram abertos para segurança daqueles açudes", situação que, não sendo muito frequente, nem sempre aconteceu.

Também com o INE houve várias situações de incumprimento no que respeita aos prazos para envio dos dados solicitados.

Direta ou indiretamente, era obrigação da ECA preencher todos os meses, incluindo os meses em que não laborava, os dados relacionados com a Empresa, numa folha para esse fim designada, remetendo-os para os destinatários para tratamento estatístico, situação que nem sempre aconteceu, chegando a ocasionar algum mal-estar entre a Empresa e o INE.

Em 1961, início da atividade plena da Empresa, os impressos com os dados destinados às informações estatísticas eram dirigidos à Junta Nacional das Frutas (JNF). Todos os meses a JNF enviava para a ECA os impressos, os quais deveriam ser preenchidos nos campos respeitantes à atividade da Empresa nas áreas da produção e de pessoal, sendo devolvidos até ao dia 15 do mês seguinte, devendo a firma ficar com duplicados em seu poder⁶¹.

Em maio de 1965, a Junta Nacional das Frutas informa que deixou de proceder ao envio mensal dos boletins do INE, *"dado que uma simples colheita anual dos elementos respeitantes à produção industrial de conservas e outros derivados de frutos hortícolas, satisfaz plenamente as necessidades dos serviços de estatística desta Junta"*⁶². A partir de então, a Junta solicita *"que os elementos mensais de produção e pessoal que habitualmente eram fornecidos à Junta Nacional das Frutas, passem a sê-lo ao Instituto Nacional de Estatística"*⁶³. Para a JNF, serão enviados *"os elementos globais correspondentes à laboração anual de cada unidade fabril, com discriminação somente para a natureza e quantidades dos produtos fabricados, uma vez que também se deixa de efetuar o apuramento estatístico dos valores dos produtos elaborados, quantidades e valores das matérias primas empregadas"*⁶⁴. A partir de então, o problema do atraso do envio destes dados para o INE torna-se recorrente, culminando numa séria advertência do Instituto à ECA, com data de 14 de outubro de 1968.



Depois de tecidos alguns considerandos sobre o interesse estatístico para conhecimento do universo sócio/económico do país, assim como a exigência do rigor no preenchimento dos dados no sentido de uma sã colaboração de todos os seus informadores, o INE lembra que *“Na apreciação dos processos por transgressão estatística instaurados por inobservância dos prazos fixados para prestação das informações estatísticas solicitadas, tem o Instituto até ao presente usado de excessiva benevolência, o que de ora avante não se poderá verificar – sob pena de não se atingirem os objetivos visados – pelo que, no futuro, a inobservância dos prazos para prestação das informações será sempre apreciada com todo o rigor. (...), V. Exa. que não será incomodado com a instauração de processos e o Instituto que poderá pautar a sua ação por uma maior eficiência (...)”*⁶⁵.

A Empresa já tinha incorrido nessa infração várias vezes, e voltaria a fazê-lo no ano seguinte, como consta no ofício de 26 de setembro de 1969, no qual o INE solicitava à ECA o envio dos dados em falta referentes ao mês de agosto, dando o dia 2 de outubro como limite para a receção, sob pena de lhe serem aplicadas as *“disposições legais previstas no Decreto n.º 46.926, de 29/03/1966, que consideram infração estatística, sujeita a multa, a falta de devolução daqueles boletins, e cuja remessa é, de toda a forma, obrigatória”*⁶⁶.

Pelo mesmo motivo referente ao mês de outubro, o INE avisa a ECA em 5 de dezembro que incorreu em transgressão estatística punível com multa de 50\$00 a 1.000\$00, dando-lhe, no entanto, 15 dias para apresentar as alegações que entender convenientes, *“fazendo-as acompanhar dos elementos ou informações que deram lugar ao presente processo”*⁶⁷. A justificação dada pela ECA para o atraso no envio dos boletins estatísticos referentes aos meses de outubro e novembro, tem o mesmo teor da justificação já anteriormente utilizada em de 10 de abril, mas respeitante ao mês de dezembro de 1968, ou seja, *“deve-se ao facto de ter adoecido o empregado encarregado do serviço, pelo que, pedimos que relevem a falta. Nesta conformidade, solicitamos a V. Exa. o favor de mandar anular a multa (...)”*⁶⁸.

No que respeita ao atraso de outros dados, tais como a nota de produção e consumo anual, força motriz e verbete do pessoal (discriminado por sexos e idades), o valor da multa a aplicar oscilava entre 200\$00 e 6.000\$00, como



aconteceu também no mês de dezembro de 1968, cuja nota enviada à Empresa data de 4 de abril de 1969.

Contudo, e independentemente das ameaças do INE, o problema dos atrasos no envio dos dados pela Empresa não ficou resolvido nestes últimos anos da década de 60, tendo continuidade na década seguinte, e até com alguns pormenores bem reveladores da permanência deste “irritante” na relação institucional entre ambos. Em maio de 1970, o INE volta a solicitar à ECA elementos sobre o consumo anual de tomate fresco, como o fora nos primeiros anos de laboração, entretanto dispensados, exigindo apenas dados do produto transformado (isto no que respeita ao fruto). Pretendia o INE “*elaborar dados estatísticos sobre consumos anuais de tomate fresco, utilizados como matéria-prima, na produção dos diversos derivados desse fruto. (...) discriminados por concelhos de origem*”⁶⁹.



Figura 3 - Rótulo das embalagens de concentrado de tomate produzido pela ECA - Empresa de Concentrados de Alvalade. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.

Como resposta à solicitação do INE, a Administração da ECA informa que “*não dispomos de elementos que permitam a discriminação por concelhos das quantidades de tomate utilizado como matéria-prima recebida na nossa fábrica.*

Dispomos, no entanto, das quantidades globais recebidas em cada ano, mas essas já certamente são do conhecimento de V. Exas. através da Junta Nacional das Frutas que periodicamente recebe esses dados”⁷⁰.



Apesar do conteúdo da resposta do INE manifestar a cordialidade própria da circunstância, não deixa, no entanto, de transparecer algum mal-estar, incompatível com a sã colaboração pretendida, segundo o apelo do Instituto constante no Proc. 241.41, de 14 de outubro de 1968, como podemos observar pelo excerto que se segue:

“Dado que a produção aproveitada é totalmente adquirida pelos industriais, que são apenas 55, estão estes certamente em posição de prestarem informações mais rigorosas do que os agricultores, que são em número de muitas centenas.

Em face do exposto, solicito a V. Exa. se digne providenciar no sentido de serem remetidos, com a possível urgência, os seguintes elementos:

1 – Quantidade de tomate adquirido à lavoura na campanha de 1969, por concelhos de proveniência. Caso seja de todo impossível informar pela forma pedida, a discriminação dos referidos elementos por distritos seria já de grande utilidade;

2 – Solicito também a V. Exa. que, no final da campanha de 1970, sejam enviados a este Instituto dados idênticos aos mencionados em 1).

Agradecendo desde já a atenção dispensada ao pedido que formulo, apresento a V. Exa. os meus cumprimentos”⁷¹.

O texto do INE refere a existência de 55 industriais em 1970. No entanto, não precisamos se o autor do texto se refere a industriais da transformação apenas do setor do tomate, se também de fábricas de transformação de outros frutos, situação que nos parece mais razoável, atendendo aos dados de que dispomos. Em 1965, as fábricas de concentrado de tomate registadas eram apenas 15 (como consta na resposta ao pedido de elementos pelo Deputado Carlos Monteiro do Amaral Netto). O número de fábricas apontado por Carlos Portas para a década de 60 (supomos que no final), ficava-se pelas 32, a maioria pequenas, dedicadas à transformação⁷².

A relação da ECA com os produtores de tomate também não esteve isenta de problemas. Na condição de arrendatária de propriedades para produção própria, a Empresa tinha de estabelecer contratos com terceiros de forma a garantir que as culturas se efetuassem no tempo e modo regulares, assim como a canalização da totalidade do fruto fosse exclusivamente direcionada



para a fábrica. Deveria também assegurar-se que a respetiva produção não fosse danificada, sob pena dos prejuízos causados constituírem objeto de indemnização, voluntária ou coerciva, como a título de exemplo podemos observar nos contenciosos que se seguem:

- Autores: ECA (Empresa de Concentrados de Alvalade, SARL), e outros;
- Réus: A AGROP (Sociedade de Promoção de Produtos para a Agricultura, Lda), e outros;

Tendo tomado de arrendamento parte da herdade dos Coitos, na freguesia de Alvalade-Sado, para o cultivo de tomate para abastecimento da referida Fábrica, a ECA celebrou com outros dois autores um contrato de parceria em regime de sociedade irregular, para vigorar na campanha de 1970, no qual se obrigavam a produzir 8 hectares de tomate para venda exclusiva à ECA, para aproveitamento de polpa e semente.

Em julho de 1970, com o tomatal já carregado de frutos em vias de amadurecimento, foi quase totalmente destruído por lhe ser lançada por cima uma grande quantidade de herbicida, destruindo as plantas e os frutos. Os danos resultaram da aspersão aérea do herbicida lançado por um avião que procedia à monda química num arrozal nas proximidades. Avaliados os danos causados, foi pedida uma indemnização aos responsáveis nos valores de 60.000\$00 à primeira (AGROPE, ação transferida para a Companhia de Seguros Ultramarina), e de 137.718\$70, em comum e partes iguais, à segunda e terceira responsáveis (SAPEC e Companhia de Seguros Tranquilidade)⁷³.

Esta aspersão do herbicida viria também a causar prejuízos numa propriedade colateral, esta não da Empresa, na qual impediu a produção normal das oliveiras e videiras na colheita de 1970, prejuízo orçado em 3.840\$00 e 3.600\$00 respetivamente. O Acórdão dos Juízes que constituíram o Tribunal Coletivo nesta Comarca data de 12 de abril de 1972, e consta no fl. 282v do processo. Foi ainda apresentada uma reclamação com base no ponto 25 solicitando esclarecimentos acerca dos prejuízos causados à proprietária, a qual foi indeferida, como consta no fl. 284v.

As rés viriam a ser condenadas a pagar aos primeiros autores a indemnização de 76.618\$70, e à segunda autora (proprietária da herdade do Monte dos Coitos de Cima), a indemnização de 7.400\$00⁷⁴.



Mas também nem tudo decorreu bem com os produtores⁷⁵. Em dezembro de 1971, a ECA estabeleceu um contrato com os rendeiros da propriedade denominada Azinhal, freguesia de S. João de Negrilhos, concelho de Aljustrel, no qual estes se comprometiam em cultivar seis hectares de tomate num total de 301.000 tomateiros, e a vender à ECA a produção integral, sendo-lhe proibido vendê-la total ou parcialmente a outrem. Os frutos de primeira qualidade seriam pagos ao preço de 0\$60/Kg, e os de 2.º a 0\$45, conforme consignado nos termos do contrato, firmado em 1/12/1971. Competia à Empresa fornecer a crédito as plantas, produtos químicos, adubos e quantias em dinheiro que lhes fossem indispensáveis para promover a plantação, num total de 89.887\$40.

No entanto, a ECA afirma que o réu violou o contrato, começando a entregar tomate logo em agosto à empresa Consol, sua concorrente, com fábrica em Aljustrel, grande parte dos frutos na referida plantação, entregas que prosseguiram até final da campanha em 20 de outubro de 1973, facto que constituiu para a autora quebra do contrato (desistência ou inadimplente), pelo que exigiu uma indemnização no valor de 301.000\$00, de acordo com a cláusula penal ajustada (valor que viria a ser reduzido para 239.478\$509, por tratar-se de um casal).

Contestada a acusação pelos réus alegando falsas informações e alterações do contrato num moroso processo, o tribunal decidiu pela condenação dos réus a pagarem à autora a quantia de cem mil escudos, absolvendo-os do resto do pedido, decisão datada de 20/12/1974.

Pelo contrário, não encontramos registos de quaisquer divergências com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém no período por nós estudado, com a qual denota uma saudável relação, e até muito para além do respeito obrigatório pelas formalidades legais inerentes à resolução dos assuntos normais. Em maio 1973, reportando-se a uma comunicação anterior, a Câmara informa a ECA que *"está prevista, para um futuro próximo, a construção do arruamento de Alvalade à E.N.206, embora não me seja possível, de momento, indicar a data do início"*. Com data de 14 de maio do referido ano, a ECA, referindo-se ao ofício n.º 9989 de 6 de dezembro de 1972 emitido pela Câmara sobre este assunto, refere que *"(...) temos a honra de informar V. Exa de que a participação de 40 contos que prometemos para a construção do arruamento de Alvalade à EN261 continua assegurada."*



Apenas estamos a aguardar a conclusão dos trabalhos, para se proceder à respetiva entrega. Aproveitamos a oportunidade para solicitar a V. Exa a informação sobre se está prevista a iluminação do aludido arruamento na presente fase dos trabalhos ou em futuro próximo”⁷⁶.

À laia de conclusão e segundo a documentação consultada, podemos afirmar que a Empresa de Concentrados de Alvalade constituiu um polo de desenvolvimento assinalável, não apenas para a freguesia de Alvalade do Sado onde foi fundada, mas também para uma região mais vasta, pela dinâmica que criou na cultura do tomate no distrito de Setúbal e parte ocidental do centro do Alentejo. Contribuiu ainda para a fixação de mão-de-obra na região através da criação de emprego, minimizando os efeitos de um dos maiores surtos migratórios de que há registo em Portugal. Na década de 60, a média do decréscimo da população das freguesias rurais de Santiago do Cacém situa-se nos 30,6%, enquanto Alvalade perdeu apenas 5,9%.

Com uma produção modesta nos primeiros anos com fruto adquirido nas proximidades, principalmente nas margens da Ribeira de Campilhas, a partir de meados da década de 60 já produzia mais de 8 mil toneladas anuais de concentrado e estendia a sua ação às ribeiras de Fragosa, Alvito, Daroal, Figueira e Rio Sado, em cujas margens promoveu o desenvolvimento da sua própria produção através do arrendamento de propriedades. Em 1971 já recebia fruto de mais de 170 produtores.

Reconhecemos que muito mais haveria para dizer sobre a Empresa, mesmo no período por nós tratado, sobre aspetos que são colaterais à nossa proposta de trabalho. No entanto, e tendo em consideração a importância que a ECA teve num espaço e tempo de transformações importantes a vários níveis no país, e o extenso espólio documental disponível à espera de tratamento historiográfico, consideramos que seria de toda a conveniência que este estudo tivesse continuação, nomeadamente no período posterior ao 25 de Abril de 1974.

Queremos deixar uma palavra de agradecimento aos Técnicos do Arquivo Municipal de Santiago do Cacém, nomeadamente à Dr.^a Luísa Gomes, Diretora do Arquivo, e à Técnica D. Maria José, pela simpática forma como nos receberam e facilitaram a consulta do espólio documental aí existente.



ANEXO DOCUMENTAL

Quadro XII

Fornecedores: propriedades, áreas de produção e quantidades produzidas em 1963

Propriedade	Área ⁷⁷ Cultivada	Tomate (Kgs)		Refugo	Total	Contrato (n.º)
		de 1.ª	de 2.ª			
Monte dos Alhos	4	218.062	36.378	----	254.440	120
Neta	0,50	29.792	5.610	498	35.900	64
Fonte Nossa Senhora	1	37.654	3.485	251	41.390	106
Vale do Burro	2	37.292	7.452	1.036	45.780	66
Cerrado das Tulhas	1	72.194	8.603	573	81.370	96
Não consta	N/consta	4.229	2.691	----	6.920	154
Láparece	1	15.342	448	----	15.790	90
Almargens	5	177.178	32.656	1.426	211.260	61
Courela Isabel d'Oliveira	0,25	12.798	3.798	884	17.480	44
Ribeira da Ponte	0,40	14.370	2.900	1.580	18.850	129
Ribeira da Ponte	2	54.716	13.112	4.215	72.040	42
Monte das Quintas	0,20	6.727	1.793	30	8.550	137
Fontainhas da Ponte e Caveiras	2	39.571	11.061	2.271	52.903	8
Monte dos Alhos	10	195.928	57.570	13.102	266.600	78
Monte Garcia Menino	3,5	132.289	41.324	6.107	179.720	124
Fonte Santa de Baixo	0,50	26.095	1.696	709	28.500	39
Casa Nova	1	26.848	5.190	2.042	34.080	10
Moinho do Rego do Meio	10	360.394	87.463	12.553	460.410	40
Várzea de Campilhas	0,50	15.234	3.183	153	18.570	12
Courela da Lagoa	1,50	52.920	5.338	122	58.380	31
Courela da Vala	1	44.830	6.653	387	51.870	138
Monte dos Alhos	10	147.951	65.564	16.515	230.030	73
Borboleças	20	618.866	162.361	29.393	810.620	109
Besteiros	2	63.343	13.790	727	77.860	111
Fontainhas	0,50	30.878	3.880	662	35.420	13
Não consta	N/consta	6.737	1.838	765	9.340	152 ?
Barreira	2	46.874	8.806	720	56.400	37
Cerca do Lagar	0,20	9.976	2.057	207	12.240	139
Courela do Cabeço	0,50	19.000	3.215	625	22.840	4
Quinta dos Mudos	0,15	5.827	640	23	6.490	117
Monte dos Alhos	10	117.065	51.381	10.544	178.990	72
Várzea de Campilhas	2	78.173	7.555	89	85.807	103
Padrões	3,5	75.111	39.233	6.236	120.680	135
Água Nova de Cima	0,50	14.665	6.747	938	22.350	14
Courela do Pontão	1,50	72.697	9.259	1.054	83.010	104
Quinta das Rosas	0,25	2.018	1.563	179	3.760	53
Monte dos Alhos	8	117.670	72.145	25.485	215.300	108
Alvalade (da Água Nova?)	0,50	26.426	5.177	159	31.760	?
Monte Novo da Água Nova	0,50	32.645	12.012	3.617	48.274	15
Monte dos Alhos	10	180.514	101.901	26.295	308.710	75
Monte dos Alhos	10	122.369	58.967	22.294	203.630	79
Carvalhal	N/consta	127.230	16.050	4.290	147.570	146
Ponte Grande	0,40	22.918	2.748	344	26.010	87
Courela dos Coitos	1	81.814	9.021	805	91.640	102



Quadro XII

Fornecedores: propriedades, áreas de produção e quantidades produzidas em 1963 (continuação)

Propriedade	Área ⁷⁷ Cultivada	Tomate (Kgs)		Refugio	Total	Contrato (n.º)
		de 1.ª	de 2.ª			
N/consta	N/consta	N/consta	199.060	----	199.060	N/consta
Fonte de N.ª Senhora	0,50	18.275	1.742	23	20.040	101
Fontes, V. Grande, Monte Branco, C. da Várzea e Cordeiras	87	629.824	52.706	----	682.530	177 a 181
Benavente	N/consta	----	175.920	----	175.920	N/consta
Courelas: Campilhas e C D Maria	2,63	114.944	11.502	804	127.850	30/130?
Monte dos Alhos	10	192.399	72.150	23.331	287.880	81
Pedregal	0,25	13.830	4.398	1.322	19.550	20
Neta	1,20	34.560	5.061	1.319	40.940	6
Monte do Farrobo	1,50	22.952	7.625	323	30.900	50
Pereira de Cima	0,15	17.615	2.273	302	20.190	2
Valinho da Ponte	0,30	14.998	2.910	472	18.380	65
Badoca	1,50	37.716	6.026	4.548	48.290	88
Almargens	5	174.864	19.380	606	194.850	61
Courelas: Campilhas e D. Maria	2,63	28.042	2.308	----	30.350	30 e 36
Terrazina	6	126.471	45.878	5.741	178.090	92
Montes Velhos	N/consta	5.028	1.982	----	7.010	N/consta
Monte dos Alhos	10	164.346	56.302	21.392	242.040	86
Monte dos Alhos	10	167.795	63.496	18.979	250.270	74
Vale Vinagre	1,50	15.026	6.134	----	21.160	110
Ponte Pedra de Baixo	0,30	22.438	7.114	1.908	31.460	1
Zé do Monte e António do Monte	3	94.239	37.407	1.124	132.770	46
Láparece	0,50	20.787	3.022	61	23.870	93
Ponte de Cima	1	29.092	7.668	1.760	38.520	2
Monte Garcia Menino	3,50	----	----	----	----	124
Leal de Baixo	1,50	35.319	9.077	3.799	48.195	16
Vale do Burro	2	----	----	----	----	66
Corredoura	16	----	----	----	----	116
Campilhas	0,35	----	----	----	----	131
Barradinha de Vale Travessinho	3,5	85.304	28.576	8.380	122.260	48
Ponte Grande de Cima	0,60	38.274	8.580	1.706	48.560	27
Monte Ruivo	18	287.548	147.798	20.554	455.900	94
Monte dos Alhos	10	160.331	66.340	10.569	237.240	80
Horta do Pontão	0,75	16.661	7.973	816	25.450	113
Cerca do Sá	0,50	----	----	----	----	24
Fonte Santa	1	34.807	8.530	493	43.830	112
Courela do Elias	0,25	14.463	2.209	128	16.800	25
Casa Velha	7	182.991	66.651	2.828	252.470	57



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos

1961	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	7	3.940\$	182	42
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	156	36
Fevereiro	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	7	3.940\$	168	42
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	144	36
Março	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	7	3.940\$	189	35
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	162	30
Abril	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	7	3.940\$	175	42
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	158	36
Maio	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	7	3.940\$	189 ⁷⁸	42
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	162	36
Junho	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	7	3.940\$	182	42
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	162	36
Julho	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	32	14.340\$	836	192
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	156	36
Agosto	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	32	14.340\$	832	192
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	156	36
Setembro	Dirigentes	3	5.000\$	Dia / Semana	32	14.340\$	832	192
	Administrativos	3		Ao mês	6	8.100\$	156	36
Outubro	Dirigentes	3	5.600\$	Dia / Semana	32	14.340\$	864	192
	Administrativos	5		Ao mês	7	8.900\$	189	42
Novembro	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	15	7.800\$	390	90
	Administrativos	5		Ao mês	6	5.200\$	156	36
Dezembro	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	7	3.940\$	161	35
	Administrativos	5		Ao mês	6	5.200\$	138	30



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1962	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	15	7.800\$	405	90
	Administrativos	5		Ao mês	6	5.200\$	262	36
Fevereiro	Dirigentes	3	7.400\$					doc. de 15/3/62
	Administrativos	5						
Março	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	17	8.440\$	442 ⁷⁹	102
	Administrativos	5		Ao mês	6	6.900\$	156	36
Abril	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	17	8.440\$	408	102
	Administrativos	5		Ao mês ⁸⁰	6	6.900\$	144	36
Maio	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	17	8.440\$	459	102
	Administrativos	5		Ao mês	6	6.900\$	162	36
Junho	Dirigentes	3	7.400\$	Dia / Semana	17	8.440\$	408	102
	Administrativos	5		Ao mês	6	6.900\$	144	36
Julho	Dirigentes	3	8.450\$	Dia / Semana	30	17.160\$	780	180
	Administrativos	6		Ao mês	8	11.130\$	208	48
Agosto	Dirigentes	3	8.450\$	Dia / Semana	80	43.680\$	2.080	480
	Administrativos	6		Ao mês	8	11.130\$	208	48
Setembro	Dirigentes	3	8.450\$	Dia / Semana	80	43.680\$	2.000	480
	Administrativos	6		Ao mês ⁸¹	8	11.130\$	200	48
Outubro	Dirigentes	3	8.450\$	Dia / Semana	60	37.440\$	1.560	360
	Administrativos	6		Ao mês	8	11.130\$	208	48
Novembro	Dirigentes	3	8.450\$	Dia / Semana	26	13.000\$	650	156
	Administrativos	6		Ao mês	6	5.200\$	150	36
Dezembro	Dirigentes	3	8.450\$	Dia / Semana	20	11.500\$	460	100
	Administrativos	6		Ao mês	6	5.200\$	138	30



Figura 4 - Rótulo das embalagens de concentrado de tomate produzido pela ECA- Empresa de Concentrados de Alvalade, para a KRASDALE FOODS INC. NEW YORK DISTRIBUTORS. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1963	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3		Dia / Semana	20	11.500\$	520	120
	Administrativos	6	8.450\$	Ao mês	6	5.200\$	156	36
Fevereiro	Dirigentes	3		Dia / Semana	30	24.038\$	690	180
	Administrativos	6	8.700\$	Ao mês	4	8.600\$	92	24
Março	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	24.038\$	780	180
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	78	18
Abril	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	24.038\$	780	180
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	78	18
Maio	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	24.038\$	810	180
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	81	18
Junho	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	24.038\$	690	180
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	81	18
Julho	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	50	40.063\$	810	180
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	81	48
Agosto	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	80	41.600\$	2.080	480
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	75	18
Setembro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	80	41.600\$	2.080	480
	Administrativos	7	11.700\$	Ao mês	3	5.600\$	75	18
Outubro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	60	37.440\$	1.620	360
	Administrativos	11	16.850\$	Ao mês	2	3.800\$	54	12
Novembro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	18.120\$	750	180
	Administrativos	11	16.850\$	Ao mês	2	3.800\$	50	12
Dezembro ⁸²	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	20	12.480\$	520	120
	Administrativos	10	13.850\$	Ao mês	2	3.800\$	52	12



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1964	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	20	12.480\$	480	120
	Administrativos	12	20.450\$	Ao mês	2	3.800\$	48	12
Fevereiro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	24.038\$	780	180
	Administrativos	12	20.450\$	Ao mês	2	3.800\$	52	12
Março	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	30	46.800\$	780	180
	Administrativos	13	23.500\$	Ao mês	2	3.800\$	52	12
Abril	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	50 ⁸³	27.040\$	1.300	300
	Administrativos	13	26.200\$	Ao mês	2	3.800\$	52	12
Maio	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	50	27.040\$	1.250	250
	Administrativos	13	26.200\$	Ao mês	2	4.500\$	50	10
Junho	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	50	27.040\$	1.300	300
	Administrativos	13	26.200\$	Ao mês	2	4.500\$	52	12
Julho	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	55	28.912\$	1.430	330
	Administrativos	13	27.550\$	Ao mês	3	6.500\$	81	18
Agosto	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	184	44.309\$	4.784	1.104
	Administrativos	14	27.975\$	Ao mês	34	43.176\$	884	204
Setembro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	263	63.150\$	6.838	1.578
	Administrativos	13	27.050\$	Ao mês	38	41.902\$	988	228
Outubro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	164	39.420\$	4.428	984
	Administrativos	13	27.050\$	Ao mês	36	40.922\$	972	216
Novembro	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	76	18.341\$	1.900	456
	Administrativos	13	27.325\$	Ao mês	37	42.255\$	925	222
Dezembro ⁸²	Dirigentes	3	30.000\$	Dia / Semana	80	18.968\$	1.920	480
	Administrativos	13	27.325\$	Ao mês	44	43.614\$	1.056	264



Figura 5 - Rótulo das embalagens de concentrado de tomate produzido pela ECA – Empresa de Concentrado de Alvalade, para a marca comercial SUNPRIDE. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Quadro XIII
ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1965	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	65	21.384\$	1.625	210
	Administrativos	13	29.025\$	Ao mês	35	42.864\$	875	190
Fevereiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	74	32.387\$	1.776	444
	Administrativos	13	29.692\$	Ao mês	40	57.964\$	960	240
Março	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	110	31.181\$	2.860	660
	Administrativos	12	24.525\$	Ao mês	43	60.361\$	1.518	258
Abril	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	97	32.341\$	2.522	582
	Administrativos	13	27.692\$	Ao mês	61	73.894\$	1.586	366
Maio	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	121	34.022\$	3.146	726
	Administrativos	16	40.025\$	Ao mês	59	65.194\$	1.534	354
Junho	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	141	36.105\$	3.384	846
	Administrativos	16	40.025\$	Ao mês	59	63.694\$	1.416	354
Julho	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	86	25.666\$	2.236	516
	Administrativos	16	41.025\$	Ao mês	90	98.475\$	2.340	540
Agosto	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	139	65.951\$	3.614	834
	Administrativos	17	43.025\$	Ao mês	89	99.175\$	2.314	534
Setembro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	160	122.270\$	4.160	960
	Administrativos	18	44.745\$	Ao mês	89	99.975\$	2.314	534
Outubro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	229	133.604\$	5.725	1.374
	Administrativos	18	46.470\$	Ao mês	89	99.925\$	2.225	534
Novembro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	140	90.520\$	3.360	840
	Administrativos	17	41.470\$	Ao mês	88	81.330\$	2.112	528
Dezembro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	77	53.212\$	1.925	462
	Administrativos	17	41.470\$	Ao mês	93	99.300\$	2.325	558



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1966	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	86	41.192\$	2.064	516
	Administrativos	15	37.000\$	Ao mês	90	108.533\$	2.160	540
Fevereiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	90	41.312\$	2.090	540
	Administrativos	17	46.666\$	Ao mês	87	104.450\$	2.001	522
Março	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	152	79.435\$	3.953	912
	Administrativos	14	54.900\$	Ao mês	89	92.590\$	2.314	584
Abril	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	212	181.210\$	5.088	1.272
	Administrativos	21	67.200\$	Ao mês	100	117.235\$	2.600	600
Maio	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	268	193.395\$	6.968	1.608
	Administrativos	19	61.450\$	Ao mês	159	153.386\$	3.935	954
Junho	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	224	259.349\$	5.376	1.344
	Administrativos	19	60.350\$	Ao mês	187	228.743\$	4.488	1.122
Julho	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	359	377.366\$	8.975	2.154
	Administrativos	18	59.950\$	Ao mês	109	179.860\$	2.725	654
Agosto	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	68	42.583\$	1.768	408
	Administrativos	17	55.800\$	Ao mês	115	181.660\$	2.990	690
Setembro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	91	57.012\$	2.366	546
	Administrativos	18	57.333\$	Ao mês	113	186.060\$	2.938	678
Outubro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	69	39.364\$	1.725	414
	Administrativos	17	54.800\$	Ao mês	117	192.060\$	2.925	702
Novembro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	55	42.280\$	1.375	330
	Administrativos	19	57.366\$	Ao mês	118	196.040\$	2.950	708
Dezembro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	46	76.853\$	1.150	276
	Administrativos	19	60.900\$	Ao mês	123	294.130\$	3.075	738

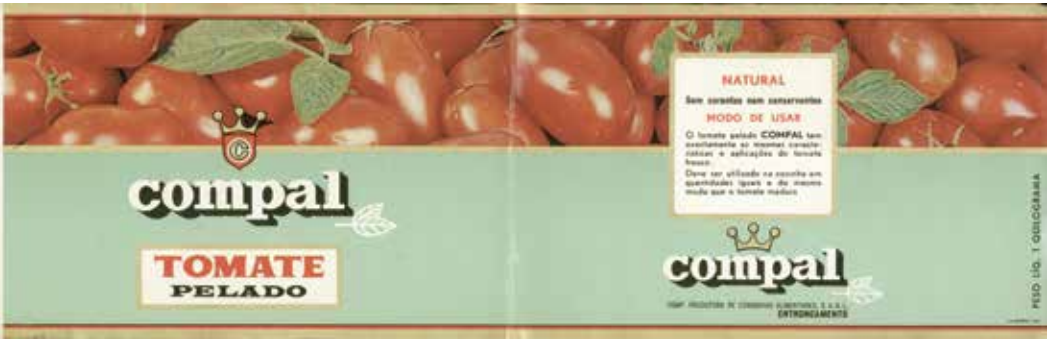


Figura 6 - Rótulo das embalagens de tomate pelado produzido pela ECA - Empresa de Concentrados de Alvalade para a marca comercial COMPAL – COMPANHIA PRODUTORA DE CONSERVAS ALIMENTARES. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Quadro XIII
ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1967	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	88	78.518\$	2.288	528
	Administrativos	19	60.900\$	Ao mês	122	204.440\$	3.172	732
Fevereiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	64	50.082\$	1.472	384
	Administrativos	17	62.900\$	Ao mês	140	203.280\$	3.220	840
Março	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	181	159.400\$	4.887	1.086
	Administrativos	17	59.650\$	Ao mês	123	206.568\$	3.321	738
Abril	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	209	154.198\$	5.434	1.254
	Administrativos	17	62.200\$	Ao mês	124	211.411\$	3.224	744
Maio	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	205	138.262\$	5.330	1.230
	Administrativos	18	62.173\$	Ao mês	121	216.249\$	3.146	726
Junho	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	147	127.630\$	3.675	882
	Administrativos	18	62.173\$	Ao mês	130	270.184\$	3.250	780
Julho	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	154	91.513\$	4.004	924
	Administrativos	19	63.716\$	Ao mês	128	257.071\$	3.328	768
Agosto	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	732	505.026\$	18.300	4.392
	Administrativos	18	63.200\$	Ao mês	126	249.666\$	3.150	756
Setembro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	732	505.026\$	19.032	4.392
	Administrativos	18	63.200\$	Ao mês	127	255.600\$	3.302	762
Outubro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	369	394.571\$	9.594	2.214
	Administrativos	18	63.600\$	Ao mês	122	253.460\$	3.172	732
Novembro	Dirigentes	----	----	Dia / Semana	----	----	----	----
	Administrativos			Ao mês				
Dezembro	Dirigentes	4	45.000\$	Dia / Semana	47	42.173\$	1.034	282
	Administrativos	18	63.600\$	Ao mês	128	251.716\$	2.816	768



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1968	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes Administrativos	4 18	45.000\$ 62.300\$	Dia / Semana Ao mês	47 127	46.444\$ 250.639\$	1.175 3.175	282 762
Fevereiro	Dirigentes Administrativos	4 18	45.000\$ 62.466\$	Dia / Semana Ao mês	46 126	47.943\$ 248.323\$	1.100 3.150	276 756
Março	Dirigentes Administrativos	4 18	45.000\$ 62.850\$	Dia / Semana Ao mês	44 126	44.825\$ 250.600\$	1.100 3.150	264 756
Abril	Dirigentes Administrativos	4 18	45.000\$ 62.575\$	Dia / Semana Ao mês	44 126	44.300\$ 250.950\$	1.100 3.150	264 756
Maio	Dirigentes Administrativos	4 17	45.000\$ 65.940\$	Dia / Semana Ao mês	44 126	44.925\$ 248.761\$	1.188 3.402	264 756
Junho	Dirigentes Administrativos	----	----	Dia / Semana Ao mês	----	----	----	Folha em falta
Julho	Dirigentes Administrativos	3 18	37.500\$ 62.228\$	Dia / Semana Ao mês	41 125	41.730\$ 240.911\$	1.107 3.375	246 750
Agosto	Dirigentes Administrativos	3 17	37.500\$ 60.185\$	Dia / Semana Ao mês	270 124	308.751\$ 246.851\$	6.750 3.100	1.420 744
Setembro	Dirigentes Administrativos	3 17	37.500\$ 60.185\$	Dia / Semana Ao mês	374 124	535.486\$ 246.851\$	9.724 3.224	2.244 744
Outubro	Dirigentes Administrativos	3 17	37.500\$ 52.758\$	Dia / Semana Ao mês	286 125	396.554\$ 246.746\$	7.436 3.250	1.716 750
Novembro	Dirigentes Administrativos	3 14	45.000\$ 47.900\$	Dia / Semana Ao mês	23 129	32.395\$ 250.600\$	575 3.225	138 774
Dezembro	Dirigentes Administrativos	3 18	45.000\$ 64.415\$	Dia / Semana Ao mês	31 127	36.550\$ 246.510\$	806 3.302	186 762



Figura 7 - Rótulo das embalagens de tomate pelado produzido pela ECA - Empresa de Concentrados de Alvalade, para a marca COMPAL – COMPANHIA PRODUTORA DE CONSERVAS ALIMENTARES. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1969	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	31	37.500\$	837	186
	Administrativos	19	61.883\$	Ao mês	128	246.021\$	3.456	768
Fevereiro	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	31	36.670\$	744	186
	Administrativos	19	61.541\$	Ao mês	129	250.500\$	3.096	774
Março	Dirigentes	3	45.000\$	Dia / Semana	32	38.373\$	832	192
	Administrativos	19	60.500\$	Ao mês	125	238.060\$	3.250	750
Abril	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	32	39.116\$	864	192
	Administrativos	18	50.477\$	Ao mês	126	242.168\$	3.402	756
Maio	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	32	39.116\$	864	192
	Administrativos	17	50.980\$	Ao mês	126	242.168\$	3.402	756
Junho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	32	39.396\$	800	192
	Administrativos	18	51.853\$	Ao mês	125	242.423\$	3.125	750
Julho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	26	31.154\$	676	156
	Administrativos	17	50.730\$	Ao mês	130	246.754\$	3.380	780
Agosto	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	24	31.781\$	586	144
	Administrativos	17	50.130\$	Ao mês	131	257.270\$	3.144	786
Setembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	24	31.781\$	586	144
	Administrativos	17	50.230\$	Ao mês	131	257.270\$	3.144	786
Outubro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	22	25.896\$	594	774
	Administrativos	18	52.230\$	Ao mês	129	250.375\$	3.483	
Novembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	19	25.896\$	456	114
	Administrativos	17	47.363\$	Ao mês	132	252.936\$	3.192	798
Dezembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	20	26.246\$	480	120
	Administrativos	17	48.230\$	Ao mês	128	245.833\$	3.072	768



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1970	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	23	30.311\$	598	138
	Administrativos	18	49.855\$	Ao mês	135	242.638\$	3.510	810
Fevereiro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	25	35.516\$	575	150
	Administrativos	18	51.680\$	Ao mês	124	239.256\$	2.976	744
Março	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	26	34.221\$	676	156
	Administrativos	18	52.780\$	Ao mês	118	232.900\$	3.068	708
Abril	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	56.690\$	Ao mês	140	290.749\$	3.640	840
Maio	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	56.690\$	Ao mês	139	291.800\$	3.475	834
Junho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	56.323\$	Ao mês	138	286.239\$	3.450	828
Julho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	58.040\$	Ao mês	137	285.041\$	3.699	822
Agosto	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	430	233.140\$	6.085	1.651
	Administrativos	16	58.040\$	Ao mês	135	282.330\$	3.375	810
Setembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	516	428.208\$	14.080	3.090
	Administrativos	17	60.690\$	Ao mês	135	281.990\$	3.510	810
Outubro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	----	----	----	----
	Administrativos	18	62.490\$	Ao mês	----	----	----	----
Novembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	----	----	----	----
	Administrativos	18	62.490\$	Ao mês	----	----	----	----
Dezembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	18	62.490\$	Ao mês	135	285.300\$	4.050	810

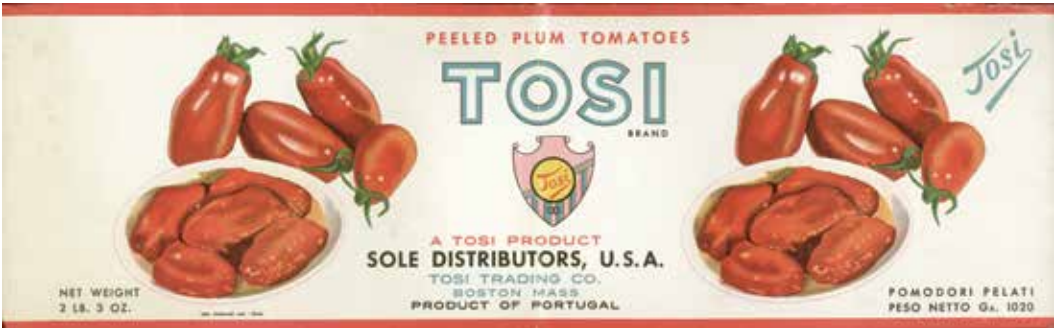


Figura 8 - Rótulo das embalagens de tomate pelado produzido pela ECA - Empresa de Concentrados de Alvalade, para a TOSI TRADING CO. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1971	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	18	63.340\$	Ao mês	136	286.400\$	4.059 ⁸⁴	1.088
Fevereiro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	60.670\$	Ao mês	136	285.333\$	4.50 ⁸⁵	1.088
Março	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	60.940\$	Ao mês	136	283.219\$	4.002 ⁸⁶	1.088
Abril	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	61.090\$	Ao mês	138	287.789\$	32.488 ⁸⁷	6.624
Maio	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	57.640\$	Ao mês	137	287.101\$	32.608	6.576
Junho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	56.106\$	Ao mês	137	285.226\$	32.608	6.576
Julho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	54.696\$	Ao mês	137	293.217\$	32.608	6.576
Agosto	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	60.924\$	Ao mês	613	419.299\$	68.064	18.208
Setembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	12	47.480\$	Ao mês	807	862.664\$	98.432	24.084
Outubro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	15	51.374\$	Ao mês	692	779.988\$	83.101	17.561
Novembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0	0	0
	Administrativos	16	56.330\$	Ao mês	404	361.958\$	13.328	2.624
Dezembro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	72.512\$	Ao mês	132	649.301\$	31.592 (3.940)	1.056



Quadro XIII

ECA: trabalhadores e vencimentos (cont.)

1972	N.º de trabalhadores / remuneração						Total de dias de trabalho (incluindo horas extraordinárias)	
Meses	Dirigentes e Administrativos c/ e sem remuneração			Operários			Durante todo o mês	Última semana completa no mês
Janeiro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	56.330\$	Ao mês	133	307.323\$	31.304	6.336
Fevereiro	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	56.330\$	Ao mês	138	299.897\$	30.192	6.624
Março	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	56.570\$	Ao mês	128	290.069\$	29.504	6.144
Abril	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	15	53.430\$	Ao mês	124	282.149\$	28.814	5.952
Maio	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	15	53.630\$	Ao mês	122	276.550\$	28.296	5.856
Junho	Dirigentes	3	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	58.480\$	Ao mês	124	306.283\$	28.496	5.952
Julho	Dirigentes	4	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	62.246\$	Ao mês	122	305.215\$	28.392	5.856
Agosto	Dirigentes	4	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	62.730\$	Ao mês	134	324.094\$	31.608	6.432
Setembro	Dirigentes	4	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	16	59.076\$	Ao mês	807	1.374.934\$	138.633	33.650
Outubro	Dirigentes	4	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	18	64.396\$	Ao mês	727	848.807\$	99.271	15.593
Novembro	Dirigentes	4	90.000\$	Dia / Semana	0	0	0	0
	Administrativos	18	64.980\$	Ao mês	118	331.276\$	31.824	5.664
Dezembro	Dirigentes	4	90.000\$	Dia / Semana	0	0\$	0	0
	Administrativos	17	63.980\$	Ao mês	134	329.221\$	31.480	6.432



Figura 9 - Rótulo das embalagens de tomate pelado produzido pela ECA- Empresa de Concentrados de Alvalade. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.



Quadro XIV

Concentrado produzido na ECA 1961 – 1972, em Kgs (aproximado)

Anos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Totais
A 1961	25010	402207	614034	191255	12682	1245188
A 1962	30587	594506	1307115	505730	38312	2476250
A 1963	58250	1028000	1698174	994334	189392	3968150
A 1964	57782	1649346	2299522	619711	66793	4693154
A 1965	280870	3318915	3403845	1030016	14041	8047687
A 1966	429140	2678376	4326889	1383623	60808	8878836
A 1967	222410	4021918	4365999	1130602	547222	10288151
A 1968	96550	2958419	3865653	2181740	217435	9319797
A 1969	0	2113430	4129127	1338569	0	7581126
A 1970	6125	1765605	3727905	1536719	0	7036354
A 1971	0	1091532	4582540	2026758	54000	7754830
A 1972	0	2359000	4630000	1156000	0	8145000

Quadro XV

Valores do concentrado produzido na fábrica (em escudos)

Anos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Totais
A 1961	125000	2252359	3438590	1071028	71019	6957996
A 1962	171287	3329233	7319844	2781515	214547	13816426
A 1963	320375	5653736	9339957	5468837	1041656	21824561
A 1964	317.801	9071403	12647371	3408410	367361	25494545
A 1965	1797568	21241056	21784608	6592102	89862	51505196
A 1966	2815158	17409444	27474778	8993549	396252	57089181
A 1967	1423424	25740275	27942393	7235968	3502220	65844280
A 1968	617920	18933881	24740179	13963136	1413327	59668443
A 1969	0	13737295	26839325	8700698	0	49277318
A 1970	38832	11193935	23634917	9742798	0	44610482
A 1971	0	6985000	29384000	12971000	345000	49685000
A 1972	0	0	29632000	7398000	0	37030000



NOTAS

- 1 | Situação que também aconteceu em Santiago do Cacém. Cf. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2577>
- 2 | Mário Soares, Portugal Amordaçado, Arcádia Editora, 1974, p. 239.
- 3 | Fernando Rosas (e outros), *Tribunais Políticos- Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2009, pp. 107-109.
- 4 | Portugal foi membro fundador da EFTA (Diário da República, I Série, de 25/04/1960), juntamente com o Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça. Contudo, o acordo final viria a ser assinado em Bruxelas a 22 de julho de 1971, após concluídas prolongadas negociações, nomeadamente sobre preferências tarifárias de alguns produtos agrícolas, ou seus derivados, nos quais se incluíam os concentrados de tomate.
- 5 | INE, *Estatísticas Agrícolas e Alimentares*, folha n.º 7/66 - Estado das Culturas em 31 de julho.
- 6 | Cf. António Dias Coelho, “SPALIL, uma lenda da indústria ribatejana”, <https://mediotejo.net/spalil-uma-lenda-da-industria-ribatejana-por-antonio-matias-coelho/>.
- 7 | ANTT, *Presidência do Conselho de Ministros, Inspeção Superior do Plano de Fomento*, pedido de isenções fiscais pela FIT ao abrigo da Base IV da Lei n.º 2005, de 14 de março de 1945, 7 de agosto de 1958. Este pedido e respetiva fundamentação não obtiveram aprovação imediata pela Inspeção Superior, aguardando a revisão da lei.
- 8 | Processo respeitante a uma carta do cidadão inglês, William Livessy, referente à possibilidade da instalação de uma fábrica de concentrado de tomate. ANTT, Código de referência: PT/TT/SGPCM-GPC/1314/00010, 22 de maio de 1950.
- 9 | *Ibidem*, Resposta da Direção Geral dos Serviços Industriais do Ministério da Economia, em 29 de setembro de 1950.
- 10 | Comissão criada por portaria do Ministério da Economia, conforme publicação no Diário do Governo n.º 57, 2ª Série, de 10 de março de 1948.
- 11 | ANTT, Código de referência: PT/TT/SGPCM-PCOSMC/001/107012/00002, de 9 de abril de 1957. Manuel da Costa Braga (Gerente delegado da Empresa “FIT-Fomento da Indústria do Tomate, Lda.”): Processo respeitante à exposição e informação, prestada pela Inspeção Superior do Plano de Fomento, sobre o pedido de subsídio e de isenção de contribuição industrial, por seis anos.
- 12 | ANTT, *Secretaria-Geral da Presidência do Conselho Oliveira Salazar/Marcelo Caetano*, cx. 68, pasta 1/A-78, n.º 4.
- 13 | *Ibidem*.
- 14 | *Ibidem* (o destacado a negrito é nosso).
- 15 | BNP, *Noções Práticas para a Cultura do Tomate/Fomento da Indústria do Tomate*, Marateca-Palmela, 1962, cota: S.A. 29611 P.
- 16 | ANTT, *Presidência do Conselho de Ministros*, Pedido de elementos pelo Deputado Carlos Monteiro do Amaral Netto ao Ministério da Economia, sobre a indústria de conservas de tomate, designadamente sob as formas de concentrados e de frutos pelados. Código de referência: PT/TT/SGPCM-PCOSMC/001/161027/00004, 15 de dezembro de 1965.
- 17 | Valores estimados.
- 18 | Valor obtido por estimativa.
- 19 | Um pedido de Palmela e outro de Alcácer do Sal estavam arquivados por falta de elementos necessários para a instrução dos processos.
- 20 | O pedido foi mais tarde renovado e autorizado
- 21 | Indústrias de Alimentação Idal, Limitada.
- 22 | Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano.
- 23 | BNP, Cf. António José Nazaré Vaz, “Aplicação prática do método de Howard-Stephenson para a contagem de Bolores em concentrado de Tomate”, in *Separata do Boletim da Junta Nacional das Frutas*, Lisboa, 1960.
- 24 | BNP, Eduardo de Sá Lopes Tavares de Castro, “Massa de Pimentão, Pesquisa da Massa de Tomate Adicionada”, *Atas do XV Congresso Internacional de Química Pura Aplicada (Química Analítica)*, Vol. III, Lisboa, 1957.



NOTAS

- 25 | ADS, Projeto de um edifício destinado à sua Indústria (Conservação de tomate e pimentos), CR: PT/ADSTB/ALL/CMSTB/001/00331, 1947.
- 26 | AMSC, *Projetos de Obras, Memória descritiva*, 22 de abril de 1960.
- 27 | Segundo a informação que consta Memória Descritiva presente à reunião de 22 de abril de 1960.
- 28 | Um dos processos referentes a instalação deste tipo de unidades fabris mais pormenorizado que consultámos, data de novembro de 1963, contém 56 páginas e consiste no estudo para construção de uma unidade fabril de concentrado de tomate (perímetro do Caia). Trata-se de estudo económico-social das obras de fomento hidroagrícola, mandado efetuar pelo Ministério da Economia no âmbito da Junta de Colonização Interna, da responsabilidade do Engenheiro Agrónomo José Teles Ribeiro. ANTT, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho Oliveira Salazar/Marcelo Caetano*, cx. 173, pasta 14/C-6-1, n.º 7, Código de referência PT/TT/SGPCM-PCOSMC/001/173006/000007.
- 29 | ADS, *Câmara Municipal de Setúbal, Serviços de Viação e Obras, Projeto de um edifício destinado à sua Indústria* (Conservação de tomate e pimentos), sito na estrada da Torre em Brejos de Azeitão. Código de referência PT/ADSTB/ALL/CMSTB/001/00331
- 30 | INE, *Estado das Culturas e Previsão das Colheitas* – agosto de 1961.
- 31 | AMSC, *Fundo da Empresa de Concentrados de Alvalade – SARL, Resposta a Inquéritos Estatísticos 1961-1994*.
- 32 | Este valor consta em toneladas na folha de registo, mas deverá tratar-se de Kgs, não apenas por ser demasiado elevado, mas também porque não se enquadra no preço em escudos correspondente, pelo que o assumimos como lapso de registo.
- 33 | Afonso Braga da Cruz, “A Indústria Portuguesa do Concentrado de Tomate”, *Congresso 80 da Ordem dos Engenheiros*, Tema 1, comunicação 15, Coimbra, 1980. O autor do texto era diretor da Associação Nacional dos Industriais de Tomate.
- 34 | INE – *Estatísticas Agrícolas* – Continente e Ilhas Adjacentes, p. 54 (para os anos de 1969 e 1970 – dados corrigidos no livro de 1971).
- 35 | *Ibidem*, dados corrigidos no livro de 1971, p.
- 36 | *Ibidem*, Livro de 1971, p. 60.
- 37 | *Ibidem*, Livro de 1972, p. 64.
- 38 | *Ibidem*, Livro de 1973, p. 62.
- 39 | INE, *Estado das Culturas e Previsão das Colheitas* – junho de 1970.
- 40 | *Ibidem*, referente ao mês de setembro de 1970.
- 41 | *Ibidem*, referente aos meses de junho e julho de 1971.
- 42 | Suspeitamos que ter-se-ão extraviado fichas relativas a este ano, visto os números de ordem dos contratos de algumas delas serem bastante mais altos do que o número dos fornecedores que constam no respetivo quadro, o que significa que os dados serão parciais, eventualmente.
- 43 | Por vezes surge como Ribeira de S. Domingos, principalmente quando se trata de Trabalhos a executar nessa Freguesia.
- 44 | Destinado ao aproveitamento de águas para a fábrica (respeitando os prazos idênticos para irrigação).
- 45 | Nos alvarás de licença para construção de açudes constam 50 hectares em 1967 e 40 em 1971.
- 46 | Supomos que se trate da propriedade de que era arrendatária a ECA nos anos 1967/68, visto a denominação ser a mesma, assim como a ribeira e margem em que se situava.
- 47 | AMSC, *Projetos de Obras*, resposta da ECA ao Guarda-Rios da D.G.S.H. de Viana do Alentejo, 29/02/1968.
- Não tinham elementos informativos sobre os concelhos.
- 49 | AMSC, *Inventário-ECA*.
- 50 | Com um valor de 4,75% em 1965, a inflação viria a tingir 10,97% em 1971, disparando para 26,19% em 1974. Cf. <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/inflacao/taxa-de-inflacao/taxa-de-inflacao-por-bens-e-servicos-portugal>



NOTAS

51 | Nos preços por hora para as mulheres consta 2\$25 na semana finda em 20 de setembro de 1962, numa lista de mulheres e homens. Estas listas não estão separadas por sexos, tendo a continuação dos homens pelo preço de 3\$25 à hora. Em todas as semanas há uma lista com as funções e respetivos preços por hora, às quais não vamos fazer referência por uma questão de gestão de espaço. No entanto, remetemos o leitor para a consulta da tabela em anexo, a qual permite uma leitura geral sobre o assunto tratado neste ponto.

52 | **AMSC**, *Registo de composição de Turnos*, Livs. 1, 4 e 8.

53 | *Ibidem*, *Folhas de Salário*, Liv. 3, Ref. F-E/001.

54 | No alvará de licença referente a 1967 consta 50 hectares, pelo que a área de regadio terá sido reduzida, cujas razões desconhecemos.

55 | Cf. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-cultura-do-tomate/>, Programa da RTP com o Engenheiro Sousa Veloso, duração c. de 20m, experiência realizada em Benavente.

56 | **AMSC**, *Atas das Reuniões da Assembleia-Geral*, março de 1963. Os meses de janeiro e fevereiro não constam nos valores pagos aos dirigentes neste ano nos dados enviados ao INE, mas supomos que os terão recebido retroativamente. O destacado a negrito é nosso.

57 | **ANTT**, *Secretaria-Geral da Presidência do Conselho Oliveira Salazar/Marcelo Caetano*, cx. 173, pasta 14/C-6-1, n.º 7, p. 41. Código de referência: PT/TT/SGPCM-PCOSMC/001/173006/000007.

58 | De entre as quais o Instituto Nacional de Estatística, cujos atrasos no envio dos dados exigidos foram frequentes, e até mesmo objeto de sérias advertências pela respetiva instituição.

59 | **AMSC**, *Projetos de Obras, Alvará de Licença Temporária n.º 328/1967*, de 21 de abril.

60 | *Ibidem*, Ofício n.º 823/67, de 20 de novembro de 1967.

61 | Normas estabelecidas pela JNF pela Circular N.º2/61 Pº108/2-201/4/1, de 12 de janeiro de 1961.

62 | *Ibidem*, Circular n.º 6/65, de 28 de maio de 1965.

63 | *Ibidem*, Referência n.º L-2249, Procº 241.41, de 19 de maio de 1965.

64 | *Ibidem*, Circular n.º 6/65, Pº 108/2, de 28 de maio de 1965.

65 | **AMSC**, *Ibidem*, Referência 3231, Proc. 241.41, de 14 de outubro de 1968.

66 | **AMSC**, *Fundo da Empresa de Concentrados de Alvalade – SARL, Resposta a Inquéritos e Estatísticas – 1969*.

67 | **AMSC**, *Ibidem*.

68 | **AMSC**, *Ibidem*. datado de 12 de dezembro de 1969.

69 | *Ibidem*, Referência n.º 1518/10, Procº 212.227B/EG, de 20 de maio de 1970.

70 | *Ibidem*, resposta da ECA à Circular do INE, 6 de junho de 1970.

71 | **INE**, Referência n.º 1971/ de 29 de julho de 19710.

72 | Carlos Portas, <https://aphorticultura.pt/wp-content/uploads/2019/07/Entrevista-Carlos-Portas.pdf>.

73 | **ADS**, Cota 13/8327; Código de referência PT/ADSTB/JUD/TJCSTC/1/001/00294.

74 | **ADS**, *Autos de Ação Ordinária, Processo registado no Livro PORTA n.º 44, a fls.7, sob o n.º 3/71*. Cota: PT/ADSTB/JUD/TJCSTC/1/001/00294.

Autores: ECA (Empresa de Concentrados de Alvalade, SARL), e outros; Réus: A AGROP (Sociedade de Promoção de Produtos para a Agricultura, Lda), e outros;

75 | *Autos de Ação Ordinária, Registados no Livro PORTA n.º 45 – a fls. 117 – sob o n.º 140/73*

Cota no ADS: PT/ADSTB/JUD/TJCSTC/1/001/00311

76 | **AMSC**, *Projetos de Obras*, referência H/006.

77 | Em hectares.

78 | Constam também manuscritos e sobrepostos ao n.º 189, o n.º 182, e ao 162, o n.º 156.

79 | Há outra folha de março deste ano em que os dados diferem, sendo 408 e 144 (e não os desta tabela).



NOTAS

- 80 | Tem a data de março na folha de rosto, mas deve ser lapso, visto haver outra folha referente a este mês, a data final ser de maio e estar na sequência cronológica de abril.
- 81 | É a que consta nesta tabela, corrigida. Referir-se-á a julho e não de setembro, visto a data final ser de maio.
- 82 | Na data da folha de rosto desta folha consta o ano de 1964, mas terá sido lapso, visto referir-se a dezembro de 1963, sendo que a data final será de janeiro de 1964, e não de 1963.
- 83 | Sobreposto: 20Hx25.00 e 30Mx18.00. Entendemos o H por “Homens” e o M por “Mulheres”.
- 84 | Tem sobreposto: 32,472h.
- 85 | Tem sobreposto: 32,400h.
- 86 | Tem sobreposto: 32,016h. No mês de dezembro recorreu a este registo
- 87 | Supomos que estes números correspondem aos números sobrepostos nos meses anteriores, visto serem aproximados e não existirem os anteriores, assim como os da coluna seguinte correspondentes à última semana do mês. Trata-se das horas de trabalho efetuadas durante o mês e durante a última semana do mês, respetivamente.

CHAVE DE SIGLAS

ADS – Arquivo Distrital de Setúbal | AMSC – Arquivo Municipal de Santiago do Cacém | ANTT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo | BNP – Biblioteca Nacional de Portugal | ECA – Empresa de Concentrados de Alvalade | FIT – Fomento da Indústria do Tomate (SA) | INE – Instituto Nacional de Estatística | JNF – Junta Nacional das Frutas



Figura 10 - Rótulo das embalagens de tomate pelado produzido pela Empresa de Concentrados de Alvalade e distribuído por PASQUALE BROS. LTD. [S.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.

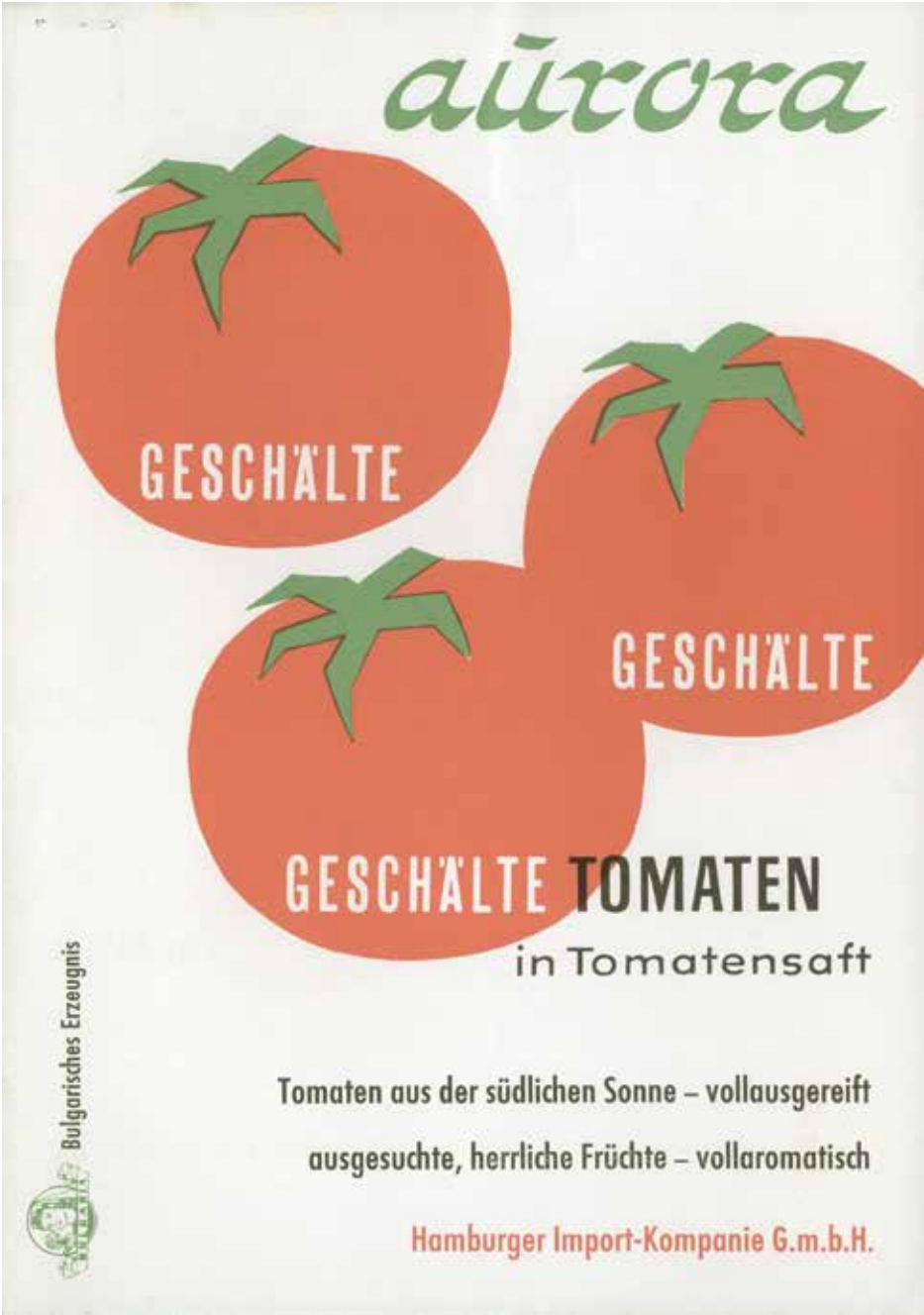
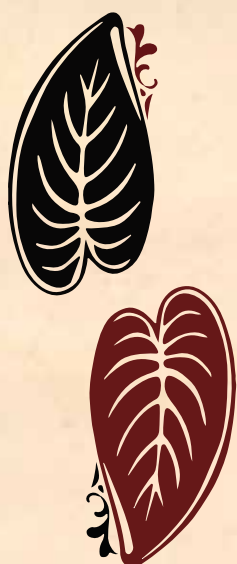


Figura 11 - Rótulo das embalagens de tomate pelado produzido pela Empresa de Concentrados de Alvalade para a Hamburger Import-Kompanie G.m.b.H. [s.n., s.d.]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Doação: Valouro – Exploração Turística, Caça e Pesca, Lda.). PT/MSTC-AMSTC/EMP/ECA.





Ilídio Martins

ijsgm1@sapo.pt

PLANO DE REGA DO ALENTEJO – SUBPROJECTO DE SANTIAGO DO CACÉM

RESUMO

Embora em Portugal haja registo de sistemas comunitários de rega, sobretudo no Norte e Centro do País, bem como algumas iniciativas por parte da monarquia de regularização de algumas linhas de água, tendo em vista o seu aproveitamento para a rega de campos marginais e a produção de alimentos, tais acções não assumiram a dimensão e o impacto necessário para encarar o regadio como determinante para a nossa afirmação como País produtor de alimentos.

Foram necessárias duas guerras e várias crises económicas e sociais para que os nossos governantes sentissem a necessidade de incrementar a produção de alimentos, de uma forma organizada, nomeadamente através da rega e da melhoria das infra-estruturas e das tecnologias que lhe estão associadas. Assim, desde os anos 30 do século passado, os planos de fomento passaram a incluir planos nacionais de regadio. O Alentejo, então descoberto como a região de expansão potencial da agricultura nacional, assumiu a sua importância, sendo-lhe dedicado um plano específico: o Plano de Rega do Alentejo. No Concelho de Santiago do Cacém, a zona de Campilhas, Fonte Serne e Alto Sado foram desde cedo consideradas áreas prioritárias.

ABSTRACT

Although, there are records of community irrigation systems in Portugal, primarily in the North and Center of the country, as well as some initiatives by the monarchy to regulate certain watercourses for the purpose of utilizing them for irrigating marginal fields and food production, these actions did not take on the necessary dimension and impact to consider irrigation as a determining factor for our affirmation as a food-producing country.

It took two wars and several economic and social crises for our rulers feel the need to promote organized food production, particularly through irrigation and the improvement of associated infrastructures technologies. Thus, since the 1930s, development plans began to include national irrigation schemes. The Alentejo, then discovered as the region with potencial for national agricultural expansion, asserted its importance, and was given a specific plan: The Alentejo Irrigation Plan. In the Municipality of Santiago do Cacém, areas such as Campilhas, Fonte Serne, and Alto Sado were early identified as priority regions.

PALAVRAS-CHAVE

Alentejo | Plano de Rega | Santiago do Cacém | Regadio | Água

KEYWORDS

Alentejo | Watering Plan | Santiago do Cacém | Irrigation | Water



Eduardo Bethencourt Ferreira publicou em 1916, na Sociedade de Geographia de Lisboa, um documento onde abordava a necessidade de irrigação do Alentejo. Defendendo esta necessidade, lamenta que "(...) *a província do Alentejo nada tem a agradecer aos poderes públicos, em matéria de irrigação, essa vastíssima área que padece a sede contínua (...)*".

Apesar deste e de outros contributos da sociedade civil, até 1930, por motivos diversos, entre eles a guerra, a instabilidade política, a instabilidade financeira e a falta de visão estratégica, não vingou qualquer investimento ou política de regadio no País.

O ano de 1930, talvez fruto de alguma estabilidade política e da necessidade de competitividade do País, foi marcado pela assunção da importância do regadio e a consciencialização de que deve competir ao Estado estudar e realizar as obras de fomento hidroagrícola de acentuado interesse económico e social, bem como orientar e fiscalizar a sua conservação, de modo a que se tire delas a maior utilidade social. Viviam-se tempos difíceis, de isolamento, numa política de orgulhosamente sós, em que se procurava reduzir as importações e a procura da máxima rentabilidade interna ao nível da agricultura e da indústria. Havia mão de obra abundante e território agrícola por aproveitar, sobretudo no sul do País.

A primeira guerra mundial deixou claramente a noção de que *nem todos os dias se combate, mas todos os dias se come*, pelo que a primeira defesa da Nação será a procura da auto-suficiência alimentar. A criação do Ministério da Agricultura em 1918 e a sua posterior remodelação em 1936, estão intimamente ligadas à guerra e à necessidade de regular e dinamizar este setor da atividade, numa perspetiva de interesse social, económico e de defesa Nacional.

Sob o lema ***sine aqua arida ac misera agri cultura*** (Varro), os técnicos e dirigentes políticos de então encetaram esforços conjuntos, liderados pelos Ministérios da Economia, Finanças e Agricultura, para definir uma estratégia, legislando-se no sentido de colocar em marcha um Plano Nacional de Regadio. Assumiria a liderança deste desígnio Nacional a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA), constituída em 08 de Janeiro de 1930, através do Decreto n.º 18:856 e legislação assessória.

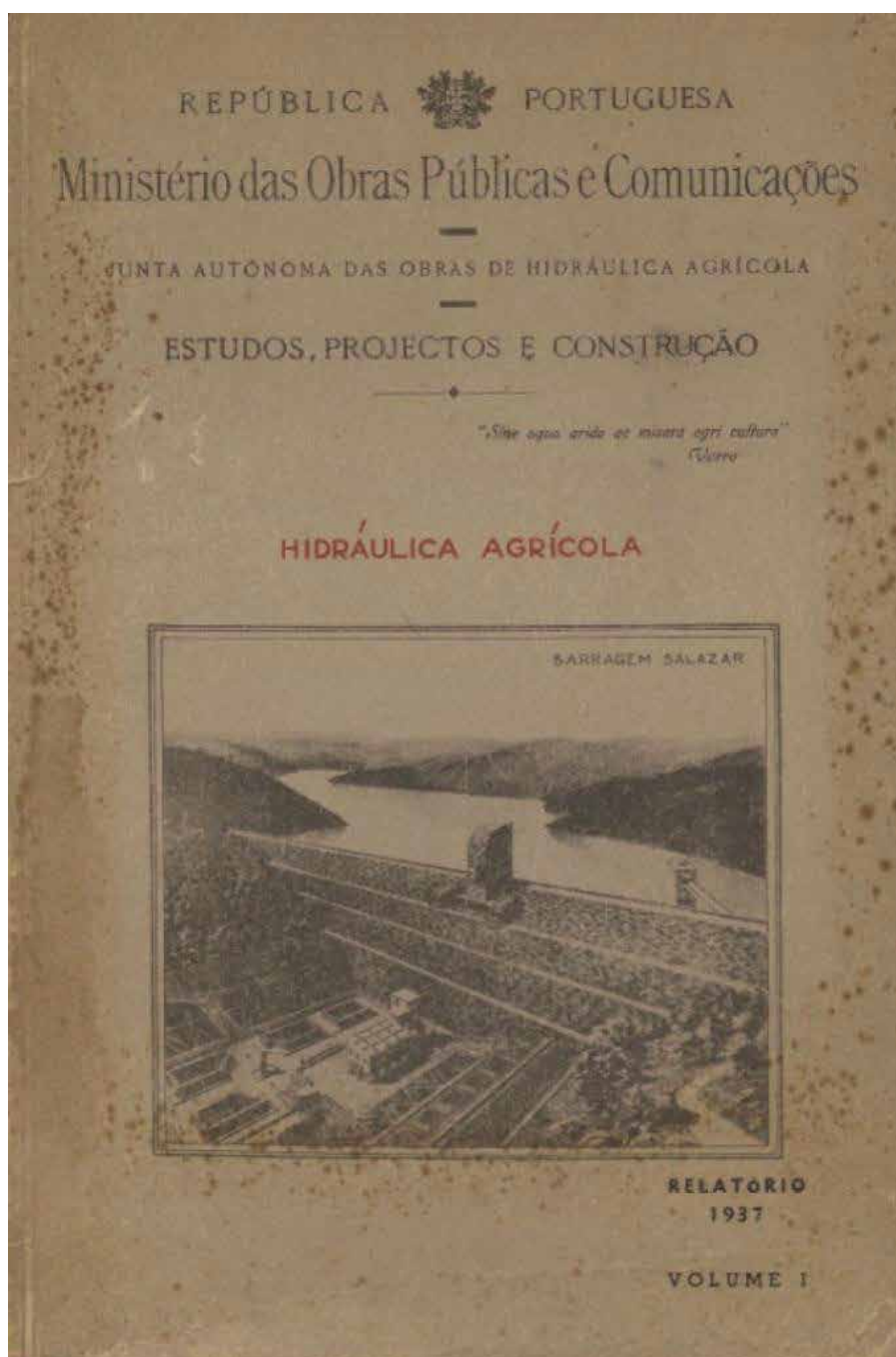


Figura 1 - Capa do Relatório da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. Lisboa: Bertrand (Irmãos), Lda., 1937.



No primeiro plano, delineado em 1935 e aprovado em 1937, já constavam 15 empreendimentos a nível Nacional, sendo que no Alentejo apenas dois: Campilhas, no concelho de Santiago do Cacém e Vale do Sado no concelho de Alcácer do Sal. Na altura, neste primeiro plano perspectivava-se, com ambição, uma área de regadio Nacional infra-estruturada de 400.000 ha.



Figura 2 – Vista da Barragem de Campilhas [Fotografia]. Cercal do Alentejo, 1953.

As dificuldades de implementação da Campanha do Trigo, promovida por Linhares de Lima, entre 1929 e 1949, sobretudo ligadas à intensificação da monocultura do cereal numa região em que a imprevisibilidade e incerteza do clima mediterrânico, onde a precipitação frequentemente escasseava em períodos demasiados longos e onde as temperaturas extremas ocorriam amiúde, mais acentuaram a necessidade de desenvolver o regadio. Os aspetos climáticos e a intensa e regular produção do trigo nesta região, levou, entre outros, à degradação do solo e ao aumento das áreas incultas, desencadeando movimentos migratórios internos e externos. Desde logo se constatou que nem todas as terras seriam apropriadas para a agricultura e que sem água as culturas de sequeiro tinham resultados incertos. Em anos de seca (por ex. 1935/1936), havia consequências desastrosas de escassez de produção e de rendimentos, havendo mesmo fome e princípios de revolta.



A Campanha do Trigo, apesar das contingências e dos erros cometidos, teve o mérito de ter descortinado todo o potencial do Alentejo para a agricultura. O então anunciado, como “o grande celeiro Nacional”, sofrendo com as cheias e com as secas, tinha potencial, se houvesse investimento no regadio e se fossem utilizadas culturas e técnicas adequadas.

Desde logo foi evidente que o regadio promovia mais produção, mais emprego e mais certeza nos resultados económicos dos agricultores, com maior desenvolvimento e maior retorno para o Estado. Foi nesta altura que se voltou a pensar em modernizar a agricultura com culturas de regadio, através da construção de grandes empreendimentos: as barragens e os canais de distribuição.

Hoje sabemos que uma barragem tem multíusos, que vão para além do armazenamento de água. A irrigação, a produção de energia eléctrica, a reserva para incêndios, a prevenção de cheias, o turismo, a indústria, o lazer, são as principais valências de uma barragem. Nos anos 30, um dos principais argumentos defendidos pelos promotores de uma barragem, se-

ria de ordem sócio-económica, sendo apresentadas razões como o aumento do emprego e o estímulo à economia, que funcionariam como pólos de desenvolvimento e atracção e fixação de novas populações, ao mesmo tempo que o Estado obtinha proveitos que permitiriam posteriormente a recuperação do investimento.



Figura 3 - Capa do Plano de Valorização do Alentejo: Rega 170 000 hectares. Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral de Serviços Hidráulicos. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa Sucessores, 1959.



Foi assim que se decidiu em 1957, no âmbito do II Plano de Fomento, elaborar um Plano de Valorização do Alentejo, no qual constava o Plano de Rega do Alentejo (PRA), onde estavam previstos 170.000 ha de regadio. O Ministério das Obras Públicas, através da então Direção Geral dos Serviços Hidráulicos (DGSH), organismo constituído em Dezembro de 1949, assumindo as competências da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, tinha a incumbência de liderar este plano, tendo criado para o efeito o Gabinete de Estudos do Plano de Rega do Alentejo. Nestes planos, mais do que barragens, canais e condutas, estavam incluídos inúmeros investimentos, dos quais se destaca, a eletrificação, o saneamento, a rede escolar e de saúde, a habitação, as redes ferroviárias e rodoviárias, as comunicações, a industrialização, a formação, entre outros. Num dos textos deste plano consta "(...) *sendo a falta de água a causa fundamental do sub-desenvolvimento do Alentejo, a valorização desta província tem que se basear na rega, que contribuirá em larga medida para aumentar a produção de alimentos e de outros bens de consumo, empregar mais braços e elevar a produtividade dos trabalhadores rurais, permitindo aumentar os seus salários*" (Plano de Rega do Alentejo-Capítulo II Elementos económicos e sociais).

Apesar de se ter investido em regadio em todo o País, em muitas zonas abundava o recurso hídrico, mas não existiam terras adequadas, enquanto que no Alentejo abundavam terras com condições de irrigação, mas por força do clima mediterrânico escasseava a água quando ela seria necessária. No PRA, consta: "(...) *Sendo o Alentejo a região do País onde o antagonismo entre a abundância de superfície das terras aptas ao regadio e a escassez da água mais se acentuam, e a valorização económica pelo regadio apresenta os factores mais elevados, é naturalmente aí que se podem realizar obras de transformação agrária e social mais significativas, no conjunto da economia Nacional*".

Numa primeira avaliação da mais valia do regadio face ao sequeiro, sem entrar em valores monetários que seriam dificilmente comparáveis com os praticados em meados do século anterior, a DGSH estimou que 1 ha de regadio equivalia a 5,7 ha de sequeiro em termos de produtividade. Este valor, hoje, face às novas técnicas e tecnologias de rega está subvalorizado, sendo certo que se situa atualmente entre 1 ha de regadio para 8 a 10 ha de sequeiro.

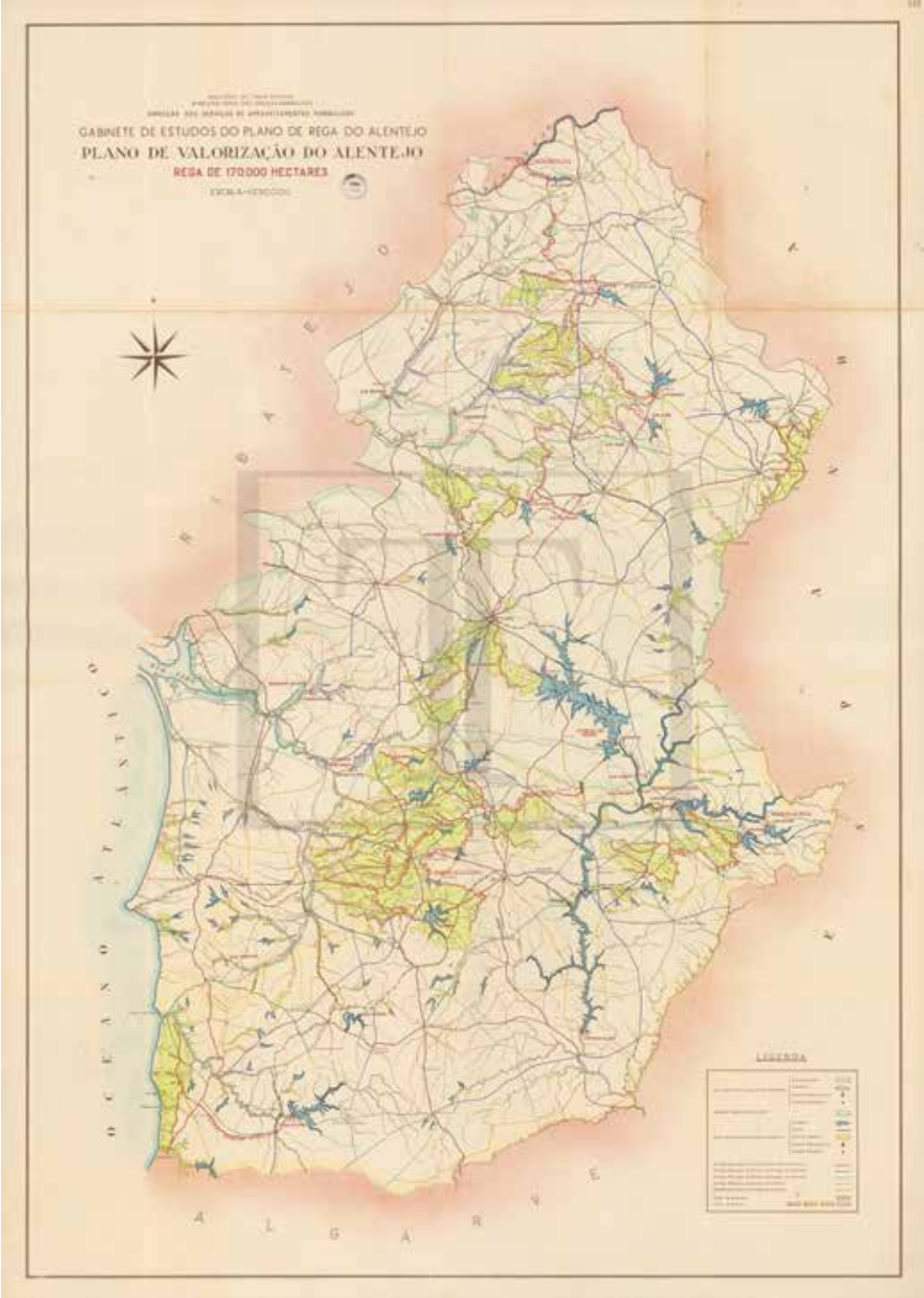


Figura 4 - Mapa do Plano de Valorização do Alentejo.1959.



Tal como no primeiro Plano de Fomento, neste segundo Plano constava uma listagem de intenções de investimento que, por várias contingências, desde logo a escassez de recursos financeiros e inércias várias, muitas vezes foram proteladas ou alteradas. O investimento em estruturas hidráulicas exige estudo, conhecimento e técnicas que requerem tempo e maturidade que não se compadecem com vontades políticas ou administrativas. Seria mais fácil, mais rápido e barato, construir pequenas obras, em contraponto com a construção de grandes obras, mais complexas, demoradas e dispendiosas. O atraso na decisão de se avançar para a construção da barragem e de todo o sistema de Alqueva, que desde logo foi pensado como a principal origem de água do Alentejo, é exemplo da dificuldade política de decidir a longo prazo.

O grande percursor do Plano de Rega do Alentejo de 1957, Eng.º Arantes de Oliveira admitia a construção de uma grande barragem nas proximidades de Alqueva na bacia do Rio Guadiana. Inicialmente este era um plano concebido apenas para a rega no Alentejo, mas cedo se considerou que este plano era insuficiente pelo que passaram a ser incluídas as possibilidades hidráulicas de utilização para fins múltiplos. O Plano foi aprovado por Despacho no dia 14 de Setembro de 1958 e parte dele chegou mesmo a ser executado, mas rapidamente estas construções foram abandonadas e a parte hidráulica do plano ficou “adormecida”. Naquela altura ainda se considerava o Rio Tejo como parte integrante do Plano. Inicialmente pensou-se que a água necessária para a rega no Alentejo deveria ter origem no Rio Tejo, pois nessa altura os conhecimentos e estudos sobre o Rio Guadiana e seus afluentes eram insuficientes para desenvolver um projecto em volta do mesmo e ainda existia o problema de este ser fronteiro com Espanha, obrigando a negociações com os nossos vizinhos espanhóis.

O Plano de Rega no Alentejo ganha um novo impulso em 1968 com a assinatura do Convénio Internacional Luso-Espanhol, em que foi atribuída a Portugal a exploração hidráulica do troço internacional do Guadiana. Neste seguimento, foram feitos vários estudos para o aproveitamento hidráulico do Guadiana e destes estudos concluiu-se que as áreas seriam todas regadas a partir do Rio Guadiana, saindo de equação o Rio Tejo, que durante décadas fizera parte do Plano inicial.



Após o “25 de Abril”, que marcou o fim do Estado Novo em 1974, implementa-se a Reforma Agrária e a Barragem de Alqueva ganha novamente argumentos fortes, voltando-se a acreditar que esta seria a solução para os problemas complexos que esta região do Alentejo atravessava - mais uma vez as secas. Desta forma decide-se retomar o projecto em 1975, criando-se um grupo de trabalho interministerial para estudar e avaliar economicamente o empreendimento de Alqueva e as suas infraestruturas. Iniciam-se mesmo os trabalhos de construção, que viriam a ser interrompidos a 18 de Novembro de 1978. Em 1984 o Governo português recomendou novos estudos, com medidas de planificação e programação relativas ao aproveitamento integral do potencial do rio Guadiana. Em 1990 é criada uma Comissão de Apreciação do Aproveitamento de Alqueva para realizar um estudo de avaliação global e integrada do projecto, para o relançar. O Decreto-Lei n.º 305/93, de 1 de setembro, determina a criação de uma Comissão Instaladora do Empreendimento de Alqueva, que deu lugar em 1995 à conhecida EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.). Após avaliação da Comissão Europeia, decide-se que a Barragem de Alqueva será construída com financiamento da União Europeia.



Figura 5 – Vista da Barragem de Campilhas [Fotografia]. Cercal do Alentejo, 1953.



Após 50 anos de adiamentos, de avanços e recuos, em fevereiro de 2002 a Barragem de Alqueva, fica concluída, encetando-se a fase seguinte, a rede de rega que iria levar água a “todo o Alentejo”. Ainda hoje a albufeira de Alqueva é o maior lago artificial da Europa, com uma superfície de 250 km² e mais de 1.100 km de margens, que se estende por cerca de 83 km, com uma capacidade total de armazenamento de 4.150 milhões de m³.

A expansão da rede de rega continua hoje em curso. Em 2026 será concretizada a ligação à barragem do Monte da Rocha, para reforço dos volumes desta albufeira. A esta ligação está associado o bloco de rega de Messejana, com 2.330 ha. Nos próximos anos serão concluídos os blocos de rega de Reguengos, Moura e Vidigueira que representam mais 8176 ha de regadio. O projecto de Alqueva contabiliza atualmente 130.000 ha regados, devendo a curto prazo atingir os 150.000 ha. Foram construídos um conjunto de 72 barragens e reservatórios, 2.078 km de extensão de canais e condutas, 48 estações elevatórias, 5 centrais mini-hídricas, para além de milhares de obras acessórias. Para além da agricultura, destaca-se a importância do abastecimento público a mais de 200.000 habitantes repartidos por 15 concelhos dos distritos de Beja, Évora e Setúbal. Algumas freguesias do concelho de Santiago do Cacém também recebem água potável de Alqueva, nomeadamente, Alvalade, Ermidas e Abela.

O REGADIO NO CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

No prosseguimento das obras de fomento hidroagrícola fixadas à Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, em 1935, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng^o Duarte Pacheco e do parecer da Câmara Corporativa sobre o Plano de Estudos e Obras de Hidráulica Agrícola, de 1937, foi aprovado o projecto de construção da Rega do Vale de Campilhas (XII obra), situada no concelho de Santiago do Cacém.

Referia o Eng^o António Trigo de Morais, em 1940, que “(...) o vale de Campilhas e S. Domingos tem atualmente uma exploração agrícola de muito fraca utilidade para o bem público. Nem alimentos, nem possibilidade de emprego de mão de obra, nem mesmo riqueza de alguns, oferece. Uma medíocre produção (...) nem o dono da terra, nem a massa trabalhadora, nem o comércio,



nem as indústrias transformadores e dos transportes e muito menos o Estado, quer em contribuições diretas quer indiretas, ali encontram possibilidade de remuneração (...)".

Após 1935 e até final do Estado Novo, o texto colocado em todos os padrões era o seguinte: *"A rega é considerado magno problema de interesse simultaneamente económico, social e militar, que, como nenhum outro, contribuirá para a valorização do património nacional, para a criação da riqueza pública, para a absorção do nosso excesso demográfico e para o desenvolvimento do comércio interno e externo do País."*



Figura 6 - Padrão da Barragem de Campilhas. Cercal do Alentejo, [s.d.].

Em agosto de 1936 a JAOHA, sabendo das dificuldades da transição do sequeiro para o regadio, decidiu instalar em Alvalade uma estação experimental de culturas regadas, designada Posto de Culturas Regadas de Alvalade. Apesar de varias dificuldades, os primeiros ensaios, liderados pelo Eng.º Manuel de Castello Branco, iniciaram-se em 1938, permitindo a formação de inúmeros técnicos e agricultores que viriam a laborar em Campilhas e Alto Sado nas gerações seguintes.

Também ao longo do ano de 1936 e seguintes a JAOHA efetua diversas intervenções de regularização na ribeira de Campilhas, procurando minimizar o problema das cheias, recorrentes nessa altura.



Após anos de estudos e projectos, foi executada a construção da barragem de Campilhas, inaugurada em 18 de Julho de 1954, com uma capacidade inicial de 21.500.000 m³ à qual estavam associadas uma central hidroelétrica, duas estações elevatórias, 44.23 km de canais principais e 22,4 km de regadeiras, para a rega de uma área de 1.842 ha. Em 1971 o descarregador da barragem de Campilhas foi alteado, passando a albufeira a comportar 27.156.000 m³. A estas estruturas viriam a ser associadas também a construção de estradas (EN 261, EN 262, EN 390 e várias Estradas municipais) e a instalação de novas linhas elétricas que permitiram antecipar em muitos anos a electrificação de várias freguesias do concelho (Alvalade, Cercal, Ermidas, S. Domingos, Abela e S. Bartolomeu).



Figura 7 – Pormenor do mapa do Plano de Valorização do Alentejo, que representa o concelho de Santiago do Cacém. 1959.

Por escritura de 13 de Abril de 1954, lavrada em Santiago do Cacém, foi constituída a Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e S. Domingos, atualmente designada como Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado (ARBCAS). Desta forma, desde logo os regantes assumiram e tiveram a participação nas decisões e orientações do regadio nesta região.



O regadio viria a ser impulsionado com a introdução da cultura do arroz, tendo havido migrações internas de técnicos e agricultores do Ribatejo que auxiliaram os agricultores da região. Também a instalação, em Alvalade, em 1960, de uma grande unidade industrial de transformação de tomate, designada ECA – Empresa de Concentrados de Tomate de Alvalade, viria a ter um enorme impacto no incremento do regadio. Posteriormente, com a introdução das sementes de milho híbrido no mercado e o impulso de indústria de rações, a cultura do milho viria também a impor-se. Atualmente, por questões de ordem económica, as culturas anuais têm sido progressivamente substituídas por culturas permanentes, nomeadamente o olival e o amendoal intensivo.

Na sequência de estudos e projectos que se iniciaram em 1937 (registo dos primeiros levantamentos topográficos), em 11 de Junho de 1972 viria a ser inaugurada a barragem do Monte da Rocha, estrutura localizada no concelho de Ourique, com uma capacidade de 102.500.000 m³, à qual estavam associadas, 59,95 km de canais principais e 123,5 km de regadeiras, para a rega de uma área de 3.713 ha, dos quais 2.610 ha localizados no concelho de Santiago do Cacém.



Figura 8 – Vista aérea da Barragem do Monte da Rocha [Fotografia]. Panoias, 1970.



Figura 9 - Sifão do CCG do Alto Sado [Fotografia]. 1970.



Em 1979 viria a entrar em funcionamento a barragem da Fonte Serne, com uma capacidade de 5.150.000 m³, à qual estavam associados, 5,1 km de canais principais e 6,6 km de regadeiras, para a rega de uma área de 408 ha.

Com a construção destas obras também foi minimizado o problema das cheias que ocorriam com frequência, afetando sobretudo a freguesia de Alvalade, na confluência da ribeira de Campilhas com o rio Sado.

Hoje, no âmbito destes investimentos, através do Plano de Rega do Alentejo, o concelho de Santiago do Cacém tem uma área regada, de iniciativa pública, de 6.100 ha, dos quais 4.860 ha são beneficiados directamente (equipados e cadastrados).

Algumas das barragens preconizadas para esta região nunca viriam a ser executadas, destacando-se, porque tiveram estudos e projectos delineados, a barragem do Moinho do Escaravelho, com capacidade prevista para 11.100.000 m³, a barragem do Chaparralinho com capacidade prevista para 1.700.000 m³, a barragem da Casa Nova da Corte com capacidade prevista para 1.200.000 m³, a barragem da Gema com capacidade prevista para 10.800.000 m³ e a barragem de Água Branca com capacidade prevista para 8.200.000 m³.

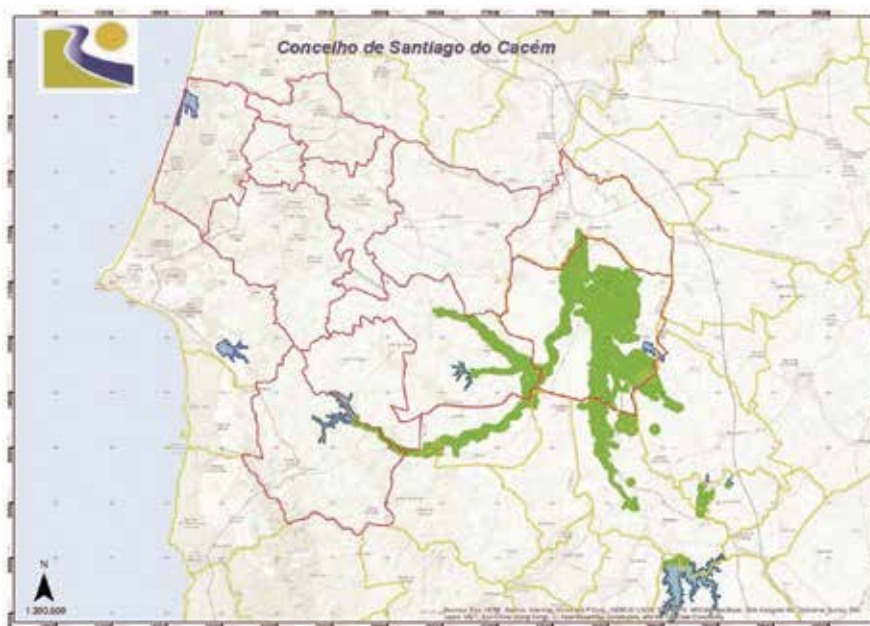


Figura10 - Mapa de localização da área regada pública do concelho de Santiago do Cacém.



Para além do regadio público, também o setor privado tem investido no regadio, sendo de destacar o regadio da herdade da Daroeira, com 600 ha de regadio, que tem associada a barragem da Daroeira cuja albufeira comporta 5.600.000 m³ e o regadio da quinta de Corona com 150 ha de regadio, que tem associada a barragem de Corona, cuja albufeira comporta 1.200.000 m³.

Em termos de infraestruturas hidráulicas, de referir também que, desde 1984, foi concretizada a captação de água de Ermidas do Sado, no Rio Sado, através de uma estação elevatória munida de seis eletrobombas, de capacidade total instalada de 6 m³/s, associada ao canal Ermidas-Morgavel (3 km de Condução, 23 km de Canal e 13 km de túnel) que atravessa todo o concelho de Santiago do Cacém, levando água à albufeira de Morgavel, no concelho de Sines. Este canal está também ligado ao sistema de Alqueva desde 2022, permitindo assim ter maior resiliência no abastecimento a Sines, sobretudo nos anos de seca consecutiva. Esta estrutura, embora não tivesse sido projetado para regar qualquer área do concelho de Santiago do Cacém, assumiu maior importância desde 2022 quando a este canal se associou uma ligação à barragem da Fonte Serne, permitindo que esta albufeira viesse, desde então, a receber água de Alqueva. Também se prevê que, a médio prazo, seja efetuada uma segunda ligação a este canal de Ermidas-Morgavel, permitindo o reforço de água de Alqueva à barragem de Campilhas (elaboração de projecto em curso).



Figura 11 – Vista da Barragem de Campilhas [Fotografia]. Cercal do Alentejo, 1953.



Hoje é notório que a implementação do regadio no concelho de Santiago do Cacém tem demonstrado ser um sucesso crescente nas zonas regadas, mas também nas zonas limítrofes, quer pelas produções directas, quer pela pecuária, quer pelo incremento das atividades acessórias de comércio e serviços.



Figura 12 – Vista da Barragem de Campilhas. Cercal do Alentejo, 1953.

Hoje também é notório que as condicionantes impostas pelas alterações climáticas têm vindo a afectar de forma particularmente severa a região onde se insere a zona de atuação da ARBCAS, nomeadamente os concelhos de Santiago do Cacém, Ourique e Odemira, onde tem sido registada uma grande redução da precipitação média, com um grande impacto nas afluências de água às albufeiras, o que tem condicionado seriamente a rega. Para minimizar este impacto, a par de medidas de contingência ao uso do recurso, tem-se procurado investir nas ligações hidráulicas ao sistema do EFMA, tendo em vista o reforço dos sistemas hídricos com água proveniente de Alqueva. Em agosto de 2016 foi concretizada a ligação Alqueva–Canal Condutor Geral do Alto Sado, que permitiu regar metade da área beneficiada do Alto Sado, localizada no concelho de Santiago do Cacém, isto é, 2.610 ha com reforço de água de Alqueva. Em 2022 foi concretizada a ligação Alqueva - Fonte Serne, que permitiu regar, desde então, 408 ha com reforço de água de Alqueva. Está em construção a ligação Alqueva - Monte da Rocha, que a partir do segundo semestre de 2026 vai permitir o reforço de água em mais 1.650 ha. Está em elaboração o projecto de execução da ligação Alqueva - Campilhas, que a médio prazo vai permitir concretizar o abastecimento a mais 1.838 ha.



Se no início do século anterior o desafio seria *...a regar a regar...*, hoje o desafio será o da utilização racional do recurso água, aplicando esse recurso numa agricultura rentável, mas sustentável, que permita que as futuras gerações possam vir a dispor de água, solo e meio ambiente equilibrado.



Figura 13 – Pormenor da Barragem de Campilhas [Fotografia]. Cercal do Alentejo, 1953.



Figura 14 – Vista da Barragem de Campilhas [Fotografia]. Cercal do Alentejo, 1953.

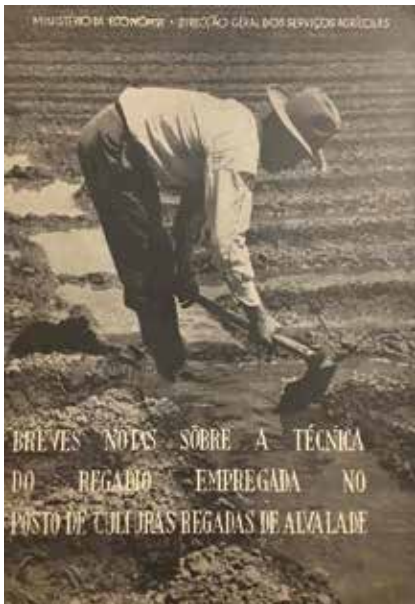


Figura 15 – Capa das Breves Notas sobre a Técnica do Regadio Empregada no Posto de Culturas Regadas de Alvalade, 1944.

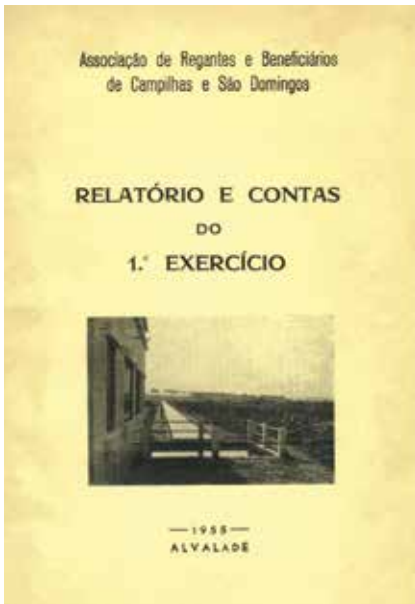


Figura 16 – Capa do Relatório de Contas do 1.º Exercício, ARBCAS, Alvalade, 1955.



Figura 17 – Torre de manobra da Barragem da Fonte Serne, 1979.

INICIAIS

ARBCAS – Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado | **DGSH** - Direção Geral dos Serviços Hidráulicos | **EDIA** – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA | **EFMA** – Empreendimentos de Fins Múltiplos de Alqueva | **JAOHA** – Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola | **PRA** - Plano de Rega do Alentejo



BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS DE CAMPILHAS E S. DOMINGOS – Relatório e contas do 1º exercício. 1955.

CASTELO BRANCO, Manuel de - **Breves notas sobre a técnica do regadio empregada no posto de culturas regadas de Alvalade**. Lisboa : Ministério da Economia, 1942.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE TRIGO – **XX aniversário da Companhia do Trigo 1929-1949**. Lisboa : [FNPT], 1949. 63 p., [7] f. Título que figura na capa: Vida e pão - alma da nação.

FERREIRA, Eduardo de Bethencourt – A irrigação do Alentejo. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa. Série 34, nº 7-9 (1916), p. 276-292.

FRAGOSO, Rui M. de Sousa ; MARQUES, Carlos A. Falcão – **O plano de rega de Alqueva : uma infra-estrutura preponderante para o desenvolvimento do sector agrícola no Alentejo** [Em linha]. 18 p. Disponível em WWW: https://apdr.pt/data/atas/congresso_2003/pdfs/050.pdf.

FREIRE, Dulce – **Entre sequeiro e regadio : políticas públicas e modernização da agricultura em Portugal (século XX)** [Em linha]. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014. 14 p. Disponível em WWW: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/17717/1/ICS_DFreire_Entre_AL.pdf.

PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Comissão de Planeamento da Região Sul - Elementos sobre a Barragem de Alqueva. [Évora] : CPRS, 1975. 45, [2] f.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção Geral dos Serviços Hidráulicos – Aproveitamento hidroagrícola de Campilhas e S. Domingos : evolução agrária e económico-social na zona beneficiada. Lisboa : D.G.S.H., 1963.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção Geral dos Serviços Hidráulicos – Aproveitamento hidroagrícola do Alto Sado : síntese do projeto. Lisboa : D.G.S.H., 1966. (Plano de Rega do Alentejo).

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção Geral dos Serviços Hidráulicos. Direção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos – Plano de valorização do Alentejo : rega de 170.000 hectares : notas. Lisboa : D.G.S.H., 1959.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção Geral dos Serviços Hidráulicos. Direção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos. Gabinete de Estudos do Plano de Rega do Alentejo – Plano de valorização do Alentejo : rega de 170.000 hectares. Lisboa : D.G.S.H., 1957.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola - Hidráulica agrícola : estudos, projetos e construção : relatório. 1935.

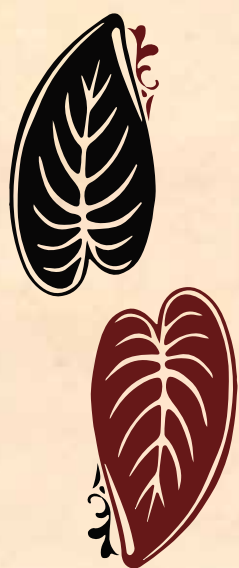
PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola - Rega dos vales de Campilhas e de São Domingos. [Lisboa] : J.A.O.H.A., 1941. Tomo 1 – Síntese do projeto.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola - Rega dos vales de Campilhas e de São Domingos. [Lisboa] : J.A.O.H.A., 1941. Tomo 4 – Orçamento. Estudo económico e social.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. Direcção das Obras de Hidráulica Agrícola. – **Legislação**. Lisboa : Imprensa Nacional, 1939. 217 p.

VARELA, José Augusto dos Santos – **A memória e os tempos : algumas recordações no 100º aniversário do Ministério da Agricultura, 1918-2018**. 1ª ed. Lisboa : [s.n.], 2019. 144 p.

VELOSA, João Miguel Nunes Baptista Cima de – Os efeitos de grandes barragens no desenvolvimento socioeconómico local [Em linha]. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, 2009. 93 p. Dissertação de mestrado. Disponível em WWW: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395139416786/Tese_1.pdf.





João Farinha | Mónica Martins

jcfarina@gmail.com | monicacristinamartins2023@hotmail.com

**RESERVA NATURAL DAS LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E DA SANCHÁ:
UM REFÚGIO DE BIODIVERSIDADE E DESCOBERTA**

RESUMO

A Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS), localizada no Alentejo Litoral, é uma área protegida com 5 247 ha de área terrestre e marítima, que se destaca pela sua biodiversidade e relevância ecológica. Com uma geologia heterogénea, inclui habitats únicos, lagunas costeiras e sistemas dunares bem conservados, abrigando centenas de espécies de flora e fauna, plantas endémicas (como vários tomilhos e marçetão-das-areias), formações vegetais raras (caso dos zimbrais), aves residentes e migratórias (por exemplo galeirão e flamingo) e peixes protegidos, como a enguia-europeia. Criada em 2000, é reconhecida internacionalmente como ZPE - Zona de Proteção Especial e ZEC- Zona Especial de Conservação. A Lagoa de Santo André é especialmente importante para a observação e estudo das aves, existindo na RNLSAS, a Estação Ornitológica Nacional, a mais antiga do país. Apesar do seu valor natural e de constituir um autêntico refúgio de biodiversidade, esta Reserva é ainda pouco conhecida. O Centro Interpretativo das Lagoas de Santo André e Sancha, no Monte do Paio, através de exposições, visitas guiadas, documentários e informações várias, tem por vocação auxiliar no conhecimento, compreensão e valorização dos valores naturais desta área protegida.

ABSTRACT

The Santo André and Sancha Lagoons Natural Reserve (RNLSAS), located on the Alentejo Coast, is a protected area covering 5,247 hectares of land and sea, known for its biodiversity and ecological significance. With distinct geological and geomorphologic features, unique habitats, coastal lagoons, and well-preserved dune systems, it houses hundreds of wild plant and animal species, endemic flora (several thyme species and sand-marçeton), rare plant formations (coastal juniper scrubs), resident and migratory birds (coot and flamingo), and protected fish, such as the European eel. Established in 2000, it is internationally recognized as a Special Protection Zone (SPA) and a Special Conservation Area (SAC). Santo André Lagoon is especially important for birdwatching and studying, housing the National Ornithological Station, the oldest in the country. Despite its natural value and being a true refuge of biodiversity, this Reserve is still little known. The Lagoas de Santo André e da Sancha Interpretive Center, at Monte do Paio, through exhibitions, guided tours, documentaries, and various information, aims to assist in the knowledge, understanding, and appreciation of this protected area and its values.

PALAVRAS-CHAVE

Conservação | Biodiversidade | Lagunas Costeiras | Dunas | Aves
Alentejo Litoral | Plantas Endémicas | RNLSAS | Lagoa de Santo André | Centro Interpretativo

KEYWORDS

Conservation | Biodiversity | Coastal Lagoons | Dunes | Birds
Alentejo Coast | Endemic Plants | RNLSAS | Santo André Lagoon | Interpretation Center



APRESENTAÇÃO E BREVES NOTAS SOBRE BIODIVERSIDADE

Podíamos começar este artigo com um tom meramente contemplativo e otimista, condizente com muitas das bucólicas e singulares paisagens que a vista pode alcançar na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS), uma das áreas protegidas do Alentejo. É sempre mais reconfortante começar pelas boas notícias, e sem mais delongas, vamos já dizendo que estamos perante uma joia rara em termos naturais. Daquelas que foram passando de geração em geração, heranças quase intocadas e até por vezes esquecidas, mas que são intemporais e orgulhosas relíquias de um tempo, ousamos dizê-lo, mais equilibrado e harmonioso.



Figura 1 – Vista aérea do passadiço do Percurso do Salgueiral da Galiza [Fotografia]. Luís Pinheiro, Wildstep Productions, S.d..

A RNLSAS existe desde o ano 2000, ocupando uma faixa litoral com aproximadamente 15 km de comprimento, perfazendo a sua superfície 5 247 ha. Destes, 3 110 ha são superfície terrestre e 2 137 ha estendem-se por uma faixa marítima definida ao longo da linha costeira com aproximadamente 1,5 km de largura.

O território desta área protegida, que se estende pelos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines, tem o seu valor natural reconhecido desde há várias décadas. Tem sido alvo de cumulativas figuras de proteção, que permitiram o



controlo dos seus usos e a manutenção da resiliência ecológica de muitos dos ecossistemas que alberga. Assim se garantiu a sobrevivência e a prosperidade de uma significativa diversidade biológica, assente na heterogeneidade geológica, mormente a associada às zonas húmidas e aos sistemas psamófilos das praias e dunas. E isto acontece em quantidade e qualidade, em oposição ao que vem sucedendo na maior parte dos sistemas mediterrânicos, sobretudo nas zonas litorais.

Porém, antes de entrarmos em detalhes, justifica-se um enquadramento dos factos que tornam hoje a RNLSAS, apesar da sua reduzida dimensão, em um dos mais originais e importantes refúgios de biodiversidade do nosso país e, sem quaisquer dúvidas, no mais significativo do Alentejo Litoral.

À data da escrita deste artigo, atingimos o primeiro quarto do século XXI, e estamos em plena 6.^a vaga de extinção em massa da biodiversidade terrestre (Kolbert, 2024). Há várias décadas que estudiosos e cientistas vêm alertando para a inevitabilidade deste episódio da história do nosso planeta, agravado e acelerado por hábitos e atitudes consumistas que aumentam a par e passo com o exponencial crescimento da população mundial. Hoje rondaremos os 8,11 biliões de seres humanos no planeta, o que implica uma crescente e em muitos casos, cada vez mais insustentável, utilização dos recursos naturais planetários.

Estima-se que, dos cerca de 8,7 milhões de espécies de seres vivos existentes na Terra, somente 1,2 milhões estão catalogados, e que, com o aumento das taxas de extinção, milhares de espécies irão desaparecer, antes mesmo de serem conhecidas pelo Homem. Segundo as "*Listas Vermelhas da União Internacional para a Conservação da Natureza*" (www.iucnredlist.org), em 2023, o número de espécies ameaçadas de extinção era de 10 584. Este número ascende na atualidade a mais de 46 300! Os dados indicam ainda que as populações de espécies selvagens diminuíram globalmente em aproximadamente 69%, desde a década de 1970.

Contrariamente às vagas de extinção anteriores, consequentes de fenómenos naturais e geológicos, que à nossa curta escala de vida poderão parecer incompreensíveis e demorados, a rapidez da "6.^a vaga", e o facto de ter causas humanas, que previsivelmente não se irão alterar, quando muito agravar, apela à reflexão. Faz-nos pensar que, a este ritmo, poderá ser apenas uma questão de tempo, até que a maioria das plantas, animais e outros seres vivos, assim



como os seus habitats estejam ameaçados ou desapareçam, incluindo espécies-chave, e, com eles todos os serviços ecológicos proporcionados em dada área, ou em última análise, toda a vida do planeta. E que é imperativo proteger e manter em bom estado de conservação, áreas de reconhecida importância e sensibilidade para a vida selvagem, onde a biodiversidade possa prosperar sem grandes interferências antrópicas.

Ao falarmos de biodiversidade, podemos ainda considerar várias escalas ou níveis: referimo-nos à diversidade genética, abundância e número de espécies (ou específica), e, à das suas comunidades biológicas, refletindo-se esta última na composição dos ecossistemas de um dado local. Os estudos e conhecimento existentes, indicam que RNLSAS é rica a todos os níveis. Possui, na atualidade, e apesar da sua reduzida área, uma enorme relevância enquanto reduto para inúmeros seres vivos e populações selvagens, que aqui ainda encontram as condições ótimas para a sua sobrevivência. A sua importância é amplificada tendo em conta as inúmeras e crescentes ameaças que os espaços naturais, particularmente os das áreas litorais, enfrentam a nível mundial. Por exemplo, as crescentes pressões urbanísticas, a diminuição das disponibilidades hídricas, as alterações climáticas e consequente incidência de fenómenos catastróficos, como tempestades ou a subida do nível médio das águas do mar.



Figura 2 - Flamingo (*Phoenicopterus roseus*) [Fotografia]. Silvestre Santos, S.d.



Nesta Reserva são, largas centenas, as espécies registadas, distribuídas por dezenas de habitats categorizados na Rede Natura 2000 (Rede ecológica designada ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats da União Europeia, visando a conservação da biodiversidade através da proteção de espécies e habitats naturais), que urge conhecer e compreender. A verdade é que "ninguém protege o que não conhece". Ter noção e reconhecer os valores naturais do território, tanto quanto possível compatibilizando-os com os usos humanos, tradicionais e contemporâneos, é fundamental para um desenvolvimento harmonioso e mais sustentável.

UMA RESERVA (QUASE DESCONHECIDA) ENTRE LAGUNAS E DUNAS

Quem conhece a RNLSAS?! Talvez já tenha ouvido falar das enguias ou das aves da Lagoa de Santo André, talvez tenha ido ver o mar revolto da Costa em passeio domingueiro, avistado um memorável ocaso roxo e dourado a partir do Monte do Paio, ou escutado rumores sobre uma lagoa escondida, a da Sancha?! Lembranças de pescadores na praia e abundância de peixe, de brumas e de sol, de terrenos férteis de várzea onde se produzia do melhor arroz da região. Há na memória coletiva local, uma forte ligação a todo um imaginário ligado a esta área. Mas, quem saberá nomear os seus animais e plantas, a sua importância geológica, os seus valores naturais mais significativos?

Convém frisar, em forma de parêntesis, que este documento não é mais do que uma singela reflexão sobre a riqueza da biodiversidade desta área protegida e tem como objetivo ajudar o leitor a interessar-se e procurar saber mais sobre a enorme riqueza natural que reside no território. Não pretende, de forma alguma, ser exaustivo ou cientificamente pormenorizado sobre todos os grupos de seres vivos que se conhecem no local, do âmbito terrestre e marinho, alguns dos quais, por si só, justificariam vários artigos científicos.

A RNLSAS é seguramente um dos tesouros naturais mais bem guardados de Portugal, combinando a sua rica biodiversidade com paisagens de rara beleza e que promete, a quem a visita, uma experiência única e inesquecível.



Como já referimos, a RNLSAS localiza-se no sudoeste de Portugal, na região do Alentejo, especificamente na sub-região do Alentejo Litoral, distrito de Setúbal, ocupando parte da faixa costeira dos municípios de Santiago do Cacém (freguesia de Santo André) e de Sines (freguesia de Sines).

De acordo com vários autores (Freitas *et al.*, 1999; Cruces, 2001; Ferreira, Gomes, 2002; Farinha, Martins, 2025), este território caracteriza-se pela presença de duas lagoas costeiras, a Lagoa de Santo André (que oscila aproximadamente entre 150 ha e 250 ha, consoante a época do ano e as disponibilidades hídricas) e a Lagoa da Sancha (c. 11 ha). As lagoas são corpos de água pouco profundos, localizados no litoral, e separados do oceano atlântico por barreiras naturais, neste caso, os cordões dunares. A sua água é uma mistura de água doce e salgada, mais evidenciada no caso da Lagoa de Santo André, onde é frequente o contacto entre a laguna e o mar. Isto sucede por rompimentos naturais do cordão dunar de aproximadamente 4 km de comprimento, que os separa, por exemplo durante as marés vivas ou tempestades. Por mão humana, também se faz tradicionalmente, a abertura artificial regular de um canal, durante o Equinócio da Primavera, com a intenção de proporcionar uma renovação das águas.

A Lagoa de Santo André é alimentada por cinco ribeiras principais: Cascalheira, Ponte, Forneco, Azinhal e Badoca. Originárias da serra de Grândola, possuem regime torrencial, apresentando caudais abundantes durante o inverno e primavera mais pluviosos, e consideravelmente reduzidos (ou mesmo nulos) no verão. A sua confluência ocorre por meio de dois vales: um ao norte, onde a Ribeira da Cascalheira desagua, e outro ao sul, que fica alagado durante o inverno, representando uma extensão natural da lagoa e servindo como ponto de convergência para as restantes ribeiras.

De acordo com Freitas *et al.* (2002), a Lagoa de Santo André e seus tributários, compõem a maior bacia hidrográfica drenante para a RNLSAS, com um perímetro de 60,2 km e uma área de 145 km². É de 15 Km o eixo principal desta bacia, que se estende de leste a oeste, desde a linha costeira até São Francisco da Serra, com delimitação a norte pela lagoa de Melides, a leste pela bacia hidrográfica do Sado, e a sul pela Lagoa da Sancha. Portanto, é bom de ver que tudo o que acontece neste entorno, influenciando os caminhos da água, irá afetar diretamente a área da RNLSAS e as suas zonas húmidas.



Segundo Cruces (2001), as profundidades máximas da Lagoa de Santo André rondariam então os 4 a 5,5 m e a sua superfície molhada variava entre 1,7 e 2,5 km² em função da cota do plano de água lagunar, conforme os níveis de precipitação e da época do ano.



Figura 3 – Vista da Ribeira da Cascalheira, a partir do Monte do Paio [Fotografia]. Mónica Martins, S.d.



Atualmente, com o notório assoreamento da Lagoa, as profundidades serão bastante menores, não devendo ultrapassar os 3 m de profundidade nas áreas mais profundas (Cruces, com. pessoal), e a sua superfície média também terá diminuído.

Nas várzeas das duas principais ribeiras, existe ainda o que resta de uma extensa rede de valas, instaladas décadas atrás para drenar os solos aluvionares, e permitir a sua utilização para a agricultura e pastorícia.

Infelizmente, a laguna da Sancha encontra-se nos dias de hoje, em avançado estado de eutrofização. Isto sucederá por processos naturais, acentuados por carências hídricas, escassez de precipitação regular na região mediterrânica e a outros fatores locais, como a poluição da água subsuperficial ou a proliferação de plantas invasoras (designadamente *Acacia* spp.) nas suas margens. A outrora verdejante Lagoa da Sancha, plena de vida e de audíveis grasnados de patos e outras aves por entre os seus caniços ondulantes, está a evoluir, rápida e inexoravelmente, para um pântano. Terá perdido nas últimas décadas, muita da sua importância enquanto refúgio da vida selvagem animal, designadamente de várias espécies de aves nidificantes, e o seu futuro é incerto.

As Lagoas de Santo André e da Sancha são, pois, exemplos representativos de lagunas costeiras de tipo mediterrânico, um dos tipos de zonas húmidas mais vulneráveis. A sua qualidade ambiental espelha diretamente as opções de gestão e medidas de conservação, face às características e requerimentos ecológicos locais.

Associado às lagunas existe um importante e talvez subestimado sistema de “poços”, os intradunares húmidos, formados em depressões dunares preenchidas por água doce, de grande importância geológica e biológica, como é o caso dos Poços do Barbarroxa, dos Caniços, da Zimbreira, do Ortigão, dos Alguidares, do Pinheirinho, entre outros. Formados, entre 8 mil a 5 mil anos atrás, têm-se acumulado no interior destes poços turfas milenares, que testemunham a história natural da região e constituem mais um conjunto de valores naturais originais e únicos deste território.



A vegetação natural que margina estas formações, adaptada tanto à salsugem que traz o mar como à doçura das águas fluvio e pluviais, inclui, por exemplo, os caniçais (dominados por caniço, *Phragmites australis*), os juncais (com várias espécies de *Juncus* spp.), os salgueirais (com borrazeira-negra, *Salix atrocinerea* e salgueiro-branco, *Salix salviifolia*), urzais palustres (com diversas ericáceas), tamargais (tamargueira-de-espigas-grossas, *Tamarix africana*), pequenas áreas de sapal (com salicórnias), prados salgados e pastagens húmidas.

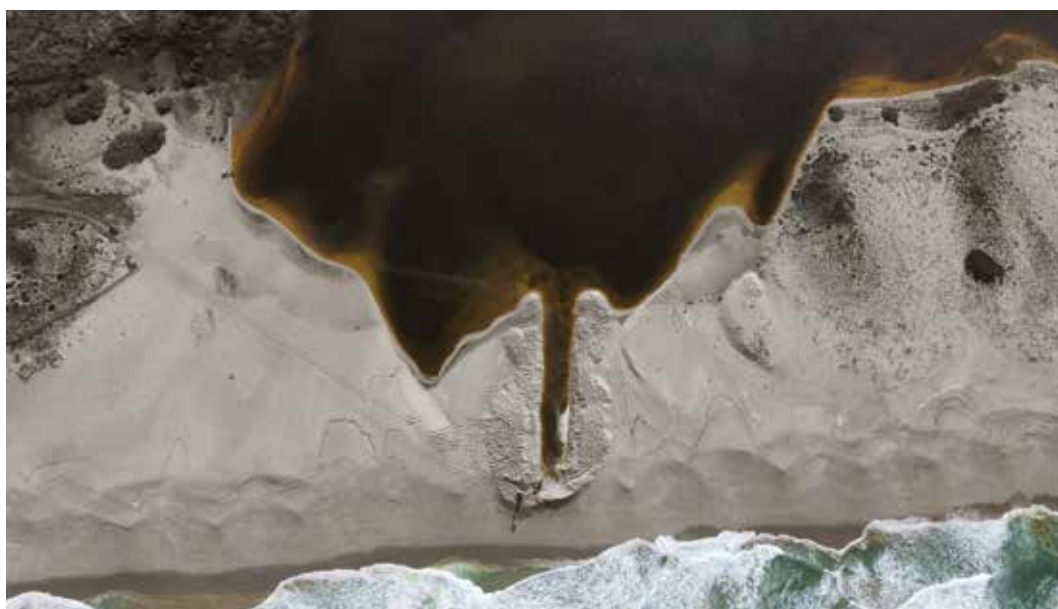


Figura 4 - Abertura da Lagoa de Santo André ao mar [Fotografia]. Paulo Encarnação, 2023.

Por seu lado, a faixa de substrato arenoso ou psamófilo, é marginada por um cordão dunar bem desenvolvido, onde ocorre um gradiente ecológico definido, a partir da parte superior das praias até às dunas estabilizadas do interior. A variação das condições ecológicas, como a distância ao mar, a salinidade, o vento, a mobilidade das areias e a temperatura elevada, refletem-se fielmente na composição das suas comunidades vegetais características. Desde a vegetação das dunas brancas ou cristas dunares móveis, do domínio do estorno (*Ammophila arenaria*), às comunidades prioritárias e mais complexas das dunas cinzentas, que albergam várias espécies endémicas e protegidas, como os tomilhos (*Thymus* spp.), as linárias (*Linaria* spp.), o marcetão-das-areias (*Santolina impressa*) ou as cravinas-das-areias (*Dianthus broteri*), passando pelos zimbrais dunares onde predominam as sabinas-da-praia (*Juniperus turbinata*



subsp. *turbinata*) ou mesmo o raro piorro (*Juniperus navicularis*), não esquecendo os matos costeiros de tojos (com *Ulex* spp., *Stauracanthus* spp. e *Genista* spp.) e os pinhais de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), a diversidade da vegetação, base da diversidade ecossistémica, não é nada menos do que espantosa.

Por exemplo, segundo Catry (1993), certas espécies de aves dependem diretamente da manutenção da vegetação dunar para a sua nidificação, como é o caso da chilreta (*Sternula albifrons*) e o do borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*).

O complexo dunar desempenha um papel essencial na proteção das lagoas, sustentando uma flora de grande relevância para a conservação (Farinha, Martins, 2025), incluindo espécies endémicas e protegidas ao abrigo da Diretiva Habitats, além de estarem referenciadas na "Lista Vermelha da Flora de Portugal Continental" (Carapeto *et al.*, 2020).

A vegetação psamófila (*i.e.* que se desenvolve em areias) é, reconhecidamente, fundamental para a formação de dunas e fixação das areias e estabilidade do próprio sistema dunar. Sem a vegetação que as sustem, mais facilmente as dunas podem erodir, colapsar e até desaparecer (Martins *et al.*, 2013) e, sem a proteção do cordão dunar, a Lagoa de Santo André pode transformar-se de uma forma mais rápida e drástica do que desejamos. Poderá dar lugar, novamente, à semelhança de como seria há uns milhares de anos atrás (e como possivelmente acontecerá daqui a uma ou duas centenas de anos, com a contínua subida do nível médio das águas do mar), a um sistema permanentemente aberto ao mar. Nesta situação, as suas fauna e flora irão também sofrer fortes alterações, podendo mesmo implicar o desaparecimento local de espécies dependentes da água doce ou salobra, como é o caso das famosas iroses ou enguias.

Quem diria que pisar as dunas, abrir novos trilhos de forma desregulada ou arrancar as suas belas flores, poderia estar intimamente ligado com a conservação da biodiversidade da nossa Lagoa?!...



Figura 5 - Vista aérea do Poço do Barbarroxa de Baixo [Fotografia]. João Pedro Santos, S.d.

A ampla diversidade de ecossistemas, muitos dos quais em bom ou excelente estado de conservação, concentrados em uma área espacialmente restrita como a RNLSAS, demonstra, por si só, que estamos perante uma área especial, que merece toda a nossa admiração e cuidado.

HISTÓRIA DE UMA RESERVA NATURAL

Como já referimos, o interesse para a conservação desta área tem sido reconhecido há várias décadas, pelo menos desde a década de 1970, a quando da criação da Área de Proteção do Litoral, entre Sines e Santo André, pelo extinto Gabinete da Área de Sines (GAS). No processo de extinção do GAS, foi transferido para o Estado Português, um conjunto de prédios que posteriormente foram afetados às entidades mais vocacionadas para a sua gestão, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), o então Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN).



Em meados da década de 1980, surgiram os primeiros resultados dos estudos desenvolvidos no território, os quais confirmaram a importância do seu património natural. Nessa altura, a Lagoa de Santo André foi classificada como Área Ornitológica de Primeira Importância, por técnicos do Centro de Estudos de Migração e Proteção de Aves (CEMPA), além de ter recebido a classificação como Zona de Caça Condicionada. As Lagoas de Santo André e da Sancha foram também designadas como Biótopos CORINE, integrando o sítio “Costa da Galé” e incluídas no inventário de Zonas Importantes para a Conservação de Aves (IBA - *Important Bird Areas* - projeto IBA/ BirdLife - PT028).



Figura 6 – Vista aérea da Lagoa de Santo André [Fotografia]. Luís Pinheiro, Wildstep Productions, S.d.

Na década de 1990, a área ganhou uma maior projeção internacional, pelo cumprimento de Diretivas Europeias e Convenções Internacionais. A implementação da legislação comunitária e internacional influenciou a abordagem da problemática da conservação da natureza, a nível dos poderes central e local, e do envolvimento de Organizações Não-Governamentais (ONG's).

A Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, foi formalmente criada pelo Decreto Regulamentar n.º 10/2000, de 22 de agosto, e teve os seus limites ajustados posteriormente pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2004, de 29 de março, em conformidade com várias propostas apresentadas ao longo do tempo (Catry, Araújo, 1993; Pinto, 1995; Farinha, Silva, 1997).



Em 1996, as Lagoas de Santo André e da Sancha, foram designadas como Zonas Húmidas de Importância Internacional pela Convenção de Ramsar (Sítio n.º 828). A nível comunitário, classificam-se como Zonas de Proteção Especial (ZPE) ao abrigo da Diretiva Aves, com o objetivo primordial de conservar as espécies de aves e os seus respetivos habitats, e como Zona Especial de Conservação (ZEC) da Comporta/Galé, conforme a Diretiva Habitats, com o objetivo de assegurar a manutenção ou, se necessário, o restabelecimento dos tipos de habitat naturais e das espécies da flora e da fauna selvagens (à exceção das aves) em estado de conservação favorável.

UMA RESERVA BIODIVERSA

Os valores ecológicos, ictiológicos, botânicos e, especialmente, ornitológicos, resultam da interação única entre os ambientes marinho, estuarino, dulçaquícola e terrestre, bem como da dinâmica natural do sistema lagunar, caracterizada pela variação dos níveis de salinidade ao longo do ano.

Floristicamente, já verificámos que a reserva é bastante rica e diversificada, contando com, pelo menos, 593 espécies de plantas vasculares distribuídas em 79 famílias, inventariadas no decorrer da Cartografia da Vegetação e na elaboração do "Guia de Plantas e Ecossistemas da RNLSAS" (Pinto, 2014), monitorizações do ICNF e trabalhos realizados pela comunidade científica (Meireles *et al.*, 2020).



Figura 7 - Maravilha (*Colias croceus*) [Fotografia]. Albano Soares, S.d.



Face à riqueza e diversidade do coberto vegetal da RNLSAS, composto por uma combinação de perto de 600 espécies de flora autóctone, que sustentam as cadeias tróficas, não é de espantar a enorme diversidade de outros grupos de seres vivos. Pela sua diversidade de habitats e relativo bom estado de conservação, a Reserva Natural apresenta uma elevada riqueza específica. Já foram registadas nesta área, cerca de 272 espécies de aves, incluindo 106 espécies de nidificantes regulares, 52 de peixes, 12 de anfíbios, 15 de répteis, 31 de mamíferos, entre muitas outras pertencentes a diferentes grupos faunísticos.

Atente-se, por exemplo, aos invertebrados, que incluem os artrópodes, que por sua vez abrangem os insetos, onde aparecem as borboletas. Nesta área foram já registadas cerca de 205 espécies de borboletas diurnas e noturnas. Nestas últimas, há ocorrências únicas para o território português, incluindo espécies endémicas e constantes do "Livro Vermelho dos Invertebrados de Portugal Continental" (Boeiro *et al.*, 2023), tendo uma delas sido descrita pela primeira vez para a ciência, a partir de observações na RNLSAS. Admirável, não?! Algumas das espécies mais assinaláveis são a *Phragmataecia castaneae*, a *Pelusia plumosa*, a *Archana dissoluta*, a *Globia sparganii* e a *Ekboarmia miniaria* (Penado, com. pessoal).

Por sua vez, os insetos servem de alimento a muitas outras espécies, como as aves, grandes ex-libris desta área protegida. Como tudo está ligado, sem entrar em grandes considerações holísticas e cingindo-nos ao pragmatismo, a título de exemplo, é fácil de entender que o empobrecimento ou destruição de áreas de vegetação natural das quais os insetos dependem, irá afetar a disponibilidades alimentares para as aves, mamíferos e outros. Esta escassez de alimento leva ao enfraquecimento das cadeias alimentares, fazendo com que as populações selvagens diminuam ou procurem outras áreas, para poder sobreviver... e, se não existirem outras áreas?!...



FLORA, VEGETAÇÃO E HABITATS COM INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO NA RNLSAS

Em termos fitogeográficos, segundo Costa e outros (1998), a posição geográfica da RNLSAS é sensivelmente a charneira entre o Sector Ribatejano-Sadense (Superdistrito Sadense) e o Sector Algarviense (Superdistrito Costeiro Vicentino), o que se reflete marcadamente na sua flora e vegetação. Há uma preponderância da influência Sadense, expressa pelos matos psamófilos com dominância de *Juniperus navicularis* e *Santolina impressa*, que aqui se encontram perto do seu limite sul. Exprime-se também pelas espécies *Armeria rouyana*, *A. pinifolia*, *Thymus capitellatus* e *Malcolmia lacera* subsp. *gracilima*, todas características do Sector Ribatejano-Sadense e presentes na RNLSAS, ainda que, por vezes raras.

Por outro lado, algumas plantas presentes são claramente pertencentes ao Superdistrito Costeiro Vicentino e encontram-se aqui perto do seu limite norte. São, por exemplo: *Centaurea vicentina*, *Dittrichia viscosa* subsp. *revoluta*, *Thymus camphoratus*, *Malcolmia alyssoides* e *Stauracanthus spectabilis*. Os matos de *S. spectabilis* com *T. camphoratus* são consequentemente típicos deste sector, ocupando alguma área dentro da reserva (ICN, 2005).

Na área da RNLSAS (CEZH/RNLSAS, 2004; ICN, 2005), ocorrem pelo menos 16 endemismos lusitânicos e ibéricos, 11 dos quais com estatuto de proteção, incluindo 5 espécies prioritárias para a conservação de acordo com o Anexo II da Diretiva Habitats (inclui espécies animais e vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação, assinaladas com asterisco*). Os endemismos lusitânicos incluem a *Armeria rouyana**, *A. pinifolia*, *Centaurea vicentina*, *Euphorbia transtagana*, *Herniaria maritima*, *Jonopsidium acaule**, *Juniperus navicularis*, *Thymus camphoratus**, *T. carnosus*, *Linaria bipunctata* subsp. *glutinosa** [syn. *Linaria ficalhoana*], *Ononis hackelii** e *Santolina impressa**.



De acordo com ICN (2005), as espécies de flora mais valorizadas dizem respeito a endemismos lusitânicos ou quase, cuja abundância na RNLSAS se reveste de alto valor para a conservação da espécie a nível global, precisamente por possuírem populações vastas e bem preservadas. Várias destas espécies e outras, estão ameaçadas e possuem estatuto de proteção pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) constando da “Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental” (Carapeto *et al.*, 2020).

Esta Reserva apresenta uma elevada diversidade de habitats naturais e seminaturais, designadamente de elevado valor para a conservação. Estes expressam a variedade de condições ecológicas, a influência do homem e os diferentes graus de antropização, sobre as zonas húmidas, ecossistemas das praias e dunas. Nos habitats naturais, incluem-se os de interesse comunitário referidos no Anexo I da Diretiva Habitats, nomeadamente os seguintes habitats prioritários: 1150*, 2130*, 2150*, 2250*, 2270*, 3170*, 4020*, 6620* e 91E0* (Farinha, Martins, 2025).

COMO ESTAMOS DE PEIXE?

A fauna ictiológica (*i.e.* peixes) da Lagoa de Santo André reflete a sua dinâmica sazonal, marcada pela abertura periódica ao mar, que permite a entrada de espécies marinhas e mantém o equilíbrio ecológico. Entre os peixes mais comuns, adaptados à salinidade variável, encontram-se a enguia-europeia (*Anguilla anguilla*), o robalo (*Dicentrarchus labrax*), a tainha (*Mugil cephalus*) e o linguado (*Solea solea*). A sua conservação é crucial para a manutenção da funcionalidade ecológica do sistema, além de contribuir para atividades económicas locais, como a pesca artesanal.

A enguia-europeia é o peixe (não é uma cobra como alguns pensam) mais emblemático da Lagoa de Santo André, possui um ciclo de vida complexo e fascinante: é catádroma, ou seja, migra da água doce, onde vive a maior parte da sua vida, para o mar onde se reproduz. A sua área de distribuição natural inclui a costa Atlântica da Europa, Norte de África, algumas ilhas do Atlântico (Islândia, Ilhas Féroe, Açores, Madeira e Ilhas Canárias) e a costa do Mar Mediterrâneo e Mar Negro. Toda a população da espécie vai-se reproduzir a grandes profundidades, no Mar dos Sargãos, situado a nordeste do Mar das Caraíbas, esta região do planeta onde ocorrem tantos mistérios, como o do triângulo



das Bermudas. As larvas resultantes da reprodução, regressam aos locais de origem dos progenitores, pelo oceano em direção às águas continentais europeias onde completam o seu desenvolvimento. Na Lagoa de Santo André, as jovens enguias encontram um habitat ideal para a sua fase de crescimento, beneficiando da riqueza alimentar e da proteção oferecida por este ambiente.



Figura 8 - Pesca na Lagoa de Santo André [Fotografia]. Silvestre Santos, S.d.

Contudo, a enguia-europeia enfrenta atualmente sérias ameaças. Na Península Ibérica, por exemplo, esta espécie perdeu 85% do território que ocupava historicamente. Este declínio deve-se, em parte, a uma exploração furtiva intensa de larvas (conhecidas como meixão ou enguias-de-vidro) nas zonas estuarinas, à sobrepesca, ao aumento do número de obstáculos à sua migração, entre outros fatores que têm contribuído para um declínio significativo das suas populações. Apesar da sua ampla distribuição, a enguia encontra-se ameaçada de extinção, tendo sido registada, desde 1980, uma significativa redução da sua população. Desde 2008, esta espécie encontra-se classificada como "Criticamente em Perigo" (CR), na lista vermelha da UICN - um estatuto ainda mais preocupante do que o famoso lince-ibérico (*Lynx pardinus*).



De facto, na atualidade, tal como no passado recente, a atividade piscatória na Lagoa de Santo André, constitui ainda uma importante atividade económica dentro da área da RNLSAS, envolvendo aproximadamente 30 a 40 pescadores, devidamente licenciados. Apenas é permitida a pesca tradicional, que recorre a pequenas embarcações a remos e às nassas como arte de pesca, dedicando-se os pescadores sobretudo à captura da enguia, de maior valor económico.

Devido à sensibilidade ecológica e ameaças à conservação da enguia, entende-se que a atividade piscatória exija algum controlo, de modo a manter estáveis os efetivos populacionais e garantir a sua continuidade. A compatibilização da sua conservação com a captura para fins económicos, exige compreensão mútua e discernimento e que sejam cumpridas rigorosamente as normas legais, como as épocas de defeso, locais de pesca e quantidades pescadas.

QUANDO OBSERVAR AVES NA LAGOA DE SANTO ANDRÉ?

O melhor período do dia para observar uma ave é a manhã, sobretudo quando ainda é cedo e o dia está fresco. Ao fim da tarde também se podem obter bons resultados, nomeadamente ver as aves a concentrarem-se, em locais especiais, para pernoitarem. Dias com vento ou precipitação são pouco favoráveis, exceto para ver aves marinhas, pois aproximam-se da costa. O inverno e a primavera, em dias sem vento e de céu limpo, são normalmente as melhores estações. Devemos evitar perturbá-las, em particular na época de reprodução e quando se encontram junto dos seus ninhos.

A Lagoa de Santo André é um dos mais importantes refúgios ornitológicos da região do Alentejo, desempenhando um papel vital para inúmeras aves ao longo do ano. A sua diversidade de habitats – desde zonas de água doce e salobra até áreas de sapal, dunas e matos – oferece condições ideais para uma grande variedade de espécies, quer sejam residentes, migradoras ou invernantes (Farinha *et al.*, 2023).

Com efeito, muitas das aves que frequentam estas paragens são migradoras, servindo a reserva de local de invernada para muitas espécies setentrionais (*i.e.* do norte) ao mesmo tempo que é utilizada apenas como local de passagem para outras (Silveira *et al.*, 2009). Além disso, algumas das espécies que



passam o inverno em África chegam na primavera para aqui se reproduzirem. Além destas populações sazonais, a reserva alberga também várias espécies residentes e que, portanto, aí podem ser encontradas todo o ano (Farinha *et al.*, 2023).



Figura 10 - Observação de aves aquáticas, junto à Lagoa de Santo André [Fotografia]. Silvestre Santos, S.d.

Todo o ano

Algumas aves frequentam estas paragens durante todo o ano. Entre as mais comuns incluem-se, por exemplo, o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), a galinha-d'água (*Gallinula chloropus*), o galeirão-comum (*Fulica atra*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), o ágil e azulado guarda-rios (*Alcedo atthis*) e o camão (*Porphyrio porphyrio*), que leva o alimento ao bico com as patas, daí o seu nome.



Inverno

Um grande número de aves oriundas do norte e centro da Europa chegam a estas paragens. As zonas húmidas ficam cheias de patos e limícolas (i.e. espécies de aves aquáticas que utilizam zonas entremarés e ambientes próximos a corpos d'água e alagados de pouca profundidade), enquanto os terrenos abertos são invadidos por bandos de abibe (*Vanellus vanellus*) e tarambola-dourada (*Pluvialis apricaria*). Nos caniços, marcam presença os passeriformes (vulgo pássaros), como o chapim-de-mascarilha (*Remiz pendulinus*) ou o pisco-de-peito-azul (*Luscinia svecica*). Para aqueles que não irão partir no final do inverno, como o pato-real, o pato-de-bico-vermelho (*Netta rufina*) e o pato-trombeteiro (*Spatula clypeata*), os machos começam a ostentar a sua plumagem nupcial para conquistar as fêmeas, com as suas cores garridas, para formar, em breve, casais e procriar.



Figura 10 – Invernante pouco comum, o arrabio (*Anas acuta*) [Fotografia]. Daniel Pinheiro, Wildstep Productions, S.d.

Primavera/ verão

Com o final do inverno, as aves migratórias que passaram a estação fria por aqui, partem rumo aos seus locais de reprodução no norte da Europa. Ao mesmo tempo, começam a chegar as espécies que passaram o inverno em África, vindo para se reproduzirem. Os caniçais (*Phragmites australis*), plantas de caule delgado e flexível, que bordejam parte da lagoa, ganham vida, repletos de movimento e sons. O ambiente é dominado pelos cantos do rouxinol-grande-dos-caniços (*Acrocephalus arundinaceus*) e do rouxinol-pequeno-dos-caniços



(*Acrocephalus scirpaceus*), sendo este último a espécie representada no logótipo da Reserva Natural. Já as cegonhas-brancas (*Ciconia ciconia*), tanto as que permaneceram como as que regressaram, iniciam a sua graciosa "dança" sobre os ninhos no cimo de postes ou árvores. Com o final do verão, a lagoa acolhe em maior abundância uma das aves mais emblemáticas que visitam Portugal: os flamingos (*Phoenicopterus roseus*).

Outono

Esta época caracteriza-se pela partida, chegada e passagem de muitas espécies de aves. Chegam as primeiras aves invernantes. As aves que se reproduziram no norte da Europa encaminham-se para sul, passando nesta altura em grande número. Entre as espécies que utilizam a lagoa como paragem temos o maçarico-de-bico-direito (*Limosa limosa*), o pilrito-pequeno (*Calidris minuta*), o perna-verde (*Tringa nebularia*) e o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*). Embora em menor número, também é possível observar em toda a lagoa a magnífica águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), enquanto caça os seus peixes.



Figura 11 - Observação de aves aquáticas junto ao marco geodésico da Cerradinha, ao longo do percurso da Casa do Peixe [Fotografia]. João Carlos Farinha, S.d.

ONDE OBSERVAR AS AVES NA LAGOA DE SANTO ANDRÉ?

Quem pretender visitar a Reserva Natural encontrará no Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza (CNEACN), situado no Monte do Paio, na Aldeia de Brescos, o ponto de partida ideal para obter informações sobre onde observar aves na Lagoa de Santo André. Este centro não só funciona como um espaço de receção para os visitantes da Reserva Natural, como fornece orientações essenciais para a sua visita. Além disso, dispõe de uma exposição permanente dedicada à biodiversidade local, que complementa e enriquece a experiência de quem o visita.

A partir do Monte do Paio, recomenda-se uma caminhada pelo percurso da Casa do Peixe, um trilho linear com cerca de 3 km de extensão, ida e volta, que se percorre em 1h30, onde, ao longo do trajeto, existem vários pontos estratégicos para parar e observar aves aquáticas, como flamingos, patos, garças e colhereiros.

Entre os locais de paragem obrigatória destaca-se o marco geodésico da Cerradinha, que oferece uma vista panorâmica sobre a lagoa. Outro momento especial da caminhada ocorre junto às margens da lagoa, onde é possível apreciar pequenos barcos e redes de pescadores tradicionais. Para tirar o máximo partido da experiência, recomenda-se o uso de binóculos ou de um telescópio, que permitem avistar espécies a maiores distâncias. O percurso tem o nome de Casa do Peixe devido à existência de ruínas das instalações onde em tempos funcionou a lota. Conhecida localmente como "Casinha de Peixe" ou "Porto de Peixe", era aqui que os pescadores da lagoa descarregavam os barcos, um local mais próximo dos caminhos, Montes e aldeias do interior, do que a aldeia de pescadores na Costa de Santo André, local onde as varinas iam abastecer as suas canastras, que transportavam cheias e pesadas à cabeça, a pé (e quantas vezes descalças!), calcorreando diariamente quilómetros, por montes e vales, por vezes até Santiago do Cacém, para vender o peixe e obter mais algum sustento para as numerosas famílias?!

Outro local a não perder é o percurso do Salgueiral da Galiza, um trilho circular com cerca de 1,7 km de extensão, que se percorre em 1h30. Este percurso inclui um miradouro, um passadiço de madeira que serpenteia por um vasto salgueiral dominado por borrazeira-preta, e um observatório para aves estra-



tegicamente posicionado. Ao percorrer os passadiços, será transportado para um mundo distante, onde o canto dos rouxinóis se mistura com o soar do vento no verde dos caniços.



Figura 12 - Observação de aves junto ao ancoradouro do Lameiro, no final do Percurso da Casa do Peixe Fotografia: João Carlos Farinha, S.d.

Durante o inverno, a várzea que se estende em frente ao observatório enche-se de água, proporcionando condições ideais para observar facilmente e sem perturbar espécies como o colhereiro (*Platalea leucorodia*), o camão, entre outros.

Nas áreas de juncais que rodeiam a lagoa, é ainda possível avistar aves como o rouxinol-bravo, a felosa-unicolor e a águia-sapeira, que enriquecem ainda mais a experiência de contacto com a natureza.

Quanto às áreas de pinhal e matos, também oferecem a oportunidade de observar outras aves, tais como os chapins, os piscos-de-peito-ruivo, o pica-pau-malhado (*Dendrocopos major*), a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*) e, ocasionalmente, aves de rapina como o peneireiro-de-dorso-malhado (*Falco tinnunculus*) e o milhafre-preto (*Milvus migrans*), bem como a ógea (*Falco subbuteo*), esse falcão de tão difícil deteção.



Por fim, a ligação entre a lagoa e o mar é um excelente ponto para observar aves limícolas, como pilritos, maçaricos e tarambolas, especialmente durante as migrações de outono e inverno. Ao dirigir o olhar para o mar, poderá ainda observar o ganso-patola (*Morus bassanus*) e a ágil andorinha-do-mar-comum (*Sterna hirundo*), também conhecida por gaivina.



Figura 13 - Colhereiros (*Platalea leucorodia*) na várzea, em frente ao observatório de aves do Salgueiral da Galiza [Fotografia]. João Pedro Santos, S.d.

JÁ ANILHOU UMA AVE?

Na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha encontra-se a Estação Ornitológica Nacional (EON), situada no Monte do Outeirão. Este espaço é importante para a conservação da biodiversidade e para o aprofundamento do conhecimento científico sobre as aves e os seus habitats. Dedicada à monitorização e estudo da avifauna, a estação desempenha um papel vital na investigação científica, permitindo a recolha de dados a longo prazo sobre a dinâmica das populações de aves, os seus comportamentos migratórios e as interações com os ecossistemas que as rodeiam.



Através de técnicas como a anilhagem científica, onde após a captura da ave são registadas informações sobre o nome da espécie, peso, comprimento das asas, gordura corporal, idade e sexo, seguindo-se a colocação de uma anilha ajustada ao tamanho da ave e que contém um código único e os contactos da organização responsável pela anilhagem. Com estes dados os investigadores conseguem monitorizar rotas migratórias, taxas de sobrevivência e padrões de reprodução, informações indispensáveis para avaliar o estado de conservação das espécies e orientar políticas de proteção da biodiversidade. Este trabalho não só contribui para a conservação das aves na região, mas também insere a Reserva Natural num contexto global de conservação, ao estabelecer conexões entre os esforços nacionais e internacionais na proteção das aves migratórias (Farinha *et al.*, 2023).



Figura 14 - Sessão de anilhagem, na Estação Ornitológica Nacional, no Monte do Outeirão. Bico-grossudo (*Coccothraustes coccothraustes*) [Fotografia]. João Carlos Farinha, S.d.

Para além do seu valor científico, a EON é também um local privilegiado de aprendizagem e sensibilização ambiental. Caso o visitante tenha curiosidade em receber mais informações sobre esta atividade, poderá fazê-lo contactando previamente a EON. Visitantes de todas as idades têm, assim, a oportunidade de assistir a atividades de anilhagem, observar aves de perto e compreender a importância da conservação dos ecossistemas naturais. Estas experiências práticas, conduzidas por especialistas, neste caso concreto por anilhadores certificados do ICNF, despertam a curiosidade e promovem uma ligação emocional com a natureza, tornando-se momentos inesquecíveis de educação ambiental.



QUAL A HISTÓRIA DA ESTAÇÃO ORNITOLÓGICA NACIONAL?

Em 1977, no âmbito da colaboração entre o *British Trust for Ornithology* (BTO) e o Centro de Estudos de Migrações e Proteção de Aves (CEMPA) realizou-se a primeira campanha de anilhagem efetuada de forma organizada e que teve como principal objetivo a formação de anilhadores portugueses, tendo anilhadores ingleses como formadores (Farinha *et. al.*, 2023).

A partir de 1978, o CEMPA passou a assegurar a coordenação de campanhas de anilhagem na migração outonal, sendo a estadia dos participantes efetuada em regime de acampamento, passando por ali centenas de participantes nacionais e estrangeiros, a maioria em busca de formação. A atividade, que tem o carácter anual, até hoje apenas se interrompeu uma vez, em 1984.

Em 1993, através do Decreto-Lei n.º 193/93, o CEMPA foi integrado no Instituto da Conservação da Natureza (ICN), estando atualmente no ICNF, no Departamento de Conservação da Natureza – Divisão de Conservação e Monitorização.

Em 2007, graças às condições entretanto criadas para a atividade, decidiu-se criar a EON, em Santo André, continuando a ser gerida pelo CEMPA, mas passando a designar-se "Estação Ornitológica Nacional - Monte do Outeirão (EON-MO)" e, a certa altura, a gestão passou a ser local, aproveitando a presença de um ornitólogo em serviço na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

Em 2019, com a criação das Direções Regionais da Conservação da Natureza e Florestas (DRCNF) do ICNF, a gestão da EON-MO passou para a Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas do Alentejo (DRCNFA), com o apoio do CEMPA. A existência de instalações próprias, possibilitou, ainda, alargar os trabalhos de captura e de anilhagem às restantes épocas do ano.



Figura 15 - Estação Ornitológica Nacional, no Monte do Outeirão (EON-MO) [Fotografia]. João Carlos Farinha, S.d.

Nos últimos 45 anos, foram capturadas e anilhadas nestas campanhas, de julho a outubro, junto à Lagoa de Santo André, um total de 151 076 aves, de 185 espécies diferentes. As espécies mais capturadas são o rouxinol-pequeno-dos-caniços, a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*) e a felosa-musical (*Phylloscopus trochilus*). Nestas campanhas foram ainda recapturadas 550 aves, de 24 espécies, anilhadas em outros países, nomeadamente Alemanha, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Ilhas do Canal, Itália, Lituânia, Mauritânia, Noruega, Países Baixos, Polónia, República Checa, Senegal, Suécia e Suíça. E quanto a ações de formação, já passaram por Santo André mais de 760 pessoas interessadas na atividade, enquanto anilhadores ou candidatos a obterem uma licença. Destaque para os últimos 10 anos, onde, nas campanhas de anilhagem, estiveram 348 pessoas, portuguesas e estrangeiras. A estação de anilhagem é, pois, da maior importância, quer pelo contributo que dá na avaliação do fluxo migratório pós-nupcial quer na formação de anilhadores (Farinha *et al.*, 2023).

A EON-MO é a mais antiga estação de anilhagem do país para a época migratória e uma das mais antigas da Europa em funcionamento, mantendo os objetivos do projeto inicial.



ONDE IR, EM VISITA À RNLSAS?

Na maior parte, os terrenos da RNLSAS pertencem ao Estado e são vocacionados para atividades compatíveis com a conservação da natureza. Assim, quem quiser visitar a RNLSAS, poderá dirigir-se primeiramente ao Centro de Interpretação das Lagoas de Santo André e da Sancha (CILSAS), que integra o CNEACN, no Monte do Paio, em Brescos.

O CNEACN é constituído por um conjunto de edificações com funções várias, resultantes do aproveitamento de um núcleo agrícola original no “Monte de Paio”. A nova vida dada a estes edifícios, restaurados em 2000, permitiu criar verdadeiras salas de aula, adequadas aos objetivos contemporâneos desta reserva.

O “Monte de Paio” (assim era designado pelos locais em tempos idos, tendo sofrido uma corruptela para “Monte do Paio” em documentos oficiais mais recentes), é cenário de muitas histórias, festas, romarias e tradições locais, que se transmitiram ao longo de gerações, aqui se criando parte da identidade local. Foi e continua a ser um local muito especial para todos, agora com nova vida e novas valências.



Figura 16 - Vista exterior do Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza, no Monte do Paio [Fotografia]. João Carlos Farinha, S.d.



O CILSAS funciona atualmente como uma verdadeira porta de entrada, com localização e vista privilegiada para a Lagoa de Santo André. Aqui poderá visitar a exposição permanente sobre os valores naturais desta Área Protegida e obter informações sobre os percursos pedestres existentes. É ainda possível marcar visitas guiadas em contexto escolar, didático ou lúdico. Poderá também utilizar os espaços exteriores para fazer um piquenique com vista para o espelho de água, separado do oceano pelo estreito cordão dunar, salpicado de bandos de aves de dezenas de espécies, que se vão revezando ao longo do ano, e repousar o olhar nas suas margens e várzeas, ricas em flora e vegetação características das zonas húmidas.



Figura 17 - Visita de uma escola da região ao Centro Interpretativo das Lagoas de Santo André e da Sancha, no Monte do Paio [Fotografia]. João Carlos Farinha, S.d.

Entre escolas e grupos organizados, voluntários, participantes em ações de formação, sensibilização e educação ambiental para a geo e biodiversidade da região, turistas acidentais e amantes inveterados da natureza, nos últimos anos, têm sido milhares os visitantes que chegam a este local.

Apenas no ano de 2023, os registos superaram os 3000 visitantes, mais de metade dos quais são alunos de escolas da região (dos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines), mas também público nacional e estrangeiro, que procura ou, casualmente, descobre esta porta de entrada para a grande riqueza natural da Área Protegida.



Outro espaço com potencial para observação de aves é o do Espaço Interpretativo da Estação Elevatória de Santo André, gerido pelas Águas de Santo André, S.A. (AdSA), parte de uma antiga Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que foi requalificada, com renaturalização de zonas húmidas, constituindo um espaço interpretativo interessante, que inclui um observatório de aves.

TURISMO, RECREIO E LAZER

Na área da RNLSAS, o turismo tem vindo a crescer desde as décadas de 70 e 80, encontrando-se em franco desenvolvimento, tanto na zona das praias como nas áreas envolventes da Lagoa de Santo André. A atividade turística é marcadamente sazonal, verificando-se sobretudo nos meses de verão, em julho e agosto, quando o número de visitantes ultrapassa largamente o registado durante o resto do ano.

Assim, o turismo balnear reveste-se de especial importância nesta área, sendo as praias mais frequentadas a praia da Costa de Santo André, a praia da Fonte do Cortiço e a Praia do Monte Velho. Tanto a praia da Fonte do Cortiço, situada a sudoeste do centro urbano de Vila Nova de Santo André, como a da Costa de Santo André, devidamente equipadas para uso balnear, foram distinguidas com o galardão “Bandeira Azul”, em 2024.

No interior da Lagoa de Santo André, foi delimitada uma Área de Recreio Náutico (ARN), demarcada com boias e sinalização vertical, destinada à prática de atividades lúdicas. Nessa zona, é permitida a utilização de embarcações de recreio sem motor ou à vela.

Adicionalmente, existe ainda um Parque de Campismo na Costa de Santo André, com capacidade para cerca de 900 utentes, cujo limite sul confina com a RNLSAS. Fora da área da reserva, mas nas suas proximidades, existem as instalações do Badoca Safari Park, que é atravessado pela Ribeira da Badoca, com uma elevada afluência de visitantes, registando uma média anual superior a 100 000 (Farinha, Martins, 2025).

Importa salientar que, tal como em outras zonas costeiras, uma atividade turística desregulada pode provocar alterações profundas na paisagem e na qualidade ambiental, comprometendo gradualmente o valor turístico da região



(Martins et al., 2013). Tendo em conta o seu progressivo desenvolvimento e forte componente socioeconómica, nomeadamente nas regiões costeiras confinantes situadas a norte da RNLSAS, esta atividade deverá ser reestruturada de forma a integrar os interesses ambientais.

No contexto referido, e segundo Silveira e outros (2009), pode enquadrar-se o “turismo ornitológico”, potencialmente gerador de proventos económicos assinaláveis. Quando bem aplicados, devem contribuir para que os organismos de gestão promovam a adequada conservação e valorização dos sistemas que exploram, também como fonte de rendimento para as populações locais.



Figura 18 – Guarda-rios (*Alcedo atthis*) [Fotografia]. Silvestre Santos, S.d.

Segundo Catry (1993), como referido anteriormente, é essencial evitar a perturbação das aves durante o período de reprodução, particularmente para espécies que nidificam nas dunas, como a chilreta e o borrelho-de-coleira-interrompida. De acordo com Martins e outros (2013), o pisoteio da vegetação dunar e a construção de infraestruturas podem contribuir para a fragmentação e degradação da vegetação natural, aumentando a sua vulnerabilidade, diminuindo a resiliência e, em casos extremos, provocando o desaparecimento dos serviços ecológicos associados.



Por ser reconhecida como um importante corredor migratório para a avifauna e refúgio para muitas aves aquáticas, sobretudo durante o inverno (Silveira *et al.*, 2009), a RNLSAS conta com diversos locais de fácil acesso para a observação de aves, atraindo assim um elevado número de visitantes nacionais e internacionais.

Para além do birdwatching, o turismo gastronómico, a dinamização de vários percursos pedestres já existentes, a aposta em atividades como os circuitos cicláveis, e a fotografia de natureza, por exemplo, constituem alternativas sustentáveis, disponíveis durante todo o ano, ao turismo balnear, na RNLSAS e sua envolvente (Farinha, Martins, 2025).



Figura 20 – Passadiço do percurso do Salgueiro da Galiza [Fotografia]. João Carlos Farinha, S.d.

De facto, as áreas circundantes à Lagoa de Santo André, e não só, são muito procuradas para passeios pedestres e visitas durante todo o ano. Atualmente, a RNLSAS dispõe de cinco percursos pedestres ativos. Os já mencionados percursos da Casa do Peixe (3 km) e do Salgueiral da Galiza (1,6 km), mas também o do Poço dos Caniços (1,8 km), o dos Poços do Barbarroxa (4,0 km), e o da Lagoa da Sancha (3,6 km), todos diferentes e com particularidades paisagísti-



cas e ecossistémicas próprias, que vale a pena descobrir com os seus próprios passos!

Se ainda não visitou a RNLSAS, ou conhece pouco, e a sua curiosidade ficou alerta, atreva-se e venha visitar esta fantástica área protegida! Comece por explorar em autonomia um dos percursos pedestres, esteja atento e inscreva-se nas várias atividades dinamizadas no CILSAS, destinadas a todos os públicos. Desde ações de voluntariado ambiental para controlo de plantas invasoras, a caminhadas temáticas, mercadinhos de produtos locais, visitas guiadas à exposição permanente, até workshops, palestras e outros eventos com foco ambiental, é possível conhecer e apaixonar-se, de muitas formas e cada vez mais, por este fantástico reduto de biodiversidade!

SUCINTAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, e correndo o risco de repetição, a RNLSAS é um território fascinante e único. As suas características naturais, se exploradas adequadamente e com uma ótica de valorização ambiental, podem proporcionar alternativas sustentáveis ao turismo sazonal estival.

Existir uma área protegida deste valor no território, deve ser, antes de mais, um motivo de orgulho para as populações locais, honrando as suas memórias e inovando o seu futuro. Para tal, há que procurar oportunidades de estabelecimento de parcerias e de impulso à economia, adequados às características locais.

Por último e não menos importante, recordamos que a RNLSAS é, em primeira instância, um espaço protegido e dedicado à conservação da natureza.

Ao visitar a área, é fundamental adotar um comportamento responsável, não deixar qualquer tipo de lixo (incluindo cascas e restos de fruta, que podem ser nefastas às populações de animais selvagens ou contribuir para o aparecimento de exemplares de plantas não nativas nos espaços naturais), recolher quaisquer plantas, animais ou material geológico, e, respeitando rigorosamente os percursos marcados e a sinalização associada. Se gostar de uma flor, pode sempre fotografar. Se soar bem o canto de uma ave, oiça ou registe a melodia. Ou seja, leve de volta tudo o que trouxe consigo, e acrescente as memórias da sua visita!



Este compromisso individual é essencial para manter o equilíbrio ecológico e garantir que este património natural continua a existir e possa ser usufruído pelas gerações futuras. Ao seguir estas orientações, cada cidadão contribui para a preservação deste santuário natural, tornando a sua experiência mais rica e sustentável.

Convidamo-lo a explorar a RNLSAS, em família, com amigos ou sozinho com os seus botões (e talvez um bom par de binóculos e máquina fotográfica!). Nunca terá falta de companhia, será um encontro com a natureza de que todos fazemos parte.

“Quem ama, cuida. E só ama quem conhece.” Venha descobrir a RNLSAS!



Figura 20 – Área protegida da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha [Folheto]. Anyforms Design, S.d.



CONTACTO

Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza, no Monte do Paio, 7500-014 ALDEIA DE BRESCOS | Telefone: (00351) 269 749 001

Horário: Terça-feira a sábado (exceto último sábado de cada mês) das 10 h às 17 h. | Encerra ao domingo, feriados, segunda-feira e no último sábado de cada mês.

Como chegar: **38°6'14"N / 8°46'47"W** | GPS: 38.1038889, -8.7800000

Propomos igualmente que associado ao artigo esteja disponível um QRCode no qual daria acesso aos leitores a um filme sobre a Reserva Natural.



[QRCODE FILME: Onde o céu se espelha e o verde domina – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha. Filme produzido para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, pela Wildstep PRoductions – Daniel Pinheiro & Luís Pinheiro]

BIBLIOGRAFIA

BOIEIRO, Mário Rui Canelas, ed. [et al] – Livro vermelho dos invertebrados de Portugal Continental. Lisboa : Faculdade de Ciências : ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2023. 468 p. ISBN 978-989-53724-4-7.

CARAPETO, André, ed. [et al.] – **Lista vermelha da flora vascular de Portugal Continental** [Em linha]. Coord. Sociedade Portuguesa de Botânica, Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação – PHYTOS, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [S.l.] : Lisboa Capital Verde Europeia, 2020. 374 p. (Botânica em Português ; 7). Disponível em WWW: https://listavermelha-flora.pt/wp-content/uploads/2020/10/Lista_Vermelha_Flora_Vascular_Portugal_Continental_2020_versao_digital.pdf. ISBN 978-972-27-2876-8.

CATRY, Paulo – A avifauna da Lagoa de Santo André : caracterização, impacto das atividades humanas e propostas de gestão. Lisboa : Faculdade de Ciências de Lisboa, 1993. Relatório de Estágio.

CATRY, Paulo ; ARAÚJO, António – Proposta de classificação da área entre a Lagoa de Santo André e a Baixa da Ribeira de Rio de Moinhos. Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza, 1993. Relatório não publicado.

CEZH/RNLSAS – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, uma contribuição para o plano de gestão. Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza/ Centro de Zonas Húmidas, 2004. 118 p. Relatório não publicado.

CRUCES, Anabela – Estudo micro e meso-escala temporal dos sistemas lagunares do SW alentejano (Portugal) – lagoas de Melides e Santo André. Lisboa : Universidade de Lisboa, 2001. 228 p. Dissertação de Mestrado.

Decreto-Lei n.º 140/99. Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens]. Diário da República [Em linha]. 1.ª série-A, n.º 96 (24 de abril de 1999), p. 2183 - 2212. Disponível em WWW: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/140-1999-531828>.



FARINHA, João Carlos ; SILVA, Emília Paula – Lagoa de Santo André, Lagoa da Sancha e Ribeira da Camarinheira : situação atual e algumas medidas para a sua conservação. Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza, 1997. Relatório não publicado.

FARINHA, João Carlos; FIGUEIRA, Ana Isa; ENCARNÇÃO, Paulo; ENCARNÇÃO, Vitor – **O que é e para que serve – anilhagem de aves**. [Lisboa] : Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2023. 67 p.

FARINHA, João Carlos; MARTINS, Mónica Cristina – Proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha. Santiago do Cacém : Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, 2024. Relatório não publicado.

FERREIRA, Rodrigo Paiva ; GOMES, Carlos Pinto - **O interesse da fitossociologia na gestão e conservação do litoral alentejano : praia do Monte Velho (Santiago do Cacém)**. Évora : Direção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território do Alentejo, 2002. 126 p. (Estudos do Alentejo ; 2). ISBN 972-84184-22-4.

FREITAS, Maria da Conceição ; CRUCES, Anabela Gonçalves ; ANDRADE, César Freire de - As lagoas de Melides e Santo André : evolução e comportamento morfodinâmico. In **Seminário A Zona Costeira do Alentejo**. Sines : Associação Eurocoast, 1999. p. 27-44.

ICN - **Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha : 1.ª fase – caracterização : parte 3 – estudos de base – síntese**. Coordenação Pedro Beja. [Armação de Pera] : ERENA, 2005.

ICN - **Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha : 1.ª fase – caracterização : parte 1 – estudos de base – descrição**. Coordenação Pedro Beja. [Armação de Pera] : ERENA, 2005. 131 p.

KOLBERT, Elizabeth - **The sixth extinction : an unnatural history**. New York : Henry Holt and Company, 2014. 319 p. ISBN 978-0-8050-9299-8.

MARTINS, Mónica Cristina ; NETO, Carlos Silva ; COSTA, José Carlos - The meaning of mainland Portugal beaches and dune's psammophilic plant communities : a contribution to tourism management and nature conservation. Journal of Coastal Conservation [Revista em linha]. Vol. 17, Issue 3 (sep. 2013), p. 279-299. Disponível em WWW: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11852-013-0232-9>. ISSN 1874-7841.

MEIRELES, C. [et al.] – ZEC PTCON0043 – Comporta/Galé : Cartografia de habitats naturais e seminaturais e de espécies de flora de sítios classificados no âmbito da Diretiva Habitats (Operação Poseur-03-2215-FC-000005). Porto, 2022. 92 p. Relatório Final.

NAHON, Alphonse [et al.] - Modelação numérica da abertura e fecho de uma embocadura artificial (Lagoa de Santo André, Portugal). Revista de Gestão Costeira Integrada [Revista em linha]. Vol. 11, n.º 3 (set. 2011), p. 341-353. Disponível em WWW: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-260_Nahon.pdf. ISSN 1646-8872.

PINTO, Manuel João - **Guia das Plantas e dos Ecossistemas da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha**. Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo, 2014. 204 p. ISBN 978-972-775-230-0.

PINTO, O. A. - Lagoas de Santo André e Sancha – proposta de classificação como Reserva Natural ao abrigo do Decreto-Lei n.º 9/93 de 23 de janeiro. Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza, 1995. Relatório não publicado.

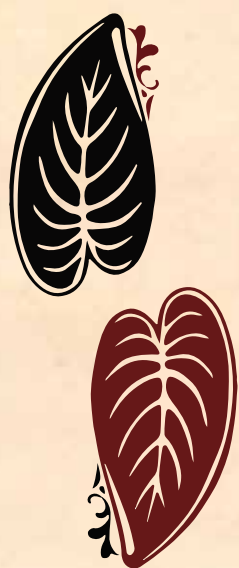
Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2007. Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLSAS). Diário da República [Em linha]. 1.ª série, n.º 162 (de 23 de agosto de 2007), p. 5612 - 5628. Disponível em WWW: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/117-2007-640890>



SILVEIRA, Miguel [et al.] – Aves aquáticas e gestão da Lagoa de Santo André. *Revista de Gestão Costeira Integrada* [Revista em linha]. Vol. 9, n.º 3 (nov. 2009), p. 55-70. Disponível em WWW: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-152_Silveira.pdf. ISSN 1646-8872.



Figura 21 - Piorro (*Juniperus navicularis*), uma das espécies da flora mais emblemáticas e importantes para a conservação, que possui dentro da área da RNLSAS, um significativo e relativamente bem conservado efetivo populacional [Fotografia]. Mónica Martins, S.d.





José Matias

josematias.moinhosdesantiago@gmail.com

CARROS CANTADORES E CARRETAS NA REGIÃO DE SANTIAGO DO CACÉM

RESUMO

Os carros de bois foram ao longo de séculos e até meados do século XX, o principal meio de transporte terrestre em todo o Alentejo, nomeadamente nas zonas rurais.

No virar do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, existiam no Município de Santiago do Cacém dois modelos distintos de carros de bois, o ancestral e já desaparecido carro cantador e a carreta alentejana.

Tudo leva a crer que o cantador tenha caído em desuso na região, por volta de 1950 e a carreta, ao longo da década de 80 do século XX.

ABSTRACT

Over the centuries and until half of the XX century the main means of land transport were the ox carts.

At the turning of the XIX century and in all Alentejo, namely in rural areas, and throughout the first half of the XX century, at the municipality of Santiago do Cacém there were two different models, the ancestral and now gone singing cart and the alentejano ox cart.

Everything suggests that the singing cart has fallen out of favor in the region around the 1950's and the ox cart over the eighties of the XX century.

PALAVRAS-CHAVE

Cantador | Chião | Carreta | Roda | Prítica

KEYWORDS

Singing | Squeaker Cart | Wheel | Helm



CARRO CANTADOR

Herança dos romanos, segundo alguns autores, o carro cantador é considerado um dos mais antigos veículos usados na lavoura, no Litoral Alentejano.

Presume-se que o nosso cantador, constitua uma variante evoluída do mais antigo veículo romano, o *plaustrum*.

Designado localmente por carro cantador, carro chião alentejano ou carreta chiadeira, trata-se na verdade, de uma das diversas variantes existentes no país, apresentando diferenças morfológicas, como são disso exemplo, o carro manchego da zona de Elvas, o carro macho da zona de Avis, o carro do Douro, o carro saloio ou o carro de sebe, que encontramos nas ilhas dos Açores, entre outros.

As várias tipologias foram classificadas por Fernando Galhano (1973) e encontram-se registadas na Carta de Distribuição dos Carros de Bois Portugueses, deste autor.

Do outro lado do Atlântico, mais concretamente no Brasil, vamos encontrar o designado 'carro de boi' levado para aquele país pelos portugueses e que ainda hoje perdura no meio rural do Nordeste Brasileiro, onde o cantar do carro é muito apreciado.

Muito robusto, construído pelos abegões locais, em madeira de azinho ou sobreiro, de leito pequeno, retangular, com quatro fueiros de cada lado, transportava grandes cargas, podendo ser puxado por uma ou mais juntas de bois.

As suas duas pesadas rodas não tinham raios, eram constituídas por partes inteiriças, miúlo e cambas e protegidas exteriormente por um espesso calço de ferro, sendo que os mais antigos eram constituídos por várias "lhantras", ou seja, o calço era seccionado em vários pedaços pregados às rodas com grandes pregos de cabeça saliente. Os mais recentes apresentavam já um calço único, soldado na junção que une as duas pontas e pregados com grandes pregos com a cabeça embutida no calço do rodado.



O som do atrito, resultante do aquecimento provocado pelo rodar lento do pesado eixo de madeira nas chumaceiras fixadas aos limões, valeu-lhe o nome de carro cantador, chião ou carreta chiadeira no sul da Província Alentejana e mancheço ou macho a nordeste, nas regiões de Avis e Elvas.



Figura 1- Carro Cantador com dorna para o transporte de uvas [Fotografia]. José Benedito Hidalgo de Vilhena, [19_ _]. Museu do Trabalho Rural (Cedência de imagem Conceição Fernandes).

Pelo facto de as rodas, com as características anteriormente referidas, danificarem as calçadas, por um lado devido às cabeças dos pregos e, por outro, pelas junções com folga, das várias secções dos aros das rodas, na primeira metade do século XIX surgiram Posturas Municipais relativas aos requisitos técnicos e construtivos para os calços das rodas dos carros de tração animal.

Assim, o Padre António de Macedo e Silva (1869, p.135) na compilação que fez das Posturas Municipais ao longo dos séculos, na segunda edição dos *“Annaes do Municipio de Sant’Iago de Cacem”*, refere a Postura de 27 de março de 1846 que tinha como objetivo a proteção das novas vias pavimentadas com calçada.



"Postura de 27 de março de 1846

1.º - *Mandando que seis mezes depois da publicação d'esta, ninguém possa transitar pelas estradas d'este concelho, que de novo se construírem ou melhorarem, nos termos do decreto de 6 de outubro de 1844, ou pelas estradas reaes de novo calçadas, com carros ou carretas cujas rodas não tenham duas pollegadas e tres quartos de rasto¹, com pregos de cabeça chata embutida na chapa do trilho, conforme o padrão modelo que se acha patente nos paços do concelho, para ser examinado pelos interessados, segundo o determinado no artigo 4.º do decreto de 14 de maio de 1845.*

Que os donos dos carros ou carretas que transgredirem esta postura, incorrerão pela primeira vez na multa de 1\$200 réis, pela segunda na de 2\$400 réis, e pela terceira no perdimento do transporte."

Posteriormente, já em pleno século XX, a preocupação camarária com a conservação das vias continuou, estando isso bem patente no **Código de Posturas** da Câmara Municipal de Santiago do Cacém (1939, p.60-65), no seu nº 9.

"Postura N.º 9 – Veículos - Requisitos de construção (1939)

Artigo 2.º - As chapas dos rastos nas rodas de qualquer veículo deverão ter o rasto liso, sem relêvo de pregos ou outro, nem chanfro, entalho ou equivalentes, sob pena de 50\$00 de multa.

Artigo 3.º - As chapas das rodas dos veículos de carga, além do que fica preceituado no artigo antecedente, deverão ter pelo menos 0m,068 de largura para os carros de bois e 0m,060 para os restantes."

Este Código de Posturas foi assinado pelo então Presidente da Câmara, Dr. António Maria Pereira Varela, para entrar em vigor passado um ano, ou seja, no final de 1939.

Este importante meio de transporte teve, durante séculos, um papel de relevo em diversas zonas do Alentejo. Veículo muito utilizado no Concelho de Santiago do Cacém, nomeadamente nas zonas de serra e charneca, com especial incidência para as freguesias de Santiago do Cacém, Abela, Cercal do Alentejo, São Domingos e Santo André, provavelmente até ao final da década de quarenta do século XX, de acordo com informações por nós recolhidas junto dos habitantes que o recordam.



Na região de Santiago do Cacém, apesar da proibição imposta pelo Código de Posturas anteriormente referido, continuou a ouvir-se o cantar do carro, nomeadamente nas zonas rurais.

“Postura N.º 9 – Veículos – Condução (1939)

Artigo 6.º - É proibido nos veículos o chiar dos eixos, sob pena de 20\$00 de multa.”

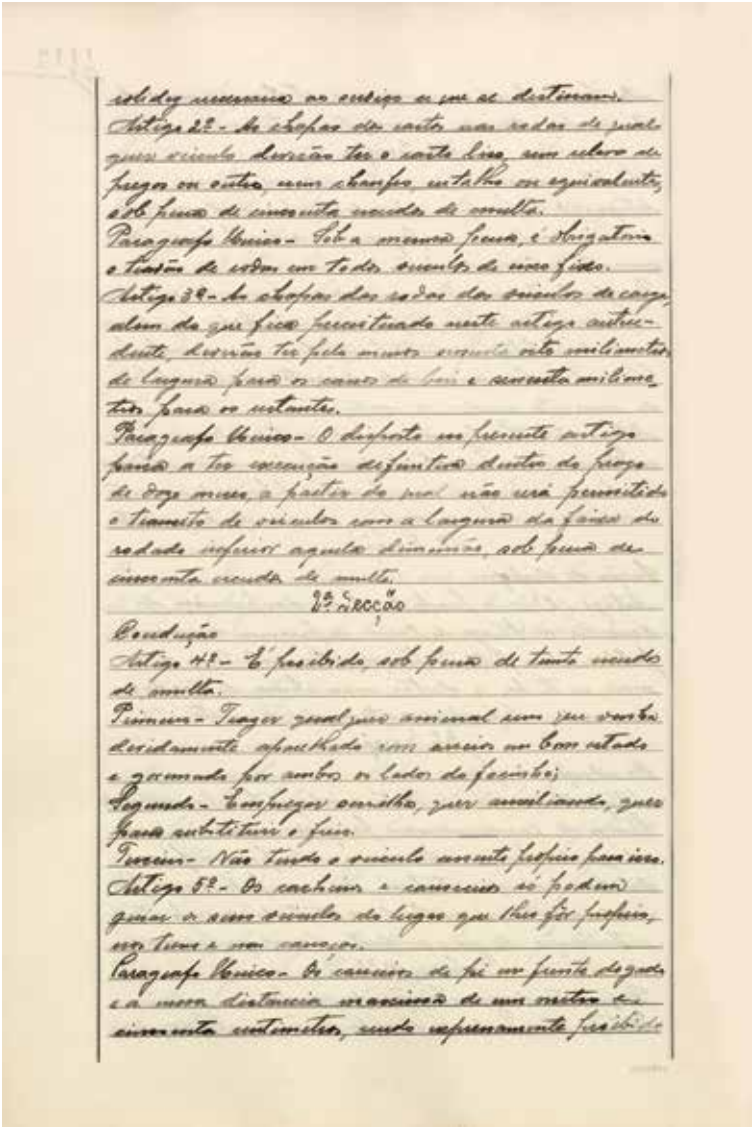


Figura 2 - Ata da reunião da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, em que foram aprovados os projetos de diversas Posturas Municipais, entre os quais o projeto da Postura Municipal sobre os Requisitos de Construção de Veículos e da sua Condução [Manuscrito]. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/MSTC-AMSTC/AL/CMSTC/B-C/002/115/fl.103-116.



O autor da magistral obra intitulada *"Através dos Campos"*, Silva Picão (1983, p.258), transporta-nos para essa nostalgia dos sons transmitidos pelo roçar dos eixos nos respetivos apoios *"movimento custoso e demorado, que produz uma chiadeira dolente e aguda, quando caminha vagaroso, vergando ao peso do carreguio. A rotação do eixo roçando na chumaceira produz esses gemidos singulares – a cantarela característica e inconfundível, que se ouve de muito longe, sobretudo à noite e de madrugada, em sons penetrantes, de sugestiva melancolia."*

No livro *"O Carro de Bois em Portugal"*, Fernando Galhano (1973, p.42), refere-se vagamente, por falta de dados mais concretos, ao carro chião na região alentejana, nomeadamente ao seu desaparecimento, da seguinte forma: *"o desaparecimento do carro chião deve ter-se processado ao longo de todo o correr da primeira metade deste século"*². Se informações colhidas em Avis atribuem o fim do carro macho aos primeiros anos deste século, pela área de Santiago do Cacém ele parece ter perdurado até perto de 1950. Por volta de 1949 tivemos a indicação da sua possível existência em Vale Pereiro, perto de S. Luís, mas não conseguimos localizar qualquer exemplar. Também pela mesma data tivemos indicação idêntica para a zona de S.ta Margarida do Sado, no concelho de Grândola³, mas não nos foi igualmente possível encontrar qualquer desses carros; apenas uma grande roda de miúdo e cambas foi o testemunho material da sua existência – roda grande, com 1,05m de diâmetro, muito aberta, e de facção absolutamente idêntica à das rodas dos carros do Centro e do Noroeste do País.

A única descrição que conhecemos dum carro alentejano de eixo móvel é a que Silva Picão faz do carro manchego usado na região de Elvas."

Efetivamente, a descrição de Silva Picão (1983, p.258-259) é relativamente pormenorizada, embora não seja acompanhada por qualquer desenho auxiliar. Refere este autor que: *"(...) O leito do carro manchego de 1,80m x 1,18m é igualmente tosco, tendo a vara ou perítica 2,50m, (...) As espigas que prendem ao eixo (...) a agulha e o recocão - peças que passando perpendicularmente através dos limões e da chumaceira se prolongam e recurvam para baixo, de modo a deixarem, entre ambas, vão suficiente para o giro do eixo (...) Os fueiros, privados de tendais são compridos ou curtos, conforme a natureza das carradas. (...) destaca-se também pela constituição das suas duas rodas, bastante diferentes das dos outros carros. Nas dos manchegos não há massas, nem raios, nem pinas,*



mas somente cãibas e miúlos. E os aros de ferro, em vez de inteiriços, de uma só barra, constam de diversas lhantras pregadas às cãibas, com pregos de grandes dimensões. Cada roda, de 1,12m de diâmetro, compõe-se de duas cãibas, que lhe formam a circunferência, e do miúlo ou prancha que lhe atravessa ao centro, e que no meio, num buraco quadrangular, recebe e atarracha a ponta do eixo."

Outro autor que dedicou a sua atenção ao Carro Cantador, foi Joaquim de Brito Nobre (1992), numa das suas importantes crônicas sobre 'Lavoura Antiga', nos Cadernos Culturais "Messejana d'algum dia...". Refere assim Brito Nobre (1992, p.55) a importância dada a este carro: "(...) era muito robusto, este antiquíssimo veículo; ele podia transportar cargas enormes, pelos piores caminhos. Era rebocado por uma, duas ou três juntas de bois, conforme a carga e o terreno, por onde tinha de passar. Herança dos romanos, este tipo de carro foi ao longo de séculos, preciosíssimo meio de transporte, capaz de transitar pelos carreiros de então, abertos através de matagais e florestas."



Figura 3 - Carro Cantador a carregar mato [Fotografia]. José Benedito Hidalgo de Vilhena, [19_ _]. Fonte: Museu do Trabalho Rural (Cedência de imagem: Conceição Fernandes).



Para uma primeira abordagem à **Geografia da Memória** do Carro Cantador no Município de Santiago do Cacém e território envolvente, fomos conversando ao longo de anos, com pessoas que viveram no meio rural na primeira metade do século XX, obtendo assim preciosas informações que, de outra forma, não nos chegariam. Os dados recolhidos permitem-nos apresentar aqui algumas localizações onde o carro cantador foi, em tempos, um precioso auxiliar no dia-a-dia dos seus proprietários.

Capela do Meio – Santo André

Márcia Pereira e Paulo Simões informaram que José Custódio, da Capela do Meio, teria possuído um carro com rodas de grande diâmetro, aparentemente compactas. Julgamos tratar-se de um cantador.

Herdade da Sernadinha – Cercal do Alentejo

Segundo informação que nos foi facultada pelo artesão Armindo Lacerda, da Aldeia do Cano, por volta de 1925 na Herdade da Sernadinha, existia um carro cantador, sendo de assinalar o cantar do carro por toda a região.

Este artesão, muito dedicado a reproduzir em pequeno formato alfaia agrícola e transportes, fez um carro cantador e facultou-nos a nomenclatura das peças que constituíam o carro que, na sua maioria, coincidem com os nomes dados às peças da carreta alentejana.

Raco de Cima – Cercal do Alentejo

Caetano José, agricultor do Cercal do Alentejo, informou-nos que em criança, com quatro ou cinco anos, por volta de 1940, conheceu um carro cantador na Herdade do Raco de Cima. Habitado a ouvir o cantar do carro, achou estranho quando tal deixou de acontecer, referiu que perguntava: -"o carro já não canta?"

Sobreirinha Verde – Santiago do Cacém

A Conservadora do Museu Municipal de Santiago do Cacém na década de 1970, D. Maria Amália Guerreiro, deixou uma nota escrita de que na propriedade da Sobreirinha Verde, próximo do Convento do Loreto, existia ou teria existido um carro cantador.



Vale de Agreiros – Santiago do Cacém

António Pereira, de São Bartolomeu da Serra, indicou-nos que na Herdade de Vale de Agreiros, no tempo do lavrador Sobral, existia um cantador.

Herdade do Rodeio – Vale Seco – Santiago do Cacém

Em 1981, foram doadas ao Museu Municipal de Santiago do Cacém, duas rodas de carro cantador, provenientes da Herdade do Rodeio, próximo de Vale Seco.

De acordo com a nota que consta na Ficha de Doação das peças, este carro terá trabalhado na referida propriedade até por volta de 1945.

Atualmente, uma destas rodas está exposta no Museu do Trabalho Rural em Abela, estando a outra nas reservas do Museu Municipal de Santiago do Cacém.



Figura 4 - Roda de Carro Cantador, proveniente da Herdade do Rodeio sita no concelho de Santiago do Cacém. Fonte: Museu do Trabalho Rural.



Bacias - São Domingos

Em conversa em Abela com Jaime Rocha, obtivemos a informação da existência, em tempos, de um cantador na Herdade das Bacias, em São Domingos.

Monte do Trancão – Abela

Tolentino dos Santos, atual proprietário do Monte do Trancão, confirmou-nos que o seu pai tinha possuído um carro cantador na propriedade.

Monte das Corujas – Vale de Água

Por Arlequim Maria de Vale de Água, ficámos a saber que no Monte das Corujas, em Vale de Água, na década de 1940 existia um cantador.

Monte do Pomar – Vale de Água

O artesão de Vale de Água, Cirino Miguel Pina, conheceu um rodado de cantador no Monte do Pomar, naquela localidade.

O Sr. Cirino, exímio miniaturista do mundo rural que o rodeava, fez um carro cantador e o seguinte verso que acompanha a peça, atualmente depositada pela família e exposta no Museu do Trabalho Rural em Abela.

“Este carro foi chamado

Chiadeiro ou cantador

Não podia andar untado

Para não perder o valor”

Muito interessante esta referência de que os donos dos carros, ou os carreiros, não lubrificavam os eixos para não perder o tão apreciado cantar do carro.

Água Derramada - Grândola

Joaquim Romão, de Alvalade, informou-nos que em Água Derramada, no Concelho de Grândola, conheceu os restos de um cantador debaixo de uma figueira.



Bomba – Melides – Grândola

O Sr. Júlio Carvalho informou-nos que o seu pai tinha possuído um carro cantador na propriedade da família, denominada Bomba, junto à Lagoa de Melides.



Figura 5 - Cirino Miguel Pina, miniaturista do mundo rural [Fotografia]. José Matias, 2015.

Castelo Velho – Odemira

A D. Gracinda, moradora em Rio de Moinhos – Aljustrel, informou-nos que na Herdade do Castelo Velho em Odemira, tinha existido um carro cantador.

Vale Longo – Vale de Santiago – Odemira

António Vilhena Loução, de Vale de Santiago, informou-nos ter visto rodas de carro cantador na Herdade de Vale Longo no Concelho de Odemira.

Vale Pereiro – S. Luís - Odemira

Fernando Galhano (1973) refere a possível existência de um carro chião naquela propriedade em 1949, embora sem conseguir localizar qualquer exemplar.



Silveira – Vale de Santiago – Odemira

Joaquim Maurício, primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, eleito democraticamente, e artesão, fez uma miniatura do carro cantador que conheceu em criança, então com oito ou nove anos, por volta de 1940, e que ouvia chiar na referida propriedade da Silveira.

Joaquim Maurício, recordava-se ainda de, em criança, ver os carros cantadores que iam a Vale de Santiago carregar folha de milho para levar para a serra.



Figura 6 – O Carro Cantador na Região de Santiago Cacém [Mapa]. Mapa Alentejo. 3ª Ed.. Escala 1-300.000. (Cedência: TURINTA).

Santa Margarida do Sado – Ferreira do Alentejo

Fernando Galhano (1973) refere também identificação idêntica sobre a provável existência de outro exemplar na zona de Santa Margarida do Sado, igualmente sem o conseguir localizar; apenas uma roda grande de carro chião com 1,05m de diâmetro.

Torrão – Alcácer do Sal

No Museu Etnográfico do Torrão, encontra-se exposta uma miniatura de um carro cantador feita por um artesão local, a partir de algum exemplar que terá conhecido na região.



CARRETA ALENTEJANA

A carreta, veículo rural muito antigo, de construção tosca, geralmente em madeira de azinho ou sobro, constituiu um transporte muito frequente e fundamental nos campos do Alentejo, mesmo em terrenos de serra, por ser difícil de tombar.

Principal meio de transporte de trigo para as eiras, a par com o carro cantador e o carro de parelha, mas com uma maior capacidade de carga que os anteriormente referidos, a carreta transportava igualmente, sacos de cereal, palha, mato, estrume, adubo, lenha, folha de milho, cortiça, abóboras, melancias e melões, batatas, maçarocas e outros produtos hortícolas e até materiais de construção, sendo por vezes usada também no transporte de pessoas.



Figura 7 - Carreta com uma Carrada de Cortiça. Na frente, o Carreiro, António Brissos [Bilhete-postal]. Edições Duarte, Cliché Raposo, [1947]. Fonte: Col. José Manuel Simões.

Este tipo de veículo, usual em todo o território concelhio, teve o seu declínio essencialmente a partir de meio do século XX, sendo já muito raro no final da década de 80 daquele século.

O Município de Santiago do Cacém, possui um belo exemplar de uma carreta oriunda da Freguesia de Santa Cruz deste município, doada em 2006 por Francisco Maria Beja Parreira, para integrar o espólio do Museu do Trabalho Rural em Abela.



Esta carreta, cuja recuperação / restauro ocorreu entre 2020 e 2021, foi efetuada por um antigo mestre abegão de Abela, o Sr. Jorge António Pereira, na sua oficina situada nessa mesma localidade, e esteve em exposição no Museu do trabalho Rural, entre junho de 2021 e maio de 2024.

Trata-se de um exemplar raro, com eixo fixo de madeira e foi utilizado até meados dos anos de 1980, existindo duas fotografias em contexto de trabalho com o seu antigo proprietário, o Sr. António Joaquim dos Santos, mais conhecido por António Rasmono, doadas a Francisco Parreira, aquando da compra da propriedade.



Figura 8 - Carreta em trabalho na freguesia de Santa Cruz, Santiago do Cacém [Fotografia]. [198-].
Fonte: Museu do Trabalho Rural (Cedência de imagem Francisco Parreira).

Transformado o Monte em casa de férias e fins-de-semana, pretendeu o novo proprietário preservar ao máximo este antigo meio de transporte.

Apesar de não dispor de um espaço coberto para o efeito, improvisou uma cobertura com manga de plástico, protegendo assim este antigo carro de bois do efeito destrutivo da chuva, e variações térmicas.

Após a doação, a carreta foi desmontada e transportada para depósito, até à sua recuperação.



Figura 9 - Carreta de bois ou carreta alentejana. [Fotografia]. José Matias, 2022. Fonte: Museu do Trabalho Rural.



Figura 10 – O Abegão, Jorge António Pereira [Fotografia]. José Matias, 2021.

Descrição: O leito retangular da carreta tem 2.42m de comprimento por 1.02m de largura, apresentando uma estrutura formada por *dois limões*, ligados entre si por quatro *taleiras*, uma *prítica* ou *vara*, e duas barras de ferro no lugar dos *taleirões*.



A *prítica* avança 2.64 m à frente do leito e prolonga-se atrás por uma rabeira de 0.94 m de comprimento. O comprimento da *prítica*, que corresponde ao comprimento total da carreta é de 6.00 m.

Os *limões* (peças laterais em madeira), são um pouco elevados a meio do seu comprimento, tendo sido fixados, por meio de dois parafusos, ao eixo de madeira, tendo este 16 cm de diâmetro.

A *prítica* tem à frente um chavelhão, também conhecido por mata boi, onde a canga encosta, servindo também para a prisão do *tamoeiro* e um furo transversal, o buraco do *fiador*, por onde passa uma corrente de ferro (o *fiador*), que ligada à canga, ajuda a aguentar o carro nas descidas.

Na face superior dos limões foram abertos seis furos quadrados onde entram os fueiros, paus toscos, amovíveis, com cerca de 1.20m de altura, que têm como função conter as cargas transportadas, ou os taipais laterais amovíveis, destinados ao transporte de cargas a granel.

Cada roda raiada tem 1.40m de diâmetro, sendo constituída por 6 pinas protegidas exteriormente por um calço de ferro e ligadas à maça central por 12 raios.

A *maça*, protegida por várias cintas em ferro, recebe o *espigão* do eixo de madeira. A *torneja*, cavilha de ferro cravada no eixo, junto à face exterior da *maça*, tem como função impedir a roda de sair.

A canga de tração dos bois, foi também doada com os respetivos canzís e apeiragem completa em couro, ou seja; o *tamoeiro*, as pigarças e as brochas.

Completam a doação do conjunto os quatro taipais amovíveis de madeira, usados na contenção de cargas miúdas e o descanso da carreta (pau tosco, com uma forqueta na ponta) para apoiar a *prítica*, ficando assim a carreta em descanso na posição horizontal, após serem retirados os animais que fazem a tração.

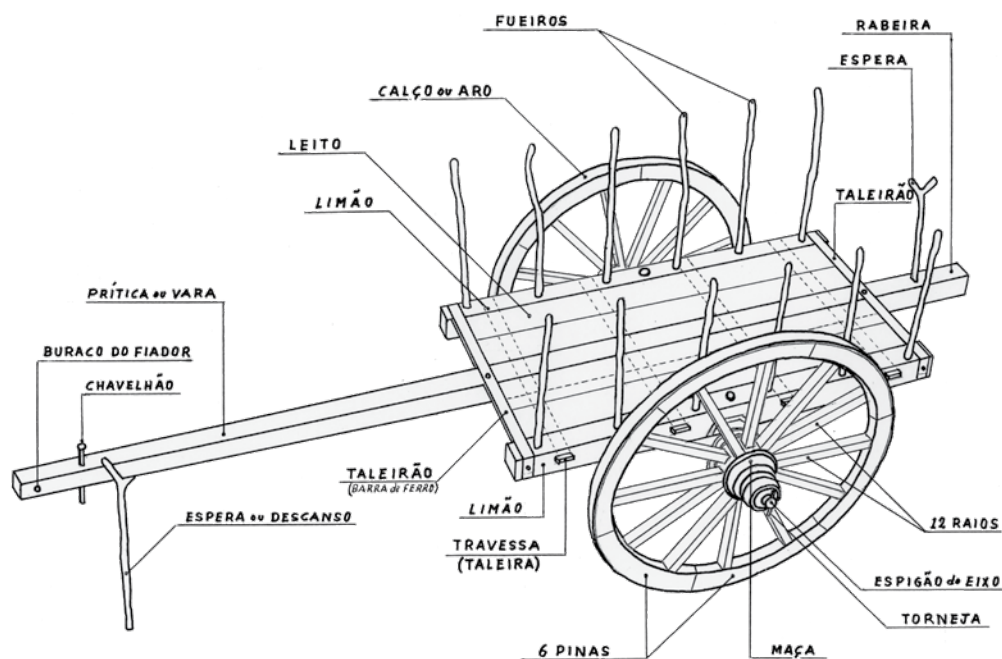


Figura 11 - Carreta Alentejana (eixo fixo de madeira): Perspetiva com a designação das peças [Desenho]. José Matias, 2023. Fonte: Col. José Matias.

GADO BOVINO DE TRABALHO

Juntas de bois e de vacas, eram a força usada nos dois tipos de transporte aqui abordados, o carro cantador e a carreta, e foram a principal força empregue nos restantes trabalhos agrícolas sujeitos à tração animal.

O gado de trabalho usado no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, pertencia maioritariamente à raça bovina transtagana, sub-raça alentejana, com algumas exceções que, na generalidade, são as que a seguir se apresentam. Na zona de Garvão e na bacia do rio Mira, a preferência recaía no gado garvonês. Na zona de influência do rio Guadiana, onde era muito apreciada a sub-raça mer-tolenga e num caso muito específico no Concelho de Santiago do Cacém, na Freguesia de Alvalade, mais concretamente no Posto de Culturas Regadas de Alvalade, a escolha do gado de trabalho recaiu no gado bovino da região da Guarda, resultado do cruzamento de gado mirandês com o jarmelês.

O gado de trabalho, nomeadamente o que era usado nos transportes, por vezes, tinha que ser ferrado, de forma a proteger os cascos dos animais do desgaste provocado pelas pedras.



No Concelho de Santiago do Cacém, esta prática era comum na região do Cercal do Alentejo, onde existiam dois 'troncos'⁴ de ferrador.

As ferraduras dos bovinos, devido à anatomia do casco dos animais, que apresenta duas grandes unhas, eram compostas por duas partes, designadas 'canêlos'.

ATRELAGEM DOS BOIS

A atrelagem dos bois nesta região fazia-se através de cangas ou jugos de trave, usando simultaneamente o sistema jugular, através de brochas de couro torcido e cornal, com a amarração das pigarças (correias de couro) à base dos cornos.

Nas carretas, usava-se a tradicional canga de madeira, apresentando geralmente uma ligeira elevação central, o castelo, com os canzís a trabalhar nos braços da canga, salientes acima e abaixo da trave.

No caso do carro cantador, a canga era igualmente de madeira. Nesta tipologia, em vez do castelo apresentava uma tronqueira ligeiramente saliente acima do bordo superior da trave, com dois rebaixes para o tamoeiro de couro e um perne central de madeira, embutido. Os canzís sobressaiam unicamente abaixo do bordo inferior da trave.

Devido à ausência de canzís acima da trave, a canga tinha, em sua substituição, um furo em cada extremidade para o encaixe das pigarças.

Na maioria dos casos, estes animais levavam ao pescoço um chocalho que os sinalizava e anunciava aos transeuntes a aproximação do veículo e permitia ainda ao carreiro, detetar rapidamente qualquer movimento brusco e agir em conformidade.



Figura 12 - Carro Cantador [Fotografia]. José Benedito Hidalgo de Vilhena, [19_ _]. Fonte: Museu do Trabalho Rural (Cedência de imagem Conceição Fernandes).



SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS

Os veículos de tração animal, onde se incluem o carro cantador e a carretas, eram conduzidos por 'carreiros', munidos de uma aguilhada, estando obrigados a cumprir regras de trânsito, nomeadamente nas estradas e dentro das localidades.

Recorremo-nos novamente do Código de Posturas de 1939 – Postura N.º 9, ao

“Art. 5.º - § único - *Os carreiros só podem guiar de pé em frente do gado e a uma distância máxima de 1m,50, sendo expressamente proibido ir sobre o veículo, sob pena de 30\$00 de multa.*

Art. 7.º - *O veículo guiado ou conduzido por pessoa embriagada, ser-lhe-á tirado e depositado na mais próxima estalagem ou na Albergaria Municipal, para lhe ser entregue quando em estado de o receber, satisfazendo a importância gasta na arrecadação, sendo o veículo e animais garantia do pagamento da multa e despesas.”*

Iluminação

Ainda de acordo com o artigo 11.º, era proibido conduzir todo e qualquer veículo de noite sem uma luz de sinalização. Os carros, as carretas e as carroças eram obrigados a ter uma lanterna acesa, envidraçada e presa na parte exterior do veículo.

Limites de Velocidade

“Artigo 22.º - *A maior velocidade permitida aos veículos é, sob pena de 20\$00 de multa a seguinte:*

1.º - Veículos de carga, dentro das povoações, a passo; fora delas, o máximo a trote;

2.º - Veículos de condução de pessoas, em chão plano ou ascendente, a trote regular; nas descidas a meio trote;

3.º - Qualquer veículo nos encontros das ruas, a passo;”



REGISTO DE VEÍCULOS

Todos os proprietários de trens, carroças, carretas ou bicicletas, eram obrigados a proceder ao seu registo na Câmara Municipal do seu concelho e a afixar no respetivo veículo a chapa com o número do registo.

Estavam ainda obrigados ao pagamento anual de uma taxa referente ao imposto de trânsito.



Figura 13 - Chapa de matricula de carroça em formato oval (6x11cm). Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém.

SALVAGUARDAR A MEMÓRIA

Os carros cantadores e as carretas serviram durante séculos as nossas populações, constituindo o seu principal meio de deslocação.

O seu tempo terminou, e fazem agora parte do passado, da história e da memória coletiva.

Cabe hoje, nomeadamente aos municípios, através dos seus museus, mas também à sociedade civil, preservar os exemplares mais significativos, para que as novas gerações os possam observar e perceber como eram difíceis e morosos os transportes *‘naquele tempo’*...



NOTAS

- 1 | Duas polegadas e três quartos corresponde a 6,985 centímetros.
- 2 | Século XX
- 3 | Santa Margarida do Sado pertence ao Concelho de Ferreira do Alentejo – Galhano, localiza-a certamente por lapso, no Concelho de Grândola.
- 4 | Tronco – Estrutura fixa e robusta construída em madeira, existente nalgumas oficinas de ferrador, onde entrava o animal (boi ou vaca) que aí era amarrado, de forma a permitir ao ferrador trabalhar em segurança ao colocar as ferraduras.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM – **Código de posturas**. [S.l.]: Câmara Municipal do Concelho de Santiago do Cacém, 1939. 103 p. Publicado originalmente no Diário do Govêrno, 2ª série. N.º 97 (27 de abril de 1939).

D'ANDRADE, Fernando de Sommer – **A raça bovina transtagana : sub-raça alentejana**. Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1952 . 229 p. (A terra e o homem ; 23. 4ª secção “A exploração e a criação de animais” ; 3).

FRANKOWSKI, Eugeniusz – As cangas e jugos portugueses de jungir os bois pelo cachaço. Terra portuguesa : revista ilustrada de arqueologia artistica e etnografia. Lisboa : Oficina do Anuário Comercial. N.º 2, Lisboa. Ano 1, n.º 2, (mar. 1916), p. 39-44.

GALHANO, Fernando – **O carro de bois em Portugal**. Lisboa : Centro de Estudos de Etnologia, 1973. 161, [3] p., [72] p. fot.

NOBRE, Joaquim de Brito – Lavoura antiga. Messejana d'algum dia... : cadernos culturais da Junta de Freguesia de Messejana. Messejana : Junta de Freguesia de Messejana. N.º 2 (1992), p. 49-59.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – **Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal**. Lisboa : Centro de Estudos de Etnologia, 1973. 124, [2] p.

PICÃO, José da Silva – **Através dos campos : usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)**. 1ª ed. Lisboa : Dom Quixote, 1983. 425 p.

SILVA, António de Macedo e – **Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem**. Lisboa : Imprensa Nacional, 1869. 280 p.

Consultas no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

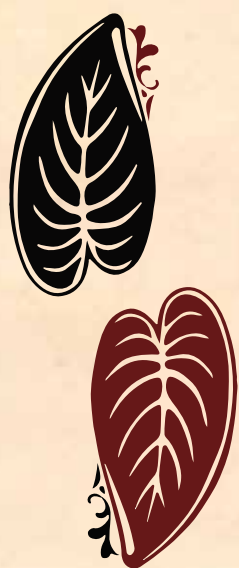
Livro de Matrícula de Carretas e Cavalgadas no anno de 1813 – PT/MSTC-AMSTC/AL/CMSTC/001/3433-3434.

Livro de Matrícula de Veículos de Tração Animal do N.º 4947 a 5108 – PT/MSTC-AMSTC/AL/CMSTC/W/001/3434.

Livro de Registo de Veículos, N.º 1, de 1 junho 1935 a 18 fevereiro 1937 – PT/MSTC-AMSTC/AL/CMSTC/W/004/3465.



Figura 14 - Carro Cantador em trabalho [Fotografia]. José Benedito Hidalgo de Vilhena, [entre 1905 e 1916]. Fonte: Col. Família Lobo de Vasconcellos.





Luis Cruz

raposodacruz@gmail.com

“VOZES AO ALTO!”

RESUMO

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém tomou a iniciativa de celebrar o 50.º aniversário do 25 de Abril através de um projeto de Teatro Participativo, que culminou com a realização do espetáculo de rua "Vozes ao Alto!". Este acontecimento artístico, que envolveu a comunidade local através do seu movimento associativo, acabou por resultar na criação de um percurso urbano, transformando a cidade num mapa vivo da memória histórica da revolução, a nível local.

Baseado na recolha de memórias orais e na análise de documentação histórica, o projeto destacou episódios significativos de resistência popular no concelho. A escolha do título, inspirado na canção "Jornada" de Fernando Lopes Graça, reforçou o espírito de união e luta pela liberdade.

Ao explorar o espaço urbano e a memória coletiva, "Vozes ao Alto!" confirmou o poder da arte participativa e o envolvimento da comunidade na criação de experiências culturais profundas e transformadoras.

ABSTRACT

The Municipality of Santiago do Cacém took the initiative to celebrate the 50th anniversary of the 25th of April through a Participatory Theatre project, which culminated in the street performance "Vozes ao Alto!". This artistic event, which involved the local community through its associative movement, resulting in the creation of an urban route, transforming the city into a living map of the historical memory of the revolution, at a local level.

Based on the collection of oral memories and the analysis of historical documentation, the project highlighted significant episodes of popular resistance in the municipality. The choice of the title, inspired by the song "Jornada" by Fernando Lopes Graça, reinforced the spirit of unity and the fight for freedom.

By exploring urban space and collective memory, "Vozes ao Alto!" confirmed the power of participatory art and community involvement in the creation of profound and transformative cultural experiences.

PALAVRAS-CHAVE

Memória | Resistência | Celebração | Comunidade | Participação

KEYWORDS

Memory | Resistance | Celebration | Community | Participation



"VOZES AO ALTO!"

"Vozes ao Alto!" foi um espetáculo de teatro participativo que envolveu a comunidade e trouxe às ruas de Santiago do Cacém uma maré de gente, no 50.º aniversário do 25 de Abril.

CELEBRAR MEIO SÉCULO DE ABRIL

No contexto das celebrações do 50.º aniversário do 25 de Abril, a cidade de Santiago do Cacém foi palco de um evento cultural de grande escala, que envolveu a comunidade local através do seu movimento associativo.

Estávamos perante o desafio de comemorar meio século de Abril, essa palavra que rima com liberdade, democracia e participação popular.

Que tipo de espetáculo criar? Como envolver a comunidade na sua criação?

Uma primeira etapa foi a escolha do caminho a seguir, tendo em conta as características do espaço urbano e a forma mais eficaz de como fazer ressoar a memória coletiva que daí emana. Que eventos relacionados com a participação popular e quais as memórias da vivência da própria população na revolução, a nível local, poderiam estar adormecidas por detrás das paredes da cidade?

De gravador em punho, partimos para o terreno à procura dessas memórias. Registámos horas de depoimentos de pessoas de todas as freguesias do concelho, que se lembravam ou tinham sido protagonistas de episódios relacionados com a revolução de Abril. Alguns tinham estado de lados opostos da barricada revolucionária. Falámos com historiadores locais, estudámos o trabalho de recolha e pesquisa já realizado pelo Arquivo Municipal de Santiago do Cacém.

Percebemos então que era latente, na história da região, um constante padrão de episódios onde a vontade popular se manifestou de forma mais evidente e eruptiva, como se se tratasse de uma pulsação permanente, que durante largos períodos pareceu adormecida, mas que, de repente, explodiu... e o 25 de Abril foi uma dessas explosões.

Parecia óbvio que, começar junto à antiga cadeia comarcã, local simbólico



de opressão e supressão da liberdade, seria um bom ponto de partida. Por razões práticas, também era uma boa escolha: localizada junto ao jardim, permitia um aglomerado significativo de público para o início do percurso. Estava assim escolhido o local de partida para o espetáculo – a prisão, um poderoso símbolo da ditadura.

Abria-se assim o caminho para a pesquisa: até que ponto a voz do povo se tinha feito ouvir, no território do concelho, antes da eclosão de Abril? Quantos tinham sido encarcerados atrás das grades daquele edifício, apenas por se terem manifestado contra a ditadura?

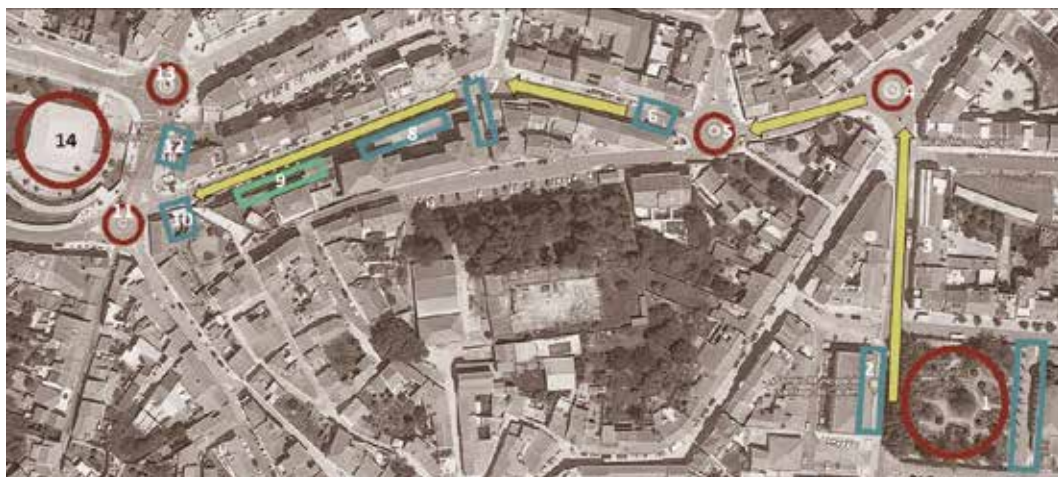


Figura 1 – Percurso do espetáculo “Vozes ao Alto” [Documento cartográfico]. Mapa da cidade de Santiago do Cacém. Disponível em <https://www.google.com/maps/@38.0181014,-8.6934518,312m/>

Estas e outras questões se colocavam em relação a muitos outros edifícios, ruas e praças ao longo do percurso que o espetáculo iria percorrer. De que forma a paisagem urbana, que iria servir de palco às diferentes cenas, poderia esconder atrás das suas paredes, nas suas memórias, os ingredientes para o conteúdo do próprio espetáculo?

Para além de uma leitura do espaço urbano, na criação do guião para o espetáculo, recorreu-se à recolha de memórias orais junto da população local, complementada pela análise de documentos históricos do Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. Este processo permitiu a identificação de uma série de episódios marcantes, e assim “tomar o pulso” à história da resistência popular



no município nos últimos 100 anos, que serviu de lastro à energia coletiva que se foi acumulando durante a ditadura fascista e que explodiu, num misto de alegria e revolta, com o 25 de Abril.

Desta forma, procurou-se que o espetáculo funcionasse como uma travessia da resistência à desistência, tentando “tomar o pulso” ao papel da participação popular na construção da comunidade, tendo como momento culminante a explosão da liberdade, a evocar no Largo 25 de Abril, a meio caminho entre os dois jardins, o Municipal e o Parque Verde da Quinta do Chafariz.

A PERTINÊNCIA DE UM PROJETO DE TEATRO PARTICIPATIVO

Nada melhor para celebrar o aniversário de um acontecimento que afinal, permitiu que essa energia coletiva se manifestasse de uma forma tão espontânea e libertadora, do que proporcionar à comunidade a possibilidade de participar diretamente na celebração da sua própria história, revisitando coletivamente, e em festa, os locais da cidade em que o próprio povo, na altura, se transformou no protagonista da mudança e da construção da comunidade.

Depois de criado o guião, o ponto de partida para a sua concretização, foi o lançamento do repto ao movimento associativo do concelho e assim chegar à comunidade local, de modo a envolvê-la na criação de um evento de rua que celebrasse a memória da revolução, num percurso pela cidade.

Numa reunião muito participada, realizada na Sala de Sessões do Município, e que contou com a participação de representantes de associações de todo o concelho, a ideia foi apresentada e teve um acolhimento muito positivo por parte dos presentes.

As associações foram posteriormente contactadas separadamente, e implementou-se com elas um projeto de teatro participativo, que visou resgatar e celebrar a memória histórica da resistência popular no território do concelho e que culminou com o seu envolvimento em todo o processo criativo.



Figura 2 - Helena Rosa e Paulo Romão na oficina preparatória realizada na CERCISIAGO [Fotografia]. Luís Cruz, 2024.

Baseado na recolha de memórias orais junto da população e na análise de documentação histórica local, o espetáculo teve como fio condutor a apropriação popular do espaço público e a conquista da liberdade através da participação coletiva.



Partindo do pressuposto de que a arte pode ser uma ferramenta de empoderamento social, tentámos que a voz da comunidade fosse ouvida e valorizada através deste projeto. Numa tentativa de intervir em contraciclo, num contexto em que, tal como afirma Grant H. Kester, "...estamos reduzidos a uma pseudo-comunidade atomizada de consumidores, as nossas sensibilidades embotadas pelo espetáculo e pela repetição..."¹, tentámos criar as condições para que, através deste processo de criação, os participantes envolvidos tivessem a oportunidade de se expressar no contacto com a sua própria história.

Para os elementos oriundos das diferentes associações, a participação neste projeto acabou por romper com as rotinas e alargar a sua prática habitual, através do envolvimento, interação social e colaboração com outros artistas de diversas áreas expressivas.

A principal valência deste envolvimento interassociativo, ainda que efémero, teve a ver com a valorização da própria comunidade do concelho que, ao celebrar a sua história numa abordagem colaborativa, acabou por dar corpo a um evento baseado numa estética relacional, em que se valorizou a própria interação social, enquanto forma de expressão artística.

Na construção deste espetáculo procurou-se, sobretudo, e quase como num ato de resistência, recriar situações sociais, em contraciclo com o "*mainstream*", recriando momentos em que se pudesse confundir arte e vida, fundindo acontecimentos quotidianos da realidade social, aparentemente espontâneos, com momentos mais cuidadosamente encenados.

Uma vez posta a funcionar uma dinâmica de arte comunitária, o foco foi colocado na participação ativa dos seus membros, permitindo que as suas vozes e experiências fossem refletidas no resultado final.

Para tal, estabeleceu-se, em colaboração com as comunidades das diferentes associações, uma rede interdisciplinar, onde se promoveu a inclusão e o diálogo artístico, acabando por criar uma experiência cultural profunda e significativa para todos os envolvidos.

Desta forma, o envolvimento da comunidade local demonstrou mais uma vez que a prática social na arte permite que todos se possam transformar em participantes ativos numa construção coletiva, potenciando de forma exponencial



todo o processo criativo, transformando-os em partes integrantes da obra, não apenas como observadores passivos, mas enquanto colaboradores ativos que contribuíram para a sua criação e desenvolvimento.



Figura 3 - Oficina preparatória do espetáculo “Vozes ao Alto”, com participantes do Futebol Clube Abelense [Fotografia]. Luís Cruz, 2024.

Os participantes, oriundos de diferentes meios profissionais e artísticos, na sua maioria não sendo artistas profissionais, tiveram a oportunidade de trocar experiências, de se expressar e de se envolver diretamente na construção de um espetáculo. Esta inclusão diversificada, para além de reforçar a ideia de que toda arte é participativa, acabou por potenciar ainda mais a interação com os espectadores.



Ao longo de todo o processo, procurou-se que os participantes se sentissem verdadeiros parceiros num diálogo criativo, tendo sido genuíno o interesse pelas suas experiências e ideias, pois o contributo de cada um deles foi essencial na criação do produto final. Foi fundamental que os participantes se sentissem valorizados e respeitados, fortalecendo a sua colaboração e empenho.

Pôs-se aqui também em causa a ideia do público enquanto recetor passivo. Para além da própria criação do espetáculo ter sido originada num processo social, envolvendo os membros da comunidade em papéis ativos e significativos, as próprias personagens também foram concebidas como elementos catalisadores: comentando e difundindo informações pelo público, simulando o efeito do boato. Com isto criou-se uma atmosfera de comunicação contagiante, que permitiu que as informações fluíssem de forma mais orgânica e envolvente, mantendo os espectadores informados e ligados à narrativa.

Nas oficinas postas a funcionar com as diferentes associações, as experiências e interesses dos diversos participantes foram enriquecidos com jogos e dinâmicas de expressão dramática, de modo a integrá-los na atmosfera geral do espetáculo e a facilitar a criação de cada uma das cenas a que iriam dar corpo.

Quando os diferentes grupos se cruzaram, a motivação coletiva que se tinha gerado nos ensaios parcelares acabou por ser contagiante. A criação destas dinâmicas foi essencial para a construção de uma obra de arte participativa, vibrante e significativa. A energia e o entusiasmo gerados pela colaboração no processo criativo foram verdadeiramente sentidos e partilhados por todos de forma autêntica, resultando num trabalho que foi verdadeiramente maior do que a soma das suas partes.

As diferentes situações criadas durante as oficinas resultaram num conjunto de ações e gestos simples, executados durante o espetáculo que, embora simbólicos e adaptados ao espaço físico em que aconteceram, acabaram por ter um impacto real e tangível na comunidade.



Figura 4 – Prova de figurinos com o Grupo Motard de Santiago do Cacém [Fotografia]. Luís Cruz, 2024.

PORQUÊ UM ESPETÁCULO DE RUA?

O evento foi estruturado como um percurso audiovisual pelo espaço urbano da cidade, funcionando como um caminho pelo mapa vivo da sua memória histórica, associada, tanto à Revolução de Abril, como a momentos sociais relevantes, que a antecederam e lhe sucederam. Cada ponto do percurso representava um elemento crucial na narrativa da história do último século, oferecendo aos espectadores uma imersão na história local, tendo como mote: 25 de Abril – 50 anos antes e 50 anos depois – da resistência à desistência.

A cidade foi encarada como um espaço público que facilita encontros entre desconhecidos, onde o ambiente urbano, caracterizado pela diversidade e multiculturalismo, proporciona aos indivíduos uma significativa liberdade de ação.

A cidade é atravessada por caminhos e linhas imaginárias que ligam diversos pontos, desde locais de passagem a pontos de encontro. Estes trajetos individuais formam um mapa social onde destinos, ações e pensamentos se entrelaçam, criando uma polifonia urbana rica em histórias e reminiscências.



O ambiente urbano evidencia claramente a separação entre o domínio público e o privado. A cidade acumula edifícios associados ao poder institucional, religioso e económico, cujas práticas são frequentemente protegidas de olhares curiosos. Através do espetáculo, tornou-se possível a sua utilização enquanto elementos cenográficos reais, tirando partido das suas enormes potencialidades cenográficas e simbólicas.

“...As cidades são organismos «multitemporais», onde destroços do passado nos rodeiam, e a arquitetura sobrevive como testemunho de diferentes eras...”²

Nas cidades, sobrepõem-se diferentes escalas de tempo, onde edificações antigas coexistem com estruturas modernas, criando um mosaico visual e histórico. Em muitos casos, os edifícios permanecem, mas mudam de funções com a passagem do tempo, adaptando-se às necessidades contemporâneas.

A identidade do espaço urbano é, portanto, instável, refletindo as suas constantes transformações sociais, económicas e culturais. A cidade surge como um organismo tão complexo, que é praticamente impossível decifrar todas as narrativas que nela se entrecruzam. Cada rua, praça ou edifício carrega consigo histórias múltiplas e variadas, tecidas ao longo dos anos pelos seus habitantes.

Seria imenso o leque de possibilidades. Houve que fazer escolhas. Foram selecionados os edifícios e os locais mais emblemáticos, quer por razões diretamente relacionadas com o seu significado histórico, quer por questões arquitetónicas ou de grande potencial cenográfico.

A tendência natural é que se criem caminhos circunscritos no interior do espaço urbano, em triângulos fechados e rotineiros: casa - trabalho - comércio. Estes trajetos quotidianos, embora limitados, são ricos em interações e experiências, contribuindo para a formação do mapa social da cidade.

Foi neste contexto que se procurou traçar, com este espetáculo, um percurso sensorial pela memória histórica de Santiago, fazendo com que o seu próprio tecido urbano, subitamente invadido por personagens, sons e imagens, ajudasse a despertar no imaginário coletivo da população o latente sentimento de resistência e liberdade.



Daí a escolha deste caminho entre jardins: O Jardim Municipal, situado entre a antiga Cadeia Comarcã, símbolo e memória da opressão e da ditadura, e o edifício dos Paços do Concelho, símbolo do poder, e o Parque Verde da Quinta do Chafariz, situado num vale de onde se avista o mar e a linha do horizonte, perto do Largo que, para Manuel da Fonseca, era o centro da Vila e de onde se partia para o mundo...



Figura 5 – O ator Tomás Porto num ensaio de adaptação à fachada do Museu Municipal [Fotografia]. Luís Cruz, 2024.

A MEMÓRIA DO LUGAR

O Lugar, a representação e o participante foram os agentes que estiveram na origem e numa relação sempre dinâmica durante todo o processo de conceção do projeto. A paisagem urbana de Santiago do Cacém e a sua história foram abordadas, mais do que como um mero cenário: foram elementos constitutivos de uma narrativa coletiva. A cidade, enquanto lugar de encontros e desencontros, interessou-nos enquanto entidade moldada pelas experiências dos seus habitantes, pelas lutas aí travadas e pelas memórias construídas e preservadas ao longo dos anos.



Como e porquê este lugar se tornou no que hoje é? A resposta está na interação entre as biografias individuais e a biografia da paisagem como um todo. As ruas, praças e edifícios da cidade não são meros espaços físicos, mas sim depósitos vivos de significados, resultantes de uma sucessão de processos de intervenção humana e de forças naturais que se entrelaçam. No tecido urbano, cada detalhe topográfico, cada linha traçada, carrega uma história que ressoa profundamente no presente da cidade.

Ao abordar o lugar, foi crucial considerar as lutas naturais e humanas que se escondem por trás da sua superfície. A cidade foi encarada como uma rede de histórias e experiências, onde uma multiplicidade de significados emana da paisagem e se destaca da sua imbrincada natureza. O tipo de representação teatral a integrar no espetáculo tinha que potenciar o envolvimento e a interação dos participantes: a paisagem surge como uma convergência concreta e sensorial de diferentes formas de mobilidade e estilos de ocupação, de percursos ou de comportamentos.

A oculta consciência poética do espaço revela-se quando, ao penetrarmos num determinado lugar, sentimos que a nossa perceção é inevitavelmente moldada pelas memórias de tempos passados e pelos inúmeros acontecimentos que ali se desenrolaram. A paisagem ganha uma outra dimensão, transformando-se numa entidade multifacetada – uma simples parcela de terra ganha a dimensão de um cenário. Uma simples vista, ao ser observada com uma outra forma de ver, assume uma dimensão que contém em si “*natureza, cultura e imaginação dentro de uma diversidade espacial*”³.

Apesar da paisagem não estruturar o sujeito, condiciona o seu “modo” de viver. Não há separação entre o eu e a cena; o indivíduo está diretamente condicionado pela sua envolvente e grande parte da sua identidade advém do sujeito geográfico, pois o corpo é o elo que liga o indivíduo ao lugar vivido, nas suas dimensões sensoriais e percetivas. É nesse contexto que a paisagem e o corpo se fundem e se constroem mutuamente, através de uma série de práticas e relações quotidianas.

Neste espetáculo, a paisagem urbana, rica em memória histórica, proporcionou a criação de diferentes momentos de interação, em que, pelas suas características físicas, afetou o comportamento das personagens, servindo para



celebrar simbolicamente a resistência e a liberdade, enquanto pilares fundamentais da identidade coletiva da comunidade local.



Figura 6 – Durante um ensaio de interação, de um dos utentes da CERSICIAGO, com um canelo de cortiça [Fotografia]. Luís Cruz, 2024.



Figura 7 – Ensaio de posicionamento dos coros, na Calçada de Nossa Senhora do Monte [Fotografia]. Luís Cruz, 2024.

O ESPETÁCULO COMO UM CAMINHO

Ao intervir no espaço físico da cidade, procurou-se, com esta intervenção artística, reconstituir identidades e memórias comunitárias de uma forma dinâmica. Tal como caminhar por uma paisagem familiar faz reviver memórias e histórias pessoais, assim também este espetáculo procurou reviver a história coletiva da cidade, ligando o passado ao presente, contribuindo para que as gerações futuras continuem a celebrar e a preservar essa rica herança.

O espetáculo foi concebido como um percurso, para que também a sua fruição acontecesse de forma dinâmica. Porque caminhar implica prestar atenção, orientar-se, perder-se, errar, submergir, passear, penetrar, ir em frente, transformando assim o próprio ato de assistir ao espetáculo numa atitude participativa.



A viagem é menos importante do que o próprio caminhar. Ao caminhar, os ritmos do corpo acompanham os eventos visuais e deixam-se embalar pelas sonoridades envolventes. Ao caminhar, a paisagem transforma-se num meio onde o corpo emerge, deixando de funcionar como um simples cenário.

O próprio ato de caminhar é pleno de significado e condiciona a perceção do caminho percorrido. A caminhada pode conter e transformar-se, ao longo do percurso, em diversos registos discursivos (peregrinação, cortejo, terapia, exercício, protesto), ou peculiares formas de envolvimento (passeio, deambulação, marcha em grupo, visita guiada).

Também neste espetáculo foram experimentadas diversas opções: desde o simples caminhar encenado e significativo dos participantes, até ao caminhar curioso do público a acompanhar outros no seu percurso, deixando-se simplesmente experienciar e fruir o próprio espetáculo.

Ou o caminhar enfurecido dos grupos de personagens que se opuseram, em confronto, na recriação do episódio ocorrido durante o PREC (Período Revolucionário em Curso), junto ao edifício do antigo Grémio da Lavoura, suscitando nos "outros" (os espetadores) o sentimento de um determinado tipo de emoções; ou o papel de catalisadores de determinadas personagens que, ao se infiltrarem no meio do público e difundirem "boatos" sobre o que estava a acontecer, relatavam experiências, durante as paragens, depois de terem caminhado.

Através de uma paisagem preenchida de memórias, os indivíduos transformam as suas passagens diárias em encontros biográficos, à medida que recordam acontecimentos anteriores, ao se depararem constantemente com vestígios de atividades passadas. A familiaridade funciona como uma espécie de arte, um certo modo de deslocação através da paisagem, que se transforma numa série de locais conhecidos ou nomeados, ligados por caminhos, movimentos e narrativas.

Os caminhos ligam lugares familiares e criam a possibilidade para ações repetidas. Caminhar torna-se assim numa espécie de representação, de narrativa, em que os caminhos e os lugares dirigem a coreografia. Este movimento regular de um ponto para outro acaba por criar uma espécie de mapeamento,



contribuindo para uma compreensão narrativa do lugar. Diferentes caminhos encenam diferentes histórias de ação, para as quais a paisagem atua como uma mnemónica.

O potencial do espetáculo, para um sítio específico, reside na capacidade de explorar as histórias materiais e espaciais e de mediar a complexidade de identidades que essas histórias relembram e produzem.

Foram estas as linhas estratégicas seguidas na construção deste espetáculo, desenhando-o para o espaço público da cidade, tendo em conta que a sua localização pode funcionar como um potente gatilho mnemónico, ajudando a evocar episódios históricos específicos, relacionados com o lugar e o tempo da narrativa, facilitando a relação do público com os reais significados dos tempos e dos sítios evocados.

Todo o processo de criação procurou uma compreensão mais profunda de factos históricos relacionados com a história da resistência popular, da ditadura, da revolução e da consolidação da democracia no território do concelho, focando-se na forma como se pode perceber a relação da história com o espaço urbano e o património edificado da cidade, permitindo desta forma que o passado surja no presente.

O espetáculo de rua realizado em Santiago do Cacém, não só celebrou o 50.º aniversário do 25 de Abril mas também enfatizou a importância da cidade como um espaço de memória viva. Através da participação comunitária e do movimento associativo, este evento sublinhou a relevância de preservar o património histórico e cultural, procurando garantir que as histórias de resistência e liberdade continuem a ser contadas e celebradas pelas gerações futuras.

Este evento demonstrou como os percursos performativos pela cidade e a exploração artística do espaço urbano se podem transformar numa forma de narrativa viva, onde cada trajetória e local contêm em si um imenso potencial para a representação e partilha das histórias da comunidade.



O TÍTULO

A escolha do título "Vozes ao Alto!" para o espetáculo não foi feita ao acaso. Este refrão, extraído da canção "Jornada", de Fernando Lopes Graça, uma das suas canções heroicas (1946), criada a partir de um poema de José Gomes Ferreira, possui uma carga simbólica profunda que ressoa com o espírito de resistência e de luta pela liberdade que caracterizou o 25 de Abril. A canção "Jornada" é emblemática por aludir à determinação e coragem do povo português em momentos de adversidade, e ao mesmo tempo, celebrar a vitória coletiva sobre a opressão.

As Canções Heroicas contribuíram de uma forma inequívoca para a solidificação de um espírito de resistência e de contestação à ditadura do Estado Novo, assumindo-se mesmo como as sementes das futuras canções de intervenção.

*"... Vozes ao alto, Vozes ao alto!
Unidos como os dedos da mão,
havemos de chegar ao fim da estrada
ao som desta canção ..."*

Eram versos que soavam sobre as galeras dos tratores, entoadas pelos trabalhadores da Reforma Agrária, a caminho das manifestações ou das celebrações do 1.º de Maio, a seguir ao 25 de Abril. Se foram cantados como forma de resistência, durante a ditadura, passaram a sê-lo enquanto hino à liberdade, após a revolução.

Lopes Graça considerou as suas canções "politicamente empenhadas", tal como referiu Eduardo Raposo, "(...) no sentido, ou na medida, em que pretendam contribuir para a luta do povo português, a que primordialmente foram destinadas, contra o regime despótico, antidemocrático e violentador de corpos e almas que durante cerca de cinquenta anos lhe foi imposto. Eram, pois, essas obrinhas, essas canções uma arma: uma arma pacífica, mas não inocente ao serviço da nossa oprimida grei, da sua libertação, da sua exaltação, da sua fraternização."⁴



Figura 8 - “Vozes ao Alto” [Cartaz]. Ana Cristina Martins, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

Ao utilizar “Vozes ao Alto!” como título, o espetáculo presta uma homenagem a Lopes Graça e à sua contribuição para a música e a cultura portuguesas, mas também evoca um apelo à união e à ação coletiva. É um grito de esperança e de afirmação, convidando a comunidade a relembrar e a continuar a celebrar as conquistas históricas que moldaram a identidade nacional. Esta escolha foi uma forma de ligar o passado ao presente, garantindo que as memórias e as histórias de resistência perdurem e continuem a inspirar futuras gerações.



O ESPETÁCULO

MOMENTO 1

Jardim Municipal | Junto à antiga Cadeia Comarcã | Revolta dos Tacos | 1941

«Em dezembro de 1941, no contexto da II Guerra Mundial, alastra pelo concelho a miséria e a falta de trabalho. Em Ermidas Sado um proprietário autoriza os mais pobres a apanhar e a vender os tacos (restos do corte da cortiça) da sua propriedade e a vendê-los para aliviar a sua pobreza.

Sendo raras as vedações na altura, foram recolhendo tacos noutras propriedades, cujos donos não o tinham autorizado a fazê-lo. Depois de muitas queixas apresentadas na Câmara Municipal, foram efetuadas cerca de 140 detenções pela GNR e pela PSP. As mulheres, em sinal de protesto pela prisão injusta dos seus companheiros e maridos, vieram a pé, descalças, carregando os filhos famintos ao colo, até Santiago do Cacém, acampando ostensivamente à frente da então Cadeia Comarcã.

O seu protesto surtiu efeito. A firmeza com que defenderam a sua dignidade sensibilizou as autoridades locais, que acabaram por libertar os prisioneiros e entregar às mulheres o dinheiro obtido pela venda dos tacos, apreendidos aos trabalhadores. Este acontecimento ficou conhecido como a “Revolta dos Tacos”, uma das mais significativas vitórias populares na construção da história do concelho.»⁵

Este acontecimento, que marcou a memória coletiva de grande parte da população mais idosa das freguesias do interior do concelho, para além de ter sido relatado por vários entrevistados, vem também descrito na monografia sobre Ermidas-Sado, de Paulo Alexandre Gomes:

“(...) As ermidenses tomam então a resolução de ir a Santiago do Cacém, protestar contra a prisão dos maridos, pois não tinham quem lhes garantisse o seu sustento e dos seus filhos. Chegadas àquela vila, ameaçaram não deixar o jardim municipal em frente à cadeia, se não lhes resolvessem o problema. Perante tal determinação, a Câmara Municipal tomou a resolução de todas as semanas ir uma carrinha distribuir alimentos pelas famílias dos detidos. Por meados do mês de fevereiro, já muitos dos detidos tinham sido soltos, apenas alguns permaneceram presos por mais cinco meses (...)”⁶.



Esta cena foi recriada por elementos do Centro Equestre de Santo André, do Grupo Coral Harmonia, de Santiago do Cacém, do Rancho Folclórico “Ninho de uma Aldeia”, de S. Bartolomeu da Serra e da Associação “Trajes e Tradições da Lagoa de Santo André”, tendo funcionado, como seus agentes catalisadores, os atores Ricardo Moura e Adelina Braga.



Figura 9 - Recriação da “Revolta dos Tacos” de 1941 [Fotografia]. Custódia Malveiro, 2024. Fonte: Col. Custódia Malveiro.

Recorreu-se aqui à interação dos participantes com o espaço físico, com algumas das mulheres a trepar as grades da prisão, interagindo com os maridos presos que, no interior, percutiam com objetos metálicos nas mesmas, produzindo um fundo rítmico para o coro, que entoava “A Jornada”, de Lopes Graça, dando alento às mulheres no seu protesto, mote e título ao próprio espetáculo.



Figura 10 - Recriação estilizada da “Revolta dos Tacos”, durante a primeira cena do espetáculo, na fachada do Museu Municipal [Fotografia]. Ana Martins, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Cultura e Desporto.



MOMENTO 2

Edifício dos Paços do Concelho | “Para a guerra, rapidamente e em força!” | 1960

«A ditadura de Salazar e Marcelo Caetano promoveu a formatação militarista de várias gerações de crianças e jovens, preparando-as para a guerra, através de organizações como “Os Lusitos”, “Mocidade Portuguesa” e “Legião Portuguesa”.

Entre discursos de Salazar e hinos que enaltecem a pátria, promovem o ódio e instalam o medo, diluem-se as palavras do “Presidente da Câmara” que, num discurso pomposo, apela à participação dos Santiaguenses no apoio à Guerra Colonial, num texto construído pelo ator Raul Oliveira, a partir de uma compilação de atas do Município e de panfletos de apelo à participação popular no apoio à guerra, redigidos durante a guerra colonial.»⁷

“Estimados munícipes, é, na qualidade de presidente da Câmara e enquanto orgulhoso santiaguense, que me dirijo a todos vós.

Como é do vosso inteiro conhecimento, o Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito visitou este concelho nos dias vinte e nove e trinta de março findo, em reconhecimento do extraordinário serviço prestado à pátria pela delegação local do Movimento Nacional Feminino das Mulheres Portuguesas. É com desmedida exaltação que apelo ao regozijo de todo o povo deste concelho pelo abnegado trabalho desenvolvido pelas virtuosas santiaguenses, no cumprimento do apelo feito por Sua Excelência o Presidente do Concelho, para a colaboração na Semana do Ultramar, na recolha de fundos e provisões que auxiliarão o esforço de guerra, a bem da Nação Portuguesa.

Recebam do alto desta varanda uma calorosa e vibrante saudação.

Viva Portugal! Vivam as Províncias Ultramarinas! Viva Sua Excelência o Presidente do Concelho, o Dr. Marcelo Caetano”

A construção do discurso da personagem “Presidente da Câmara”, interpretada por Raul Oliveira, é um exemplo de como, através da arte, se pode recriar e dar voz a momentos históricos significativos.



A composição do discurso, criado pelo próprio ator, partiu da leitura de excertos de atas municipais e de folhetos da época, onde se apelava à adesão da população ao apoio da guerra nas colónias ultramarinas.

As atas forneceram um contexto autêntico das deliberações e das narrativas oficiais promovidas pela administração local sobre a guerra, refletindo a retórica nacionalista e militarista promovida pelo regime de Salazar e Marcelo Caetano.



Figura 11 – Excerto da ata da Câmara Municipal em que foi deliberado atribuir o nome da aldeia de Dadrá, na Índia, a uma das novas ruas da Courela da Feira, na sequência da invasão daquele território por forças militares indianas [Manuscrito]. 30 julho 1954. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/MSTC-AMSTC/AL/CMSTC/B-C/002/124/f.173.



Figura 12 – Comemorações do Dia da Raça [Folheto]. Santiago do Cacém: Tipografia Ramos, 1964. Fonte: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém (Depósito: Filomena Raimundo Babo). PT/MSTC-AMSTC/P/FMR.

O ator selecionou e colou excertos específicos das atas, de modo a capturar a essência da comunicação oficial da época, incluindo apelos à participação cívica e ao apoio material no esforço de guerra.

A recriação deste discurso não só forneceu autenticidade à representação teatral, mas também serviu como um meio para recriar a galvanização do apoio popular à guerra colonial.

Esta estação do espetáculo funcionou como um apelo emocional do poder local, num momento de exaltação patriótica que visava mobilizar a população. O ator criou e proferiu este discurso num tom de urgência e fervor patriótico, refletindo a pressão e a manipulação exercidas sobre a população para colaborar com a guerra, transportando o público para a atmosfera de propaganda belicista da época.



Nesta estação, na fachada do edifício dos Paços do Concelho e antecedendo o pomposo discurso do “Presidente da Câmara”, foram projetados na varanda dois vídeos com iconografia propagandística do Estado Novo, intercalados com excertos de documentários da época, onde se podiam ver crianças e jovens em treinos militares, a serem formatados para a guerra, em acampamentos da Mocidade Portuguesa. Entre excertos de discursos de Salazar, ouviu-se a marcha dos Lusitos e o hino da Mocidade Portuguesa, canções emblemáticas dos dois graus da organização a que todos os jovens eram obrigados a pertencer .



Figura 13 – Recriação de um hipotético discurso do presidente da Câmara Municipal. Na fachada são projetadas imagens de propaganda fascista [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Cultura e Desporto.

Após o discurso proferido pelo ator Raul Oliveira, dois “atores catalisadores”, representando agentes da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), instigam os restantes participantes a aplaudir o “Presidente” e a circular, proibindo ajuntamentos e obrigando o público a seguir para a próxima estação.

Nos altifalantes, a partir da varanda dos Paços do Concelho, soa a marcha da Legião Portuguesa:

*“Sempre valentes defendendo a nação
Marcham contentes as “Quinas da Legião”
Marcham unidas e com todo o heroísmo
Vão decididos liquidar o comunismo
As nossas “Lanças” são orgulho deste povo
Que tem esperança na ação do Estado Novo
Sempre marchando com altivez e sem igual
Seguem cantando Viva, Viva Portugal!”*

MOMENTO 3

Av. D. Nuno Álvares Pereira | Guerra Colonial

«Três mulheres à janela, reagem à multidão na rua. Uma delas está apreensiva. Traz consigo um aerograma que o filho lhe enviou de África, onde está na guerra colonial, mas... não sabe ler. Pede à vizinha de cima que o faça. Nele é anunciada a morte de um parente da vizinha do lado.

Agentes da PIDE proíbem as mulheres de manifestar o seu sofrimento em público. Fecham-se as janelas.

Texto criado pelas atrizes Beatriz Guerreiro, Inês Nunes e Beatriz Jesus, a partir de uma compilação de cartas, cedidas por um particular, enviadas por soldados do Concelho que estiveram na Guerra Colonial, às suas famílias.

***Na Fachada do Edifício da Loja de Cidadão, são projetadas imagens alusivas à guerra colonial, recolhidas do espólio fotográfico de vários soldados do concelho, que foram mobilizados para a guerra colonial.»*⁸**



Figura 14 - Esquema cénico elaborado pelas atrizes Beatriz Guerreiro, Inês Nunes e Beatriz Jesus [Caderno]. 2024. Fonte: Col. Inês Nunes.



"Trindade das Varandinhas"

Maria Isabel (M^a. Zabele, M.Z.), de poucas posses, 1.^a mulher, Inês Nunes é a primeira a chegar à varanda (em baixo à esquerda). Olha para a esquerda e direita. Espanto. Fazendo com que as pessoas se foquem na cena.

As pessoas estão em mobilização pois na altura não podia haver ajuntamentos. A ida à janela é também uma forma de alimentar essa mobilização e fazê-las agora focar na cena e no trólogo a decorrer.

M.Z. - Ah!! De onde é que vem esta gente? Venham cá ver isto! Oh Dona Miraldina! Vizinha Custóida!

(Dona Miraldina, M., Beatriz Guerreiro, tia e viúva, janela de cima, 2.^a a mulher e que sabe ler - sai)

M. - O que foi melhor!?

M.Z. - Mas o que é que será isto?

M. - Isto deve ser um cortejo para angariar fundos para a guerra. O Sr. Presidente inda agora falou disso...

(ar altivo)

M.Z. - Ah! Tá bem Então e a nossa vizinha Custóida? Sabe dela?

M. - Olha... Isto realmente... ela não se deixa ver há muito tempo... Será que ainda não recebeu notícias do filho?

(ar preocupado)

M.Z. - Também, nunca mais acaba a guerra!

(Custóida, C., Beatriz Jesus, 3.^a mulher, Mãe do amigo do primo Zé Jacinto de MZ, "pseudo-tia", não sabe ler - entra com aerograma na mão com ar apreensivo, mão ao peito?)

M. - Ai mulher! Parece que lhe vai cair o Carmo em casa... (!)

C. - Ai... Vocemeceias nem sabem o que me chegou...

M.Z. - Nã me diga que o seu filho se deixou - panhar??

C. - Oh vizinha... nã sê... Atão ê nã sê leri...

M. - Oh Louvado seja Deus! Mande cá isso! Quê-leio!

(sobe a cesta com aerograma, para cima, para a varanda da Dona Miraldina, esta lê.)



Aerograma

Olá querida mãe, espero que essa disposição esteja pelo melhor, por cá tudo bem mais ou menos. Sinceramente tenho andado mesmo aborrecido, cada vez mais saturado de tudo isto. Agora o Spínola quer aumentar o efetivo de tropas, porque isto por cá cada vez está mais engraçado, agora está a acabar as chuvas e os tipos começam logo a atacar, agora há poucos dias fizeram alguns onze mortos nas nossas tropas, claro tudo com ataques de traição, mas, no entanto, muitos infelizes vão perdendo a vida, sem culpa alguma. O nosso camarada Zé Jacinto das Relvas foi um dos pobres coitados.

Abraços e até ao meu regresso!

(M.Z. atenta ao diálogo entre as duas, a olhar para cima para a varanda da Dona Miraldina, à esquerda, aperto no coração)

M.Z.- Zé Jacinto??! Não pode ser... Não pode ser o mesmo... O meu primo?? não... Atão nós fomos criados juntos... Não acredito.... Mas não diz mais nada? Isso não pode ser!!!!...

(À medida que M.Z. se vai apercebendo da desgraça, indignação a tomar conta e as outras duas também se vão ressentindo. Tristeza como sentimento coletivo. - "choro interior"/ar amedrontado e aperto no peito - que as acompanha até serem mandadas "ir chorar" para dentro de casa pela PIDE)

Entra PIDE – recolha "

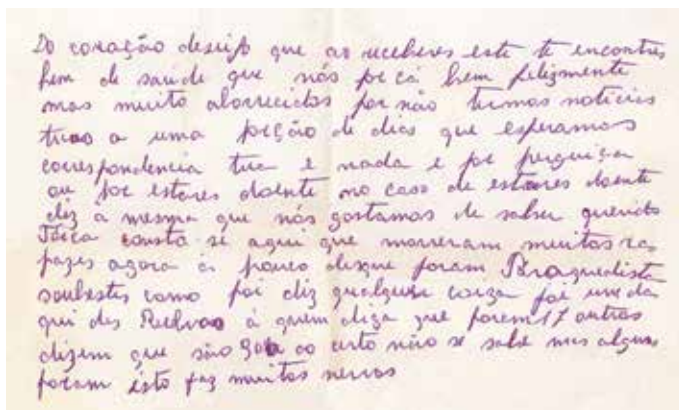


Figura 15 – Excerto de carta enviada a militar em serviço na Guiné, durante a Guerra Colonial. 1973. Fonte: Col. Maria de Fátima Gamito Alves Nunes Ferreira Soares.

As atrizes Beatriz Guerreiro, Inês Nunes e Beatriz Jesus criaram um trólogo, composto a partir de um conjunto de cartas, trocadas entre familiares e soldados durante a guerra colonial, cedidas por um particular.



Absorvendo o estilo humorístico característico das comédias cinematográficas criadas em Portugal durante a ditadura Salazarista, as atrizes acabaram por incorporar essa atmosfera na interpretação da situação.



Figura 16 - Cena entre três vizinhas, alusiva à Guerra Colonial, criada e interpretada pelas atrizes Beatriz Guerreiro, Inês Nunes e Beatriz Jesus [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

Esta curta conversa entre três vizinhas, teve ainda como ponto de referência uma peça de teatro, da autoria do prof. Manuel João da Silva, criada nos anos 80 do séc. XX, enquanto coordenador do programa de alfabetização de adultos do Município, em que alertava para a importância da aprendizagem da leitura, num contexto em que grande parte da população adulta do concelho ainda era analfabeta.

As atrizes recorreram à ironia como um meio confortável de distanciamento, para revelar as contradições da guerra e do analfabetismo, confrontando os espectadores com a realidade dura e ao mesmo tempo absurda da época.

Quando reagem negativamente à leitura do aerograma, manifestando publicamente o seu sofrimento, são obrigadas pelos agentes da PIDE a retirar-se para o interior das casas e a esconder dos transeuntes as suas mágoas.



No edifício ao lado, são projetadas imagens da guerra colonial, numa colagem feita a partir de digitalizações de fotografias recolhidas junto de ex-combatentes do concelho, que aí cumpriram o seu serviço militar e se disponibilizaram para dar entrevistas, assim como de excertos das tão célebres mensagens de Natal que eram transmitidas pela RTP, em cujos arquivos se encontram as de alguns soldados do concelho.



Figura 17 - Na fachada do edifício da Loja de Cidadão são projetadas imagens da Guerra Colonial, recolhidas junto de ex-combatentes do concelho [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

Como fundo sonoro, o DJ João Martinho criou para este momento uma colagem com a música “Cantar de Emigração” de Adriano Correia de Oliveira e “Cantar Alentejano” de José Afonso, aludindo assim à sangria da emigração e ao estigma da repressão nos campos do Alentejo, aqui assinalada pelo trauma coletivo do assassinato de Catarina Eufémia, durante a ditadura Salazarista, temas musicais que serviram como pano de fundo sonoro do momento alusivo à guerra colonial.



Figura 18 - As personagens assistem e comentam os vários acontecimentos [Fotografias]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



MOMENTO 4

Largo 25 de abril | Na Madrugada de Abril | 1974

«Numa época em que toda a informação era controlada pela censura do estado, a mais acessível janela que se abria para o mundo era a rádio. As ondas curtas, traziam a um país encerrado em si mesmo, notícias de outros lugares e outros olhares sobre si próprio. Clandestinamente, muitos escutavam, em segredo, as estações proibidas, tais como a Rádio Moscovo, a Voz da América, a BBC ou a rádio Portugal Livre, emitida a partir da Argélia por dissidentes políticos portugueses, aí exilados.

Vivia-se num país pobre, cinzento e oprimido, tal como o retratou o poeta José Carlos Ary dos Santos, gritando a viva-voz “As portas que abril abriu!”. Foi também através da rádio, que o Movimento das Forças Armadas pôs em movimento o golpe militar que libertou Portugal da ditadura, ao som de “Grândola Vila Morena”, a senha que fez explodir o país numa imensa festa de liberdade e alegria.

A transbordar das grades de uma prisão, nasce um cravo vermelho feito da força e vontade de todos os que, ao longo de décadas, resistiram e lutaram, animados pela esperança nessa libertadora madrugada, e agora dão corpo à mais poética revolução do mundo que, começando com uma simples canção, acabou por derrubar uma ditadura, unindo os soldados ao povo.»⁹

Em redor da escultura, que sugeria um grupo de gente a rebentar de revolta do interior das grades de uma prisão, escultura criada pelo artista plástico António Caetano a partir de um esboço do encenador, participaram numa coreografia da sua autoria, as bailarinas do grupo Dançarita, de Vila Nova de Santo André.

O Unimog do exército, que foi gentilmente cedido, com os seus condutores, pelo Regimento de Artilharia N.º 5, de Vendas Novas, com o apoio da Associação 25 de Abril, transportava um grupo de músicos fardados, da Academia de Música de Santo André, que ao som da Grândola Vila Morena, trocaram as armas por instrumentos musicais e deram início à marcha do MFA (Movimento das Forças Armadas), envolvendo outros músicos dispersos entre o público.

As bailarinas colocaram cravos nos canos das espingardas, subiram para o Unimog e guiaram o cortejo para a próxima estação.



Pelo caminho, na fachada do edifício da Caixa Geral de Depósitos foi projetado um vídeo criado a partir da digitalização de fotografias do acervo fotográfico de algumas cooperativas da Reforma Agrária, criadas a partir de 1975 no território do concelho. Na maior parte, estas fotografias foram tiradas por repórteres estrangeiros, principalmente alemães e holandeses, que na altura vinham participar e registar o PREC (Processo Revolucionário em Curso), nas cooperativas criadas pelos trabalhadores rurais nos campos do Alentejo.



Figuras da 19 à 22 - Várias fases do momento alusivo à madrugada de Abril [Fotografia]. Ana Martins, Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

As fotografias incluídas no vídeo foram cedidas por antigos membros das cooperativas ou seus descendentes: “Estrela Vermelha”, criada nas herdades da Quinta de Corona, na Freguesia da Abela, e do Pocinho, na freguesia de S. Domingos; “Unidade”, nas herdades de Carvalhais, Torna Vacas, Monte Queimado e “União Faz a Força!”, na herdade de Martinhanes, ambas na mesma freguesia.



MOMENTO 5

Na Encruzilhada | Rotunda junto à Caixa Geral de Depósitos | 1974

«Festeja-se a liberdade. Numa celebração coletiva do fim da guerra e da opressão, cantam-se versos dantes proibidos. Desfraldam-se bandeiras de esperança sobre tratores engalanados, onde o povo celebra a sua vitória sobre um país cinzento.

Manifesta-se a voz popular, entrelaçando novos e velhos numa dança coletiva de sonhos para o futuro.»¹⁰

Nesta estação, ao Unimog do “MFA”, juntam-se dois tratores (um gentilmente cedido pelo Sr. José Mealha, da Abela e o outro, da Câmara Municipal) cujas galeras decoradas vêm repletas de homens, mulheres e crianças em festa, empunhando bandeiras brancas e faixas com palavras de ordem, celebrando a vitória do povo e da liberdade. Nas bandeiras brancas da galera de um dos tratores são projetadas reproduções de cartazes e autocolantes das inúmeras organizações cívicas e partidárias que surgiram logo após a revolução.



Figura 23 - Grupo de trabalhadores celebra a Revolução em festa, sobre um reboque decorado [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



Ao som do toque do acordeón, cantam a canção “Somos Livres!” e dançam, misturando militares e povo, estrangeiros e “retornados”, camponeses e operários, no mesmo ato coletivo de euforia coletiva do fim da repressão.



Figura 24 - Trabalhadores chegam de trator para celebrar a liberdade, em festa [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



Figura 25 - Todos se envolvem numa contagiante dança [Fotografia]. Ana Martins, 2024. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

Neste momento, participaram o Sport Clube Abelense, a Associação Vivá Folia, de Alvalade, o Núcleo de Santiago do MDM e o Grupo de amigos "Os Cola Pistons", das Relvas Verdes.



MOMENTO 6

Invasão do Grémio da Lavoura | Rua Prof. Egas Moniz

«Em setembro de 1975, os trabalhadores da Reforma Agrária do concelho, decidem ocupar o Grémio da Lavoura em Santiago do Cacém. Numa entrevista à RTP, uma mulher que os representa, explica a razão dessa iniciativa. A notícia passou no telejornal. A visualização da entrevista projetada nas bandeiras do trator, exalta os ânimos e põe fim à festa.

Num ímpeto de revolta, a multidão avança para o Grémio da Lavoura. Um grupo de resistentes prontos para o confronto, empunhando mocas com um ar agressivo, cria uma barreira humana e bloqueia a rua e o acesso à galera do trator.

Exaltam-se os ânimos e a tensão cresce. O confronto iminente é interrompido pelo megafone do soldado que, do alto da cabine do Unimog, apela à calma e ameaça fazer fogo se alguém ousar agredir alguém. Todos recuam, assustados.

Os resistentes refugiam-se no interior do edifício do antigo Grémio da Lavoura e, da varanda, riem da multidão que passa. Os restantes seguem atrás do trator, que segue rua abaixo, emitindo uma colagem de músicas que agitaram os anos 80, numa explosão de criatividade e energia.»¹¹

Nesta estação, participou o Grupo Motard de Santiago do Cacém. Foi também importante o apoio de Sofia Guerreiro, proprietária do edifício que da antiga sede do Grémio da Lavoura, e de Mateus Nunes Raposo, proprietário da Loja Chaparreira, que a fechou na altura dos tumultuosos acontecimentos, e a abriu agora, de forma voluntariosa, dando o seu apoio à realização deste espetáculo. A colagem de músicas que serviu de fundo sonoro foi criada pelo DJ João Martinho.



Figura 26 - Reação adversa à ocupação popular do Grémio da Lavoura [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



MOMENTO 7

A Poesia está na rua | Varanda do antigo Colégio de S. José

«O ator Manuel Ruíz, declama o poema “Cântico Negro” de José Régio.

Na fachada do edifício são visíveis as sombras de um grupo de jovens em movimento, numa coreografia alusiva à rebeldia artística e afetiva dos estudantes, permitida pela nova liberdade. Uma homenagem poética ao papel que o antigo liceu teve na educação e abertura de horizontes a centenas de jovens que, durante várias gerações, vieram de todo o litoral alentejano aqui estudar, pois durante os anos 70 e 80 esta foi uma das poucas escolas secundárias gratuitas de toda a região.»¹²

Nesta estação, participaram ainda, no pátio do antigo Colégio de S. José e nas escadinhas do liceu, o grupo de ginastas da Equipa do Desporto Escolar de Atividades Rítmicas e Expressivas, do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém.

A partir daqui soa, emitida a partir da galera do trator, uma banda sonora composta por uma mistura de anúncios publicitários dos anos 70, 80 e 90.



Figura 27 - O ator Manuel Ruíz recita “Cântico Negro” de José Régio, da varanda do antigo Colégio de São José. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



MOMENTO 8

Mãos à obra! | Rua Prof. Egas Moniz

«Sobre o reboque do trator, recria-se a exaltada reunião de uma comissão de moradores. Todos podem agora manifestar a sua opinião e fazer propostas. Todos se querem fazer ouvir.

No muro, são projetadas imagens de obras feitas com a participação popular, numa alusão ao grande esforço coletivo de construção das infraestruturas do concelho.

Após a revolução e ao longo dos anos 80 e 90, pela iniciativa de comissões de moradores e autarquias, foram construídas e reparadas estradas, sistemas de saneamento básico, água potável, recolha de lixo, escolas, salas de convívio, postos médicos, equipamentos desportivos, bibliotecas...»¹³



Figura 28 - Cortejo junto aos painéis alusivos às grandes transformações no concelho, após a Revolução. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

Nas estruturas metálicas já existentes para o efeito, neste local, foram colocadas quatro reproduções, em grande formato, de imagens emblemáticas das grandes áreas de intervenção no desenvolvimento do território, após a revolução de Abril: água, saúde, educação e cultura. Estas imagens pertencem ao acervo do Arquivo Municipal de Santiago do Cacém.



MOMENTO 9

O insaciável desejo de ter e parecer | Escadinhas da Sra. do Monte

«Do topo das escadas, transeuntes apressados regressam orgulhosos com sacos cheios de presentes. Na sua velocidade estonteante, quase que atropelam e ignoram os cantores que entoam modas antigas, dispersos pelos degraus. Exaustos, mas embevecidos, oferecem-nos à criança que, sempre insatisfeita e agarrada ao telemóvel, faz birras no seu coche de princesa, junto a uma lixeira eletrónica que sugere um cravo invertido.

Uma alusão aos dias de hoje, sem utopia ou vida em comunidade, em que alastra o generalizado desrespeito pela memória e o precioso tempo se esgota numa correria por coisas, sempre de olhos postos no brilho inebriante dos écrans, onde alastra o ódio, a inveja, a competição, e em que todos os “presentes” são rapidamente abandonados no lixo do esquecimento.»¹⁴



Figura 29 - Cante alentejano na Calçada da Nossa Senhora do Monte [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



Figura 30 - Criança “adultificada”, sempre insatisfeita, personagem interpretada pela jovem atriz Gema [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

No meio da rotunda, ergueu-se uma instalação, criada pelo artista plástico Guilherme Azevedo, com o apoio da associação Arte Cor Geração, de Vila Nova de Santo André. Este elemento cenográfico, composto por lixo eletrónico, simulava um cravo invertido, aludindo ao excesso de tecnologia que, nos nossos dias, quebra os laços sociais, potencia o isolamento e asfixia a vida em comunidade, servindo como antítese simbólica do espírito da revolução de Abril.

Nesta estação, participaram elementos do Grupo Coral da Casa do Povo do Cercal do Alentejo, do Grupo Coral “Vozes Além Tejo”, do Coral alentejano da Academia Sénior de Santo André (ASAS), do Grupo desportivo “Kotas Bike” de Vila Nova de Santo André, do Grupo Desportivo de S. Francisco da Serra e a atriz Gema.



MOMENTO 10

Religar a natureza | Chafariz da Sra. Do Monte

«Dois músicos tocam guitarra portuguesa.

No chafariz, tacos de cortiça são lavados meticulosamente e transportados de mão em mão através de um cordão humano. Um a um, são colocados como peças de um puzzle sobre a estrutura metálica, religando as peças de uma identidade perdida. Um grupo de patinadoras, celebra, num rodopio de bandeiras brancas em redor do sobreiro reconstruído, o esforço coletivo, a partilha e o respeito pela natureza.»¹⁵

Esta estação do espetáculo permitia que o público deambulasse entre as duas rotundas, assistindo de passagem ao que estava a acontecer no espaço envolvente do chafariz da Sra. do Monte.



Figura 31 - “Cravo Invertido”. Instalação com lixo eletrónico, criada por Guilherme Azevedo [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.



Figura 32 - “Sobreiro Reconstruído”. Instalação em metal e cortiça, criada por Inês Justo, Luis Barradas [Fotografia]. Paulo Chaves, 2024. Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

Aqui, participaram alunos da Escola Municipal de Guitarra Portuguesa António Chaínho, do Grupo de Teatro “Arca de Sonhos”, da CERSICIAGO e da Associação de Patinagem Artística do Litoral Alentejano.

Na rotunda que confina com a Av. Manuel da Fonseca foi colocada uma instalação artística, concebida pela artista plástica Inês Justo e construída pelo serralheiro Luís Barradas. Esta estrutura metálica em forma de árvore, foi envolvida pelos patinadores numa coreografia com as sua bandeiras brancas, e nela foram colocados os tacos de cortiça, passados de mão em mão e trazidos pelos participantes desde o chafariz.



MOMENTO 11

A Canção que acordou a História | Parque verde da Quinta do Chafariz

«O corrupio de bandeiras brancas desliza para a praça do Parque, levando atrás de si os músicos e todos os que deram corpo à viagem no tempo, que agora termina. De mãos dadas em redor dos músicos, cantam a Grândola Vila Morena e acordam a história.

Do arvoredo do parque surgem, a cavalo, três personagens míticas da história local: um cavaleiro da ordem de Santiago, o árabe Cacém e Vataça de Lascarís que atravessam a celebração coletiva, deslumbrados com a energia de um povo que, ao som de uma canção, acordou a história e fez evoluir o seu país.» ¹⁶

Neste momento do espetáculo participou a Banda Filarmónica União Artística de Santiago do Cacém, a que se juntaram todos os outros participantes, oriundos das estações anteriores.

MOMENTO 12

O Caminho da Liberdade | Percurso até ao Parque de Feiras e Exposições

«Enquadrados pelos dois tratores e suas galeras engalanadas, assim como pelo UNIMOG militar, participantes e público seguiram ao longo do percurso entre o Parque da Quinta do Chafariz e o Parque de Feiras e Exposições, embalados com uma composição que fundiu músicas relacionadas com a revolução e outras sonoridades, criada por João Martinho.» ¹⁷

O cortejo terminou no recinto da feira, dando início ao concerto dos Xutos e Pontapés - banda icónica nascida graças à liberdade que abril permitiu.



Figura 33 - Unidos sobre o UNIMOG, a caminho do concerto dos Xutos & Pontapés[Fotografia]. Paulo Chaves, 2024.
Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Divisão de Comunicação e Imagem.

O ENCONTRO DE MUITOS, NUMA ENCRUZILHADA DE CAMINHOS POR PARTILHAR

Este projeto, que envolveu cerca de trezentos participantes de vinte e três associações de todo o concelho, acabou por revelar-se como um poderoso catalisador de transformação, não só pelo número significativo de pessoas envolvidas, mas sobretudo pela forma como demonstrou como um processo de criação colaborativa é capaz de transcender os limites tradicionais das práticas artísticas, integrando indivíduos que normalmente não fazem parte deste universo.

Ao alargar o trabalho criativo para além dos artistas habituais, este projeto permitiu que novos olhares e experiências enriquecessem a produção artística, gerando um diálogo dinâmico e inclusivo. A colaboração artística, centrada no diálogo e na cooperação, foi fundamental para o sucesso do projeto. A interação entre os artistas e a comunidade acabou por gerar um ambiente de confiança e partilha, onde cada voz foi ouvida e valorizada.



Na gênese deste projeto, o processo de criação artística funcionou, não apenas como um espelho da realidade, mas como um agente ativo de transformação.

Ao juntar pessoas de diferentes meios e características, este projeto de arte relacional, criou em todos os que nele se envolveram uma experiência significativa que transcendeu o âmbito individual e promoveu a criação de uma comunidade, ainda que transitória e efêmera. Através deste compromisso com o coletivo e com a experiência compartilhada, mais uma vez a arte provou continuar a ser uma força poderosa e necessária na sociedade moderna.

No cerne das práticas artísticas relacionais e participativas, deste gênero, está a forma como os agentes envolvidos se relacionam uns com os outros. Ao envolver-se em projetos artísticos colaborativos, os indivíduos têm a oportunidade de compartilhar experiências, conhecimentos e emoções. Estas interações acabam por criar vínculos que fortalecem o tecido social, promovendo um sentimento de comunidade e solidariedade.

Estas práticas permitem que as pessoas interajam de uma forma mais profunda e significativa, ultrapassando as barreiras tradicionais entre o criador e o espectador. Ao fomentar a participação ativa, essas práticas promovem um sentido de pertença e de co-criação que vai muito além da simples contemplação estética.

Desde tempos remotos que os seres humanos necessitam de momentos de celebração e de escape para romper com as suas rotinas diárias, usando-os sobretudo como ocasiões de revigoramento da sua vivência em comunidade.

Neste sentido, Mikhail Bakhtin aponta como exemplo de uma destas ocasiões o carnaval, que representava a "segunda vida festiva do povo"¹⁸, um período que não apenas oferecia uma apoteose expressiva do sujeito popular, fortemente ligado à vida material, mas também permitia uma subversão temporária das hierarquias estabelecidas.

Através do uso do corpo e da imagem, os participantes tinham a oportunidade de se envolver numa celebração que transcendia as normas sociais e lhes proporcionava uma libertação temporária das restrições do cotidiano.



Um aspecto central da teoria de Bakhtin é a importância do jogo como uma teoria da mudança social. A festividade ameaçante, o desordenamento carnavalesco e o confronto lúdico, refletem-se globalmente através de novas ferramentas de luta, onde a festa e o jogo se transformam em instrumentos de mobilização social.

É através desse compromisso com a celebração e a mobilização dos afetos, que a festividade carnavalesca permanece uma força vital, na cultura contemporânea.

Ao valorizar o processo de criação coletiva, essas práticas destacam a importância da colaboração e da partilha de recursos, desafiando a lógica do individualismo possessivo e do consumo desenfreado.

A construção de comunidades é um aspecto central das práticas artísticas relacionais e participativas. Ao envolver os membros da comunidade em processos criativos, estas práticas promovem um sentido de pertença e de responsabilidade partilhada.

Ainda que de forma efêmera e restrita ao tempo de duração deste projeto, foi evidente em todos os participantes envolvidos, o entusiasmo contagiante de se sentirem como partes integrantes e criadores de um acontecimento artístico coletivo.

Esse sentimento de pertença é de extrema importância, numa sociedade onde hoje impera a desordem e a imprevisibilidade, onde tudo acontece a uma velocidade estonteante, em que se abomina a memória e se valoriza a incessante busca pelo presente. Numa época em que se exige que tudo brilhe e seja vibrante! Em que a transformação tem que ser constante, onde não há paciência para o passado, nem ambição pelo futuro e em que impera apenas o desejo de se viver e investir num eterno agora.

Nesta época de permanente insatisfação, as práticas artísticas relacionais e participativas podem oferecer uma visão transformadora de como nos relacionamos com os outros e com o mundo à nossa volta. Ao promover a participação ativa, a dádiva e a co-criação, estas práticas desafiam as normas estabelecidas e abrem caminho para novas formas de expressão e de construção comunitária, abrindo uma brecha no frenesi coletivo e na árida vida



individualista, para que a sociedade de consumo desenfreado e dos afetos descartáveis, nos está a atirar.

Em projetos deste tipo, desenvolvidos com a comunidade e que implicam o seu envolvimento direto, a participação e a dádiva são conceitos que exploram como nos relacionamos com os outros, como interagimos com a realidade à nossa volta, como construímos comunidades e como trabalhamos em conjunto. Estas práticas não apenas desafiam as normas individuais e sociais, como também abrem espaço para novas formas de expressão e co-criação.

Assim, todo o processo de criação que culminou com a realização deste espetáculo, acabou por funcionar como um campo fértil onde se experimentaram novas formas de relacionamento intergeracional, baseadas na solidariedade, na confiança mútua e na celebração da diversidade. Tendo funcionado como um processo criativo firmemente enraizado na imprevisibilidade e na generosidade de todos os que nele participaram, comprovou como a dádiva e a participação coletiva ainda podem funcionar enquanto forças transformadoras no seio da comunidade.

“Vozes ao Alto!” abriu um caminho que pode ser enriquecido e valorizado, cruzando instituições e artistas na criação de projetos de arte, em que a participação coletiva possa celebrar a memória coletiva e valorizar o espaço público como local de encontro e participação cívica, na construção da comunidade local.



Neste projeto participaram:

Academia de Música de Santo André | Arte Cor Geração - Vila Nova de Santo André | Associação de Patinagem Artística do Litoral Alentejano | Associação “Trajes e Tradições da Lagoa de Santo André” | Associação Vivá Folia | Banda Filarmónica | União Artística de Santiago do Cacém | Centro Equestre de Santo André | Coral | Alentejano da Academia Sénior de Santo André (ASAS) | Coral Harmonia | Coral Vozes d'Arte | Dançarita | Escola Municipal de Guitarra Portuguesa Mestre António Chaínho | Grupo Coral da Casa do Povo do Cercal do Alentejo | Grupo Coral “Vozes Além Tejo” | Grupo de Amigos “Os Cola Pistons” | Grupo de Teatro “Arca dos Sonhos” – CERSICIAGO | Grupo Desportivo “Kotas Bike” de Vila Nova de Santo André | Grupo Desportivo de S. Francisco da Serra | Grupo Equipa do Desporto Escolar de Atividades Rítmicas e Expressivas, do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém | Grupo Motard de Santiago do Cacém | MDM - Núcleo de Santiago | Rancho Folclórico “Ninho de uma Aldeia” | Rui Matos | Sport Clube Abelense | Vasta Equipa de Trabalhadores da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Atores

Adelina Braga | Beatriz Guerreiro | Beatriz Jesus | Gema |

Inês Nunes | Manuel Ruiz | Raúl Oliveira | Ricardo Moura | Tomás Porto

Assistência de Encenação | Produção | Adereços

Helena Rosa

NOTAS

1 - KESTER (2004) | 2 - PEARSON (2010, p. 98) | 3 - COSGROVE (2004, p. 69) | 4 - RAPOSO (2000, p. 27) | 5 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 4) | 6 - GOMES (2000, p. 57) | 7 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 5) | 8 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 6) | 9 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 7) | 10 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 8) | 11 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 9) | 12 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 10) | 13 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 11) | 14 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 12-13) | 15 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 14) | 16 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 15) | 17 - “Vozes ao Alto!” (2024, p. 16) | 18 - BAKHTIN (1970, p. 13)



BIBLIOGRAFIA

“Vozes ao Alto!” : espetáculo de rua [Brochura]. Encenação de Luís Cruz. [Santiago do Cacém] : [Câmara Municipal de Santiago do Cacém], 2024. [20] p.

BAKHTIN, Mikhaïl – **L’Oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen âge et sous la Renaissance**. [Paris] : Gallimard, 1970. 475 p. (Bibliothèque des idées ; 68).

COSGROVE, D. – Landscape and Landschaft : lecture delivered at the “Spatial Turn in History” Symposium German Historical Institute, February 19, 2004. German Historical Institute Bulletin. [Revista em linha]. N.º 35 (Fall 2004), p. 57-71. Disponível em WWW: <https://www.yumpu.com/en/document/read/8636371/landscape-and-landschaft-german-historical-institute-washington->.

Goldbard, Arlene ; MATARASSO, François – Ética e arte participativa. Cadernos Arte e Comunidade [Revista em linha]. N.º 1 (2021). Disponível em WWW: <https://gulbenkian.pt/publications/etica-e-arte-participativa/>.

Gomes, Paulo Alexandre P. N. – **Ermidas-Sado : história de uma povoação contemporânea : monografia sócio-histórica – 1915-1970**. 1ª ed. Ermidas-Sado : Junta de Freguesia de Ermidas-Sado, 2000. 242 p. ISBN 972-95169-9-5.

HELGUERA, Pablo - **Education for socially engaged art : a materials and techniques handbook**. New York : Jorge Pinto Books, 2011. 91 p. ISBN 978-1-934978-59-7.

KESTER, Grant H. – **Conversation pieces : community and communication in Modern Art**. Berkeley : University of California Press, 2004. XIV, 239 p. ISBN 0520238389.

LEHMANN, Hans-Thies – **Teatro pós-dramático**. 1ª ed. Lisboa : Orfeu Negro, 2017. 406 p. ISBN 978-989-8327-80-2.

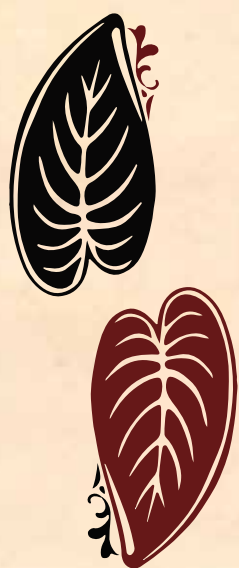
LICHTE, Erika Fischer – **Estética do performativo**. 1ª ed. Lisboa : Orfeu Negro, 2019. 500, [4] p. ISBN 978-989-8868-59-6.

MATARASSO, François – **Uma arte irrequieta : reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2019. 258 p. ISBN 978-989-8380-32-6.

PEARSON, Mike – **Site-specific performance**. 1st ed. [London] : Bloomsbury Publishing Plc, 2010. 272 p. ISBN 9781137285584.

Performance na esfera pública. Org. Ana Pais. 1ª ed. Lisboa : Orfeu Negro, 2017. 223, [2] p. (Ensaio & páginas de artistas). ISBN 978-989-8327-96-3.

Raposo, Eduardo – **Canto de intervenção : 1960-1974**. Lisboa : Biblioteca Museu República e Resistência : Centro de Investigação e Debate da História Contemporânea Portuguesa, D.L. 2000. 198, [1] p.





Mercedes Prieto

merce.prieto@sapo.pt

A VALSA MANDADA

RESUMO

O concelho de Santiago do Cacém possui uma rica história, com muito património cultural, material e imaterial que pretende divulgar e salvaguardar. O objeto deste estudo é a valsa mandada, exemplo do património imaterial coreográfico deste concelho do litoral alentejano. A prática da valsa mandada é lembrada em diferentes freguesias, com especial importância em S. Francisco da Serra. Neste artigo são analisados os aspetos sociais e coreográficos desta dança tão especial por ser de grande beleza e bastante complexidade.

ABSTRACT

The municipality of Santiago do Cacém has a rich history with a wealth of tangible and intangible cultural heritage that it aims to promote and safeguard. The object of this study is the valsa mandada, an example of the intangible choreographic heritage of this municipality on the Alentejo coast. The practice of the valsa mandada is remembered in different parishes, with special importance in S. Francisco da Serra. This article analyses the social and choreographic aspects of this dance, which is so special due to its great beauty and great complexity.

PALAVRAS-CHAVE

Valsa mandada | Mandador | Mandos | Figuras

KEYWORDS

Called waltz | Dance caller | Calls | Figures



1. INTRODUÇÃO

Sendo esta uma revista de salvaguarda, história e património, contextualiza-se a valsa mandada como uma manifestação expressiva da história e da cultura do Alentejo Litoral.

Diversos autores afirmam que a dança é uma atividade artística tão antiga como a humanidade (Balcells, 2000; Ossona, 1988; Passi, 1991; Russo, 1997). Existem evidências da prática da dança em diferentes ilustrações presentes em cavernas como as de Cogull, em Lérida, Espanha, realizadas entre o Paleolítico e a idade de Bronze. Na rocha, além de desenhos de touros e cervos, destaca-se o que foi denominado de dança fálica em que aparece representado um grupo de nove mulheres, "as dançarinas de Cogull", rodeando e dançando à volta de um homem nu, no que parece ser um ritual da fecundidade (Santos e Letria, 2022). De acordo com Balcells (2000), a existência de iconografia de seis mil anos de antiguidade, mostra danças rituais da cultura egípcia, bem como as figuras de barro de Palaikastro em Creta, indicadores da existência de dança na cultura grega. Também, Pasi (1991), acrescenta que tanto Etruscos como Assírios, Hindus, Chineses, Astecas e Maias deixaram sinais das suas danças. Este autor refere o crescimento das organizações sociais como responsáveis pela mudança das celebrações dos rituais de gestos espontâneos em obras de arte onde se aprecia a beleza, tal como acontecia na Grécia.

Noack (1992) afirma que nos primeiros estágios de desenvolvimento da humanidade, a dança, o movimento e o gesto, eram a linguagem com que os homens comunicavam, não só com o desconhecido mas também uns com os outros. Mesmo antes de se desenvolver a linguagem verbal e de se fixarem padrões de "passos" no ritual, o movimento, o som e o gesto eram usados como expressão e comunicação dos sentimentos e experiências de forma corporal, como afirma Chaves: "O homem dança para representar a transcendência do espírito dentro de si próprio e diante dos mistérios da natureza" (Chaves, 1937, p. 141).

Segundo Alvarenga e outros (2011), o ato de dançar está relacionado com o saber fazer e estar diretamente conectado com a vida, e não exclusivamente com o aspeto estético. Com efeito, no National Dance Education Organization, é referida a grande importância da dança para o sentido de pertença à comunidade.



"Os seres humanos movem-se por prazer, para expressar-se, para ligar-se a comunidade com a qual celebrar rituais. Comemora o jogo, a oração, o cortejo, a recreação, o entretenimento e a necessidade humana de comunicar o significado da vida na arte" (NDEO, 2005, p. 4).

Da mesma forma a dança, que se constitui como um conjunto de gestos, está relacionada com cada cultura, apresentando-se com características próprias, relacionadas com a idiossincrasia de cada povo. *"A dança reflete a natureza humana e transmite os valores e crenças da sociedade da qual a dança emerge"* (NDEO, 2005, p. 4).

O historiador Daniel Tércio no seu belíssimo livro *"Dança e a azulejaria"* (1999) relata como a dança em Portugal teve uma grande importância ao longo do século XVIII porque estava associada aos valores elitistas, sendo uma das disciplinas do Real Colégio dos Nobres. Este autor descreve a prática da dança como uma condição de cortesia dos nobres e fidalgos em Portugal, no século XVIII, que seguiam as modas de Espanha, Itália e França. Porventura era de grande apreço ter conhecimentos e desenvoltura na execução da dança por esta *"dar vigor ao corpo, lhe comunicar bom ar e graça"* (p.125) citando Martinho de Mendonça Pina e Proença (1734), no projeto de civilidade que visava alargar a cortesia a estratos mais amplos da sociedade. Com efeito, eram de grande importância os bailes organizados nos salões dos palácios portugueses, seguindo as modas que vinham de França e Itália, onde se dançavam os minuets e as contradanças. Também são referidas citações onde as contradanças são aconselhadas para evitar o sedentarismo das damas.

"Em 1791, Francisco José de Almeida declara que o exercício de contradanças convém a todas as idades, e he hum movimento muito vivo, que excita alegria e distração. Enfim, para este autor não existiria entretenimento mais útil nem um remedio mais prompto para emendar a vida ociosa, e sedentária das nossas damas, principalmente no inverno quando a intemperança do tempo impede os passeios ao ar livre" (Tércio, 1999, p. 126).



Curiosamente, a origem da contradança é o meio rural da Inglaterra, onde já era conhecida no século XVI e foi muito bem aceite pela nobreza inglesa que a denominou "*country dance*". O editor John Playford recolheu estas danças na publicação "*The english dancing master*" do ano 1651, chegando a reunir 535 coreografias diferentes. O repertório das "*country dances*" atingiu muito êxito, ultrapassando fronteiras, sendo muito famoso nas diferentes capitais europeias, em particular em Paris onde se lhe atribuiu o nome de "*contredanse*", por sua vez "*contradanza*" em Espanha e contradança em Portugal (Prina e Padovan, 1995; Queirós, Monteiro & Leite Castro, 2021).

No concelho de Santiago do Cacém viveram famílias de fidalgos com ligações aos Pantoja e à família real, desde o século XV até ao século XVIII. No primeiro número da revista Salvaguarda (2023), no âmbito do artigo sobre as quintas de Santiago do Cacém, é referido o fidalgo José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de Aboim, último descendente masculino da nobre casa dos Morgados da Carreira (Gentil, 118), cuja educação deverá ter contemplado a aprendizagem das danças da moda, como as contradanças do século XVIII, seguramente ensinadas por algum mestre. O baile da pinha realizado em diferentes lugares do Alentejo, é outro exemplo de contradança, que finaliza com uma valsa a pares, na qual há personagens como o rei e a rainha, que ainda conserva o mandador e alguns nomes de figuras em francês, representando os dois universos coreográficos, por um lado a contradança mais antiga, com movimentos espaciais e figuras de grupo, por outro lado a valsa mais recente, de pares unidos que rodopiam.

Com o passar do tempo e as consequentes mudanças na sociedade, chegam novas danças de pares vindas da Europa, nomeadamente a polca, a mazurca e a valsa. Neste contexto podem ter havido fusões da contradança de grupo com a valsa a pares, hipótese que defende Coquelin (2022), que classifica as valsas mandadas como danças de pares, com figuras das contradanças, nas quais se conserva a figura do mandador.

2. A VALSA DO ALENTEJO LITORAL – UMA DANÇA MANDADA

Os "*bailhos ou funções*", em particular a valsa mandada, estão na memória das pessoas mais idosas do concelho de Santiago do Cacém. As recolhas e registos feitos por Marchi e colaboradores (2010), referem um grande domínio da po-



pulação rural na execução da valsa mandada, desde a segunda metade do século XIX. Esta valsa, tal como as valsas chegadas da Europa, é dançada aos pares com um ritmo ternário, contudo têm especificidades, por ser uma dança social de roda, na qual existe uma pessoa que dá os “mandos” das figuras que todo o grupo realiza de forma sincronizada. Todos os pares da roda respondem aos mandos, obedecendo ao aspeto rítmico, espacial e gestual de forma simultânea. Cada mando é uma palavra ou frase como um código dominado por todos os bailadores da roda; as pessoas que não conhecem esta linguagem não podem dançar a valsa mandada. É este aspeto que fazia da valsa mandada um conhecimento exclusivo das pessoas que participavam nos bailes de São Francisco da Serra e de outros lugares rurais do litoral alentejano.

O mandador é aquele que indica, com recurso à sua voz, o nome das figuras a executar, sem uma ordem predefinida, improvisando as sequências de mandos e que sabe executar os movimentos com grande mestria (Coquelin, 2022; Queirós e col. 2021). Uma das hipóteses para a existência de um mandador, avançada por Queirós e Col. (2021), é a dança, nestes bailes populares, ser o resultado de uma tentativa de reprodução dos diferentes passos e figuras dos bailes e aulas dos fidalgos, observados pelas pessoas que pertenciam ao serviço das casas nobres.

É importante referir a existência de mandadores ou guias que não utilizam a voz mas sim os movimentos do corpo como acontece nas danças da Galiza, a muiñeira e a jota. Nos Estados Unidos da América, distinguem os mandadores que não dançam, denominados de “caller”, e os que dançam como “cuer”; os primeiros além de saber dançar, organizam os pares, animam com canções e brincadeiras, partilhando o palco com os músicos, de onde vão orientando as figuras nas “square dancing, contra dancing and clogging”. Os “cuer” fazem parte da dança e devem ser o mais discretos possível, dando apenas as indicações das figuras a realizar. Também em Portugal existem diversas especificidades de mandadores como a do baile mandado no Algarve, no qual o mandador também está fora da roda de bailadores e faz brincadeiras, sendo equivalente aos “caller” americanos. Mas nas ilhas dos Açores o mandador está na roda a dançar e além de dar os mandos também fala e brinca para confundir e enganar os pares que estão na roda a dançar, à moda de diversão. Todavia há outra variante que é a do mandador das rodas do vira do Minho, que faz contagens ou utiliza a palavra, apitos ou assobios para indicar o início ou o fim da figura nas canas verdes, *viras* e *chulas*.



Os responsáveis por dar os mandos na valsa mandada eram os homens que estavam na roda a dançar. Segundo Marchi e outros (2010), havia uma ordem, o primeiro era o homem do casal que iniciou a roda, depois de finalizar o conjunto de mandos este passava a vez ao homem seguinte, em sentido contrário ao dos ponteiros do relógio ou à sua direita, com a frase "fica no singelo e manda adiante". Deste modo o homem seguinte continuava com outra sequência improvisada, aportando novas combinações e desafios na maneira de anunciar e por vezes aumentando a complexidade do encadeamento das figuras.

Atualmente o mandador já não tem de ser um homem, podem ser mulheres que conheçam bem as figuras e o momento no qual devem indicar o mando. As professoras Ana Silvestre e Fortunata Ratinho são o exemplo de duas mandadoras que transmitem esta dança em diferentes contextos como o educativo e o lúdico.

3. A VALSA – UMA DANÇA DE SALÃO E DE TERREIRO

A valsa é uma dança de pares cujas origens estão na Alemanha e na Áustria onde eram dançadas nos salões durante o século XIX. O nome procede da palavra alemã waltz. Era geralmente dançada por dois elementos do sexo oposto, quebrando os costumes mais conservadores que não viam com bons olhos que um homem agarrasse uma mulher pela cintura e comesçassem a rodopiar pelo salão, passando por isso a ser considerada uma dança imoral e vulgar (Santos, 2022). Apesar da conotação negativa, a valsa ficou muito famosa e espalhou-se por todo o mundo, tornando-se uma das danças mais populares durante o século XX, tanto a nível social como em competição (Rosado, 2007).

O passo base consiste em três apoios alternados de pés cujo ritmo corresponde aos três tempos do compasso ternário, sendo o primeiro apoio o que tem a acentuação (1,2,3). Pode ser realizado na lateral, para a frente, para trás ou na diagonal. Segundo Alves (2013) tabela 1 p. 328, que faz referência aos passos fundamentais da dança tradicional, este passo está enquadrado no grupo dos movimentos com combinação de passos e saltos cujo padrão é "SCS" onde S é step ou passo e C é close ou fecha. Neste artigo a autora apresenta também os nomes dados para este passo, presente em muitas coreografias das danças tradicionais em todo o mundo. Assim, o termo em francês é *pas de valse*, em



inglês é o waltz e em português o passo de vira valseado ou o passo valseado. São dadas descrições deste passo por diferentes autores:

Pas de valse: Il se fait sur trois appuis, lent/vite/vite (ou long/court/court). Il peut être exécuté sur place et en tournant; seuls et à deux.

Waltz: Step forward left (count 1), step sideward right (count 2), close left to right, and take weight left (count 3).

(Alves, 2013, p. 332)

O passo base na valsa mandada, a partir dos vídeos observados, é uma simplificação do passo da valsa. Este consiste na realização de um apoio que dura os três tempos do compasso ternário. Pode ser realizado em diagonal para a direita ou para a esquerda. Contudo, o passo de valsa com os três apoios alternados é realizado para que as figuras sejam mais dinâmicas e também quando as pessoas que as dançam são jovens.

A posição do par na valsa popularizada que se dança nos bailes de terreiro e nas festas é fechada e a trajetória do movimento consiste em deslocar-se no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio ou inverso, rodopiando. Cada par segue a velocidades diferentes e alguns até não se deslocam e ficam sempre no mesmo lugar. Os pares são independentes entre si, enquanto na valsa mandada todos estão sincronizados e interligados.

Na valsa mandada a posição do par é semiaberta ou aberta (Harris et al., 1994) com o guia do lado direito do seguidor ou, segundo Rosado (2007), também denominada de contra promenade na nomenclatura das danças de salão, quando o lado esquerdo do homem está em contacto com o direito da senhora, formando um "v".

A formação espacial dos pares é de roda simples, orientada para o centro. Esta é a melhor organização para que todas as pessoas consigam ver e ouvir as instruções e encadeamento das figuras.

Os instrumentos musicais referidos na pesquisa de Marchi e col. (2010), são o acordeão ou a concertina. Contudo também terá sido usada a guitarra ou gaita de beijos. Na atualidade são utilizados diversos instrumentos como o violoncelo, tal como acontece no grupo "Siga Bailando".



4. DESCRIÇÃO DAS FIGURAS OU MANDOS

Os mandos mais habituais e conhecidos foram descritos no Caderno de danças do Alentejo (2010).

A nossa classificação pretende organizar os mandos em função da sua simetria. Isto é, aqueles que se fazem da mesma maneira para a direita e para a esquerda onde os movimentos do par são simétricos, ou seja, quando um elemento do par move o pé direito, o outro move o esquerdo, em espelho. São estes o singelo, os corridos, a voltinha, os rasteirinhos e o batidinho.

Denominamos mandos assimétricos aqueles que têm variações conforme a lateralidade seja à direita ou à esquerda. São estes o *passa por diante*, *meia cadeia*, *cadeamos por cima*, *passa e fica* e *passinho dobrado*.

Ainda existem os mandos únicos que são feitos apenas numa direção e sentido, como o *vira para fora com a parte à Franciscana* e a *cadeia dobrada por detrás das costas*.

Em quase todas as figuras o primeiro apoio é feito com o pé próximo do par. Isto é, o guia com o pé esquerdo e o seu par com o direito.

A dança tem início sempre com o singelo à esquerda. Sempre que se finaliza uma figura, regressa-se a este passo novamente.

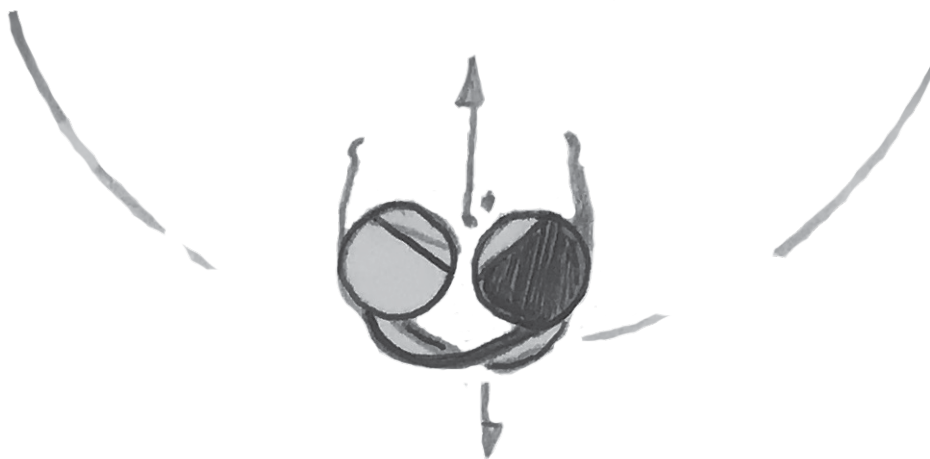


Figura 1 – Par [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



Na figura 1 podemos ver a posição do par na qual o guia é o círculo preenchido. O braço esquerdo do guia passa por cima do braço direito do par por detrás das costas. As mãos são dadas ao nível do ombro.

4.1. MANDOS SIMÉTRICOS

4.1.1. Singelo: à Direita ou à Esquerda

É uma transferência de peso de um pé ao outro fazendo um balanço. Cada apoio dura os três tempos do compasso.

No singelo à esquerda: começam a pisar com pé esquerdo do guia e direito da que o segue e rodam 1/8 de volta, transferem o peso para o outro pé.

Para passar do singelo à esquerda para o singelo à direita deve-se rodar 1/4 de volta sobre o eixo que formam o tronco e as pernas em contacto do par.

Na figura 2 já aparece o início de uma valsa mandada onde se começa a balançar frente e trás, unem-se as mãos e à voz do mandador singelo à esquerda, os pares começam a rodar para a esquerda e para a direita.

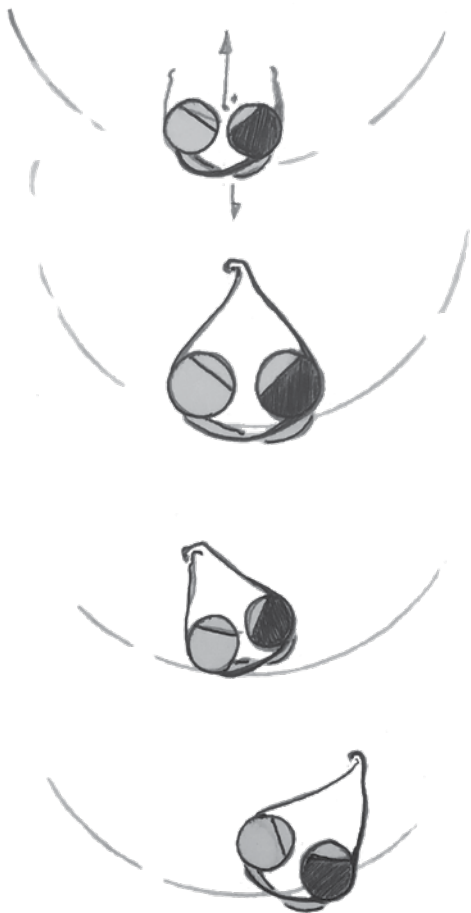


Figura 2 – Movimento espacial, sequência do passos singelo [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.1.2. Corridos

4.1.2.1. Três Corridos à Direita ou à Esquerda

São passos de marcha que duram um compasso ternário. Os três corridos são três passos a realizar junto do par em simetria de reflexão (espelho) para a direita ou para a esquerda.

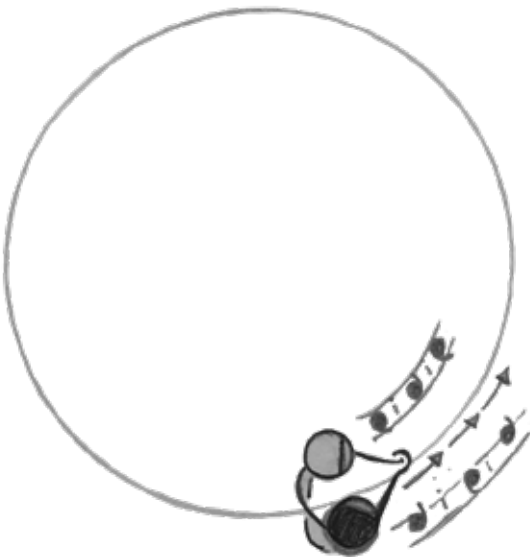


Figura 3 – Movimento espacial, três corridos à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

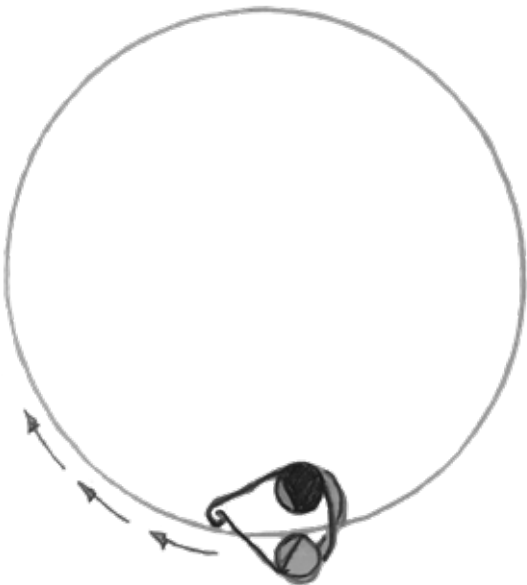


Figura 4 – Movimento espacial, três corridos à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.1.2.2. Furta

Três corridos e furta um, são três passos de marcha avançando e um passo recuando.

O último batido. Quando se indica que o último é batido significa que o terceiro apoio tem mais força e bate no chão com toda a base do pé.

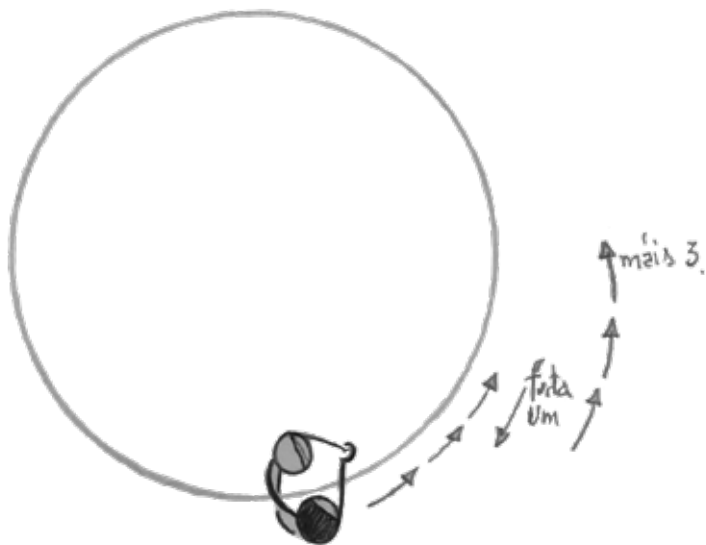


Figura 5 – Movimento espacial, três corridas à direita, furta um mais três [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

4.1.2.3. Virar o Par

Virar o par é mudar o sentido da marcha 180.º, mantendo a posição e mudando a pega e o lado em contacto com o par.

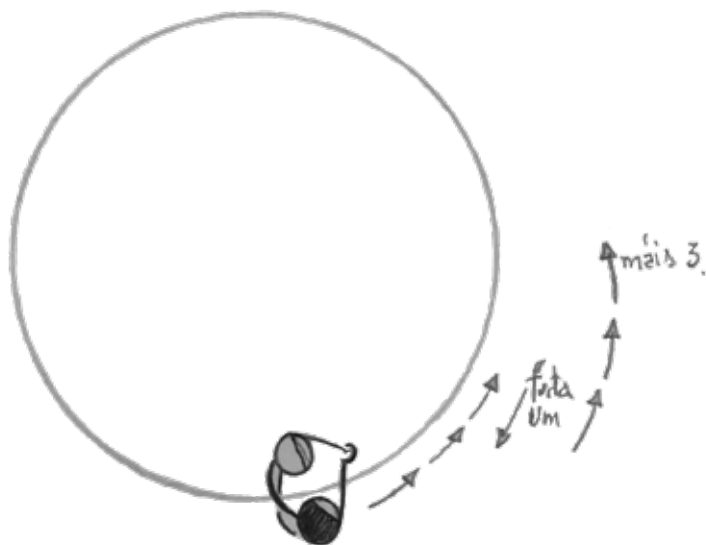


Figura 6 – Movimento espacial, três corridos à direita, vira o par e três à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.1.3. Voltinha: à Direita ou à Esquerda

Consiste em rodar com o par: dar uma volta completa em seis passos singelos ou quatro passos de valsa. Quando a voltinha é à direita a rotação é no sentido dos ponteiros do relógio. Finaliza com o singelo para a direita.

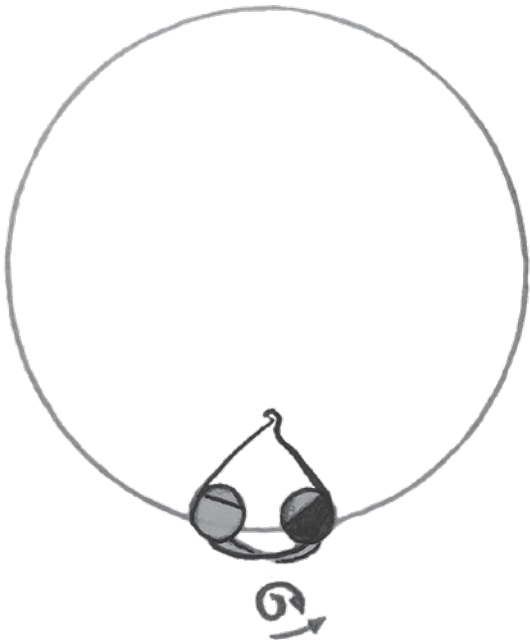


Figura 7 – Movimento espacial, voltinha à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

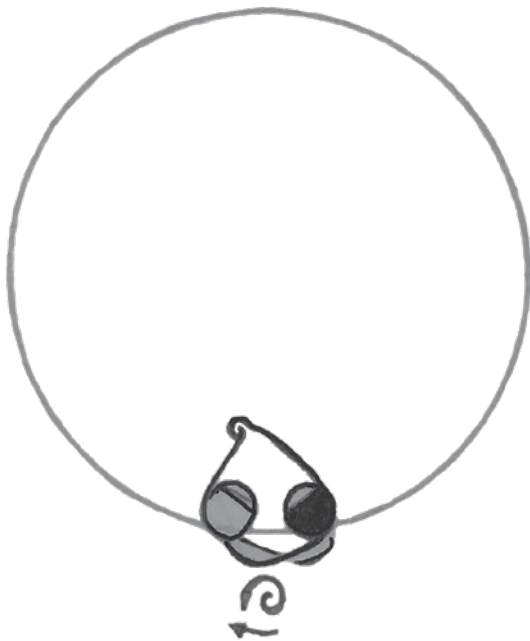


Figura 8 – Movimento espacial, voltinha à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.1.4. Dois Rasteirinhos: à Direita, à Esquerda, à Frente e Atrás

Realiza-se com três apoios em dois compassos musicais. O movimento faz-se deslizando os pés pelo chão. Pode ser feito para as quatro direções.

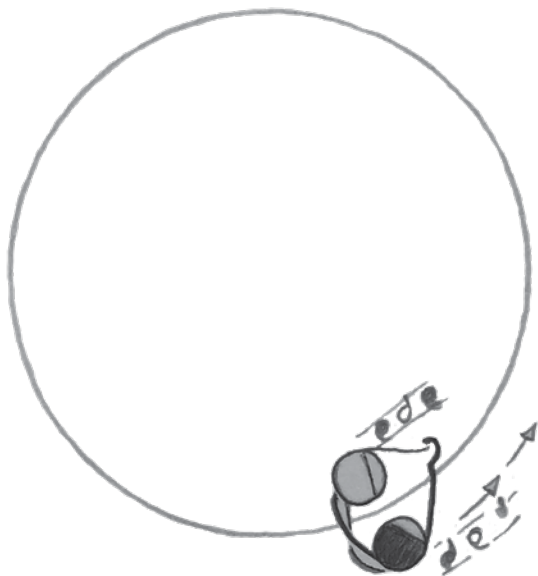


Figura 9 – Movimento espacial, dois rasteirinhos à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

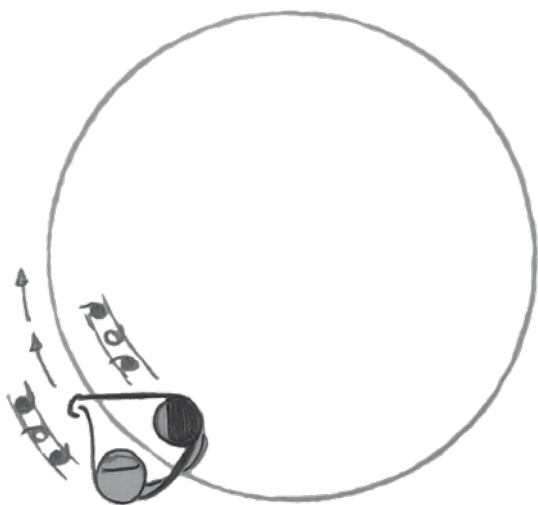


Figura 10 – Movimento espacial, dois rasteirinhos à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.1.5. Batidinho

Pode ser feito para a direita, para a esquerda ou para o meio. São quatro apoios alternados batendo com os pés no chão com maior acentuação no último. Começa a contar o pé próximo do par. Esta figura também é utilizada para finalizar a valsa.

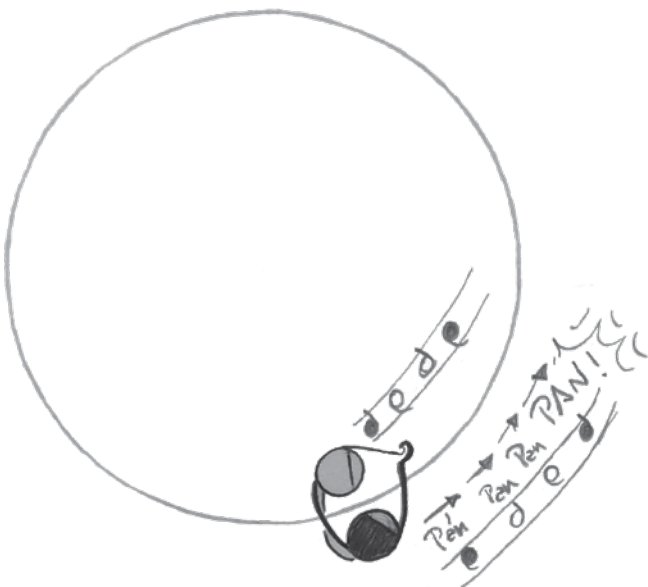


Figura 11 – Movimento espacial, batidinho à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez , S.d.

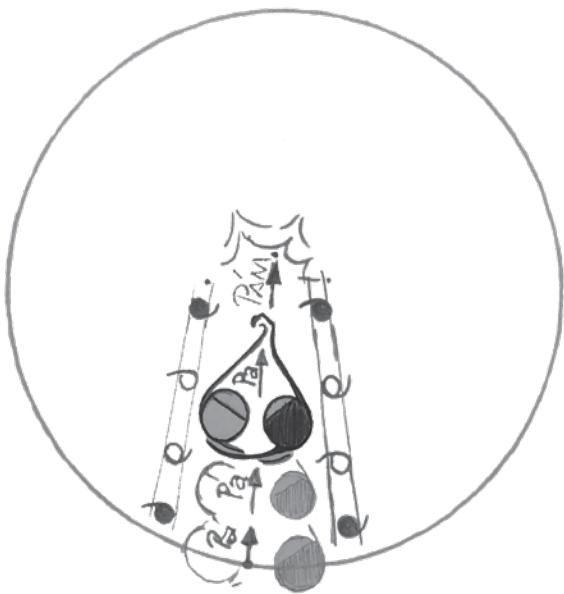


Figura 12 – Movimento espacial, vai um batidinho ao meio [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



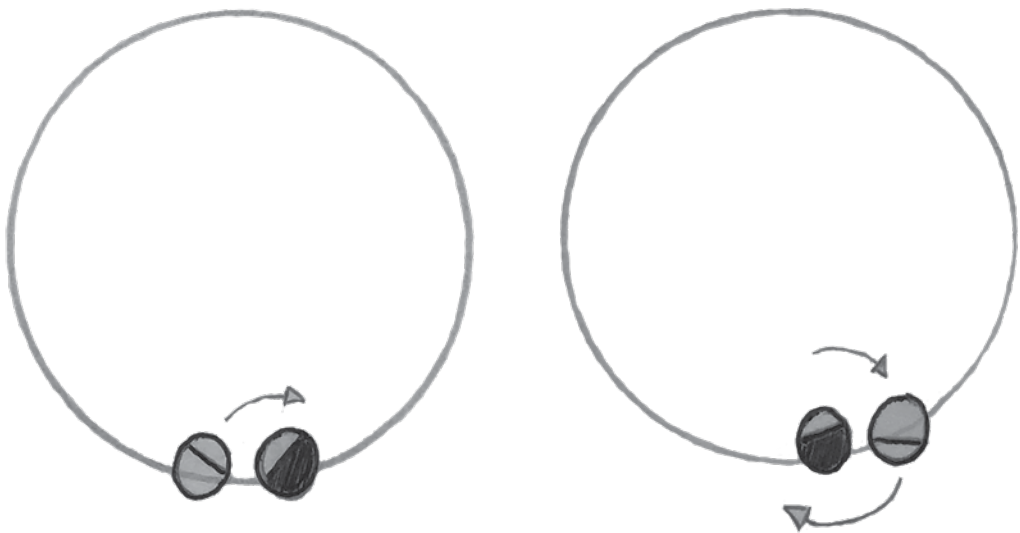
4.2. MANDOS ASSIMÉTRICOS

Todos são realizados em seis compassos exceto o passa e fica à esquerda que se faz em quatro.

4.2.1. Passa por Diante: à Esquerda e à Direita

Passa por diante consiste em soltar-se da pega do par e dar seis passos, um por cada compasso.

Para a direita - o movimento de dar a volta ao guia faz-se iniciando por diante deste e contornando até chegar à sua posição, finalizando para a direita.



Figuras 13 e 14 – Movimento espacial, passa por diante à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

Para a esquerda - o guia passa para a esquerda e a pessoa que é guiada passa por detrás do seu par e dá uma volta inteira contornando este até chegar ao seu lugar. A figura finaliza com o par agarrado e com o apoio dos pés para a diagonal esquerda. O guia fica marcando o passo singelo no lugar durante a figura.

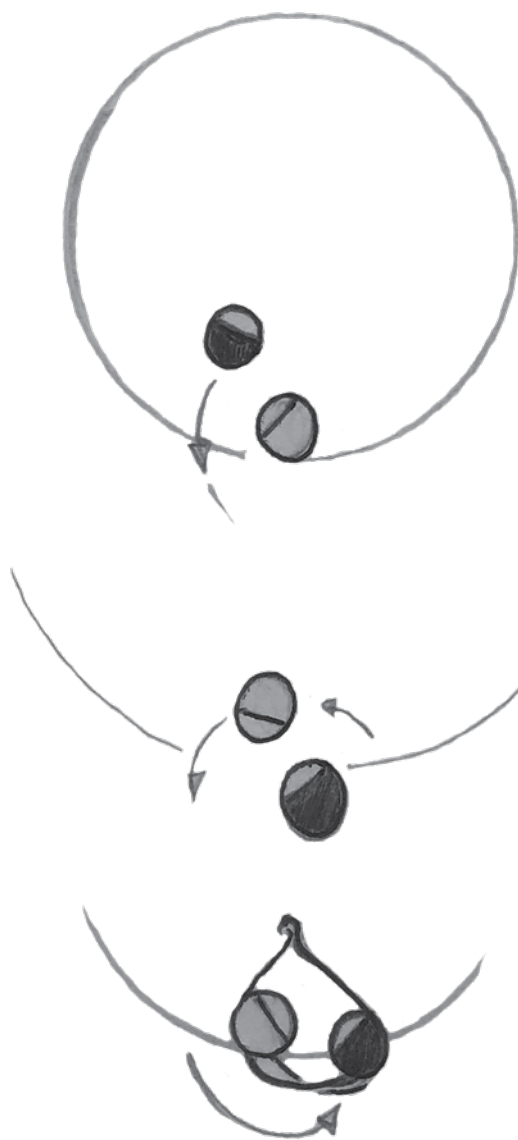


Figura 15 – Movimento espacial, passa por diante à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

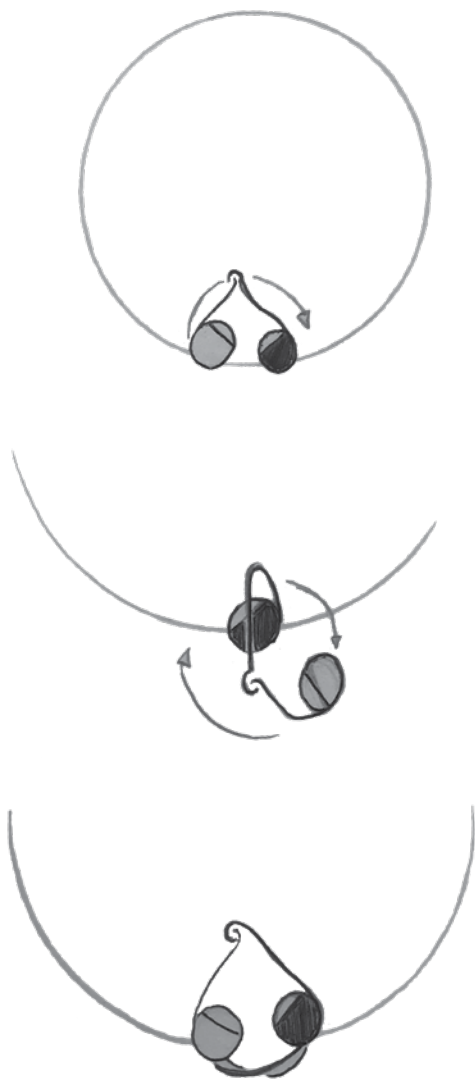
4.2.2. Meia Cadeia: à Direita e à Esquerda

Esta figura é igual a passa por diante mas nesta ocasião os pares estão unidos pelas mãos separando os braços atrás do tronco. Também se fazem os seis passos e a trajetória é a mesma que na figura passa por diante.

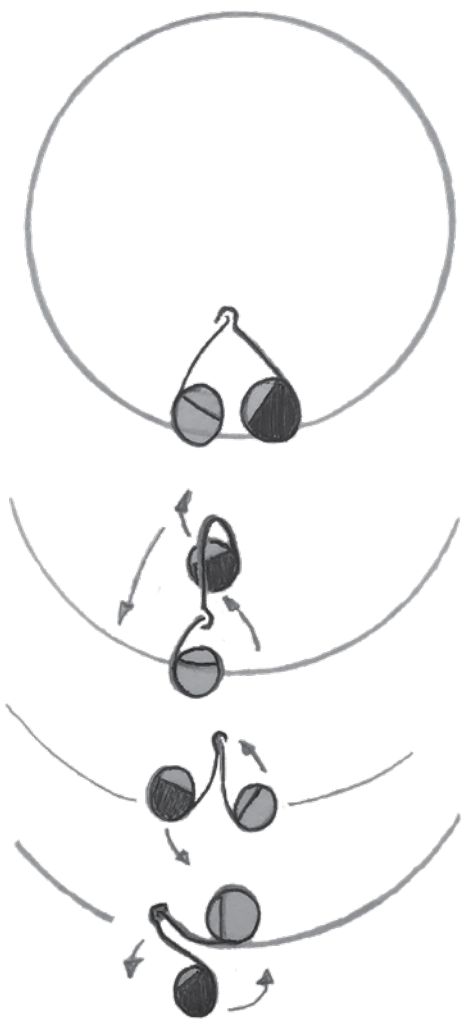


Meia cadeia à direita - a pessoa guiada passa por debaixo do braço do guia e contorna este por detrás das costas. No quinto compasso voltam a juntar os braços atrás das costas e no sexto ficam orientados para a direita.

Na meia cadeia à esquerda é o guia que passa por debaixo do braço e o outro elemento contorna o par até chegar ao seu lugar, acabando a figura para a esquerda.



Figuras 16 – Movimento espacial, meia cadeia à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



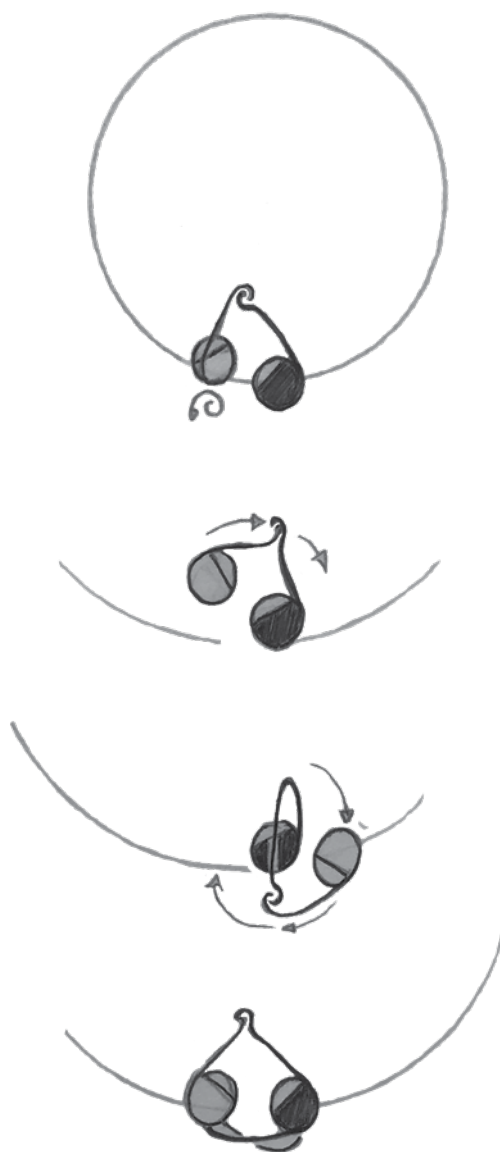
Figuras 17 – Movimento espacial, meia cadeia à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.2.3. Cadeamos por Cima: à Direita e à Esquerda

Para a direita ou para a esquerda começa com uma rotação de 360.º da pessoa guiada por debaixo do braço do guia.

Para a direita depois da rotação segue igual à figura da meia cadeia à direita. Para a esquerda é igual, primeiro faz-se a rotação seguida da meia cadeia à esquerda.

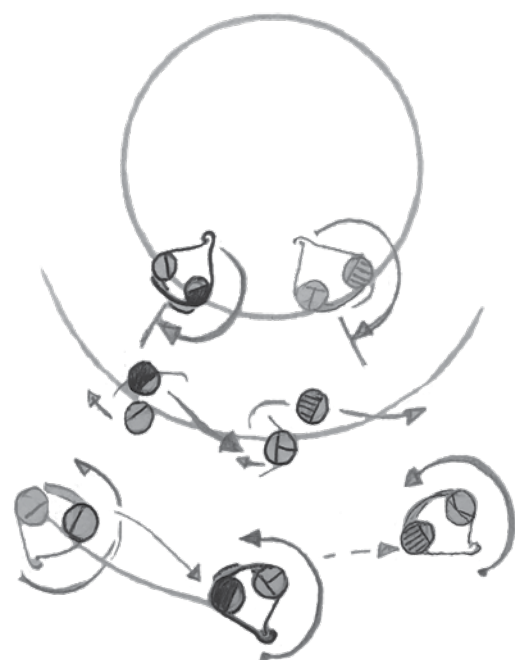


Figuras 18 – Movimento espacial, cadeamos por cima à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez , S.d.

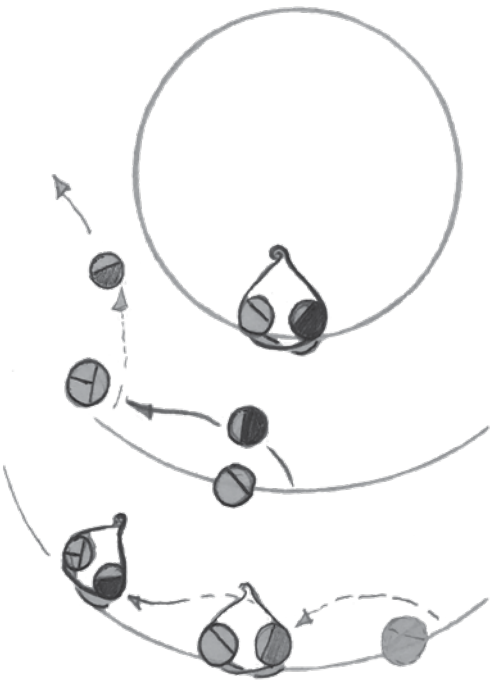


4.2.4. Passa e Fica: à Direita e à Esquerda

Passa e fica à direita faz-se em seis compassos e finaliza no singelo para a esquerda. Consiste em trocar de par, o guia fica com a pessoa do par da direita. A pessoa conduzida faz uma trajetória em forma de oito. Contorna o seu par como na meia cadeia à direita e troca de par passando por diante dele.



Figuras 19 – Movimento espacial, passa e fica à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



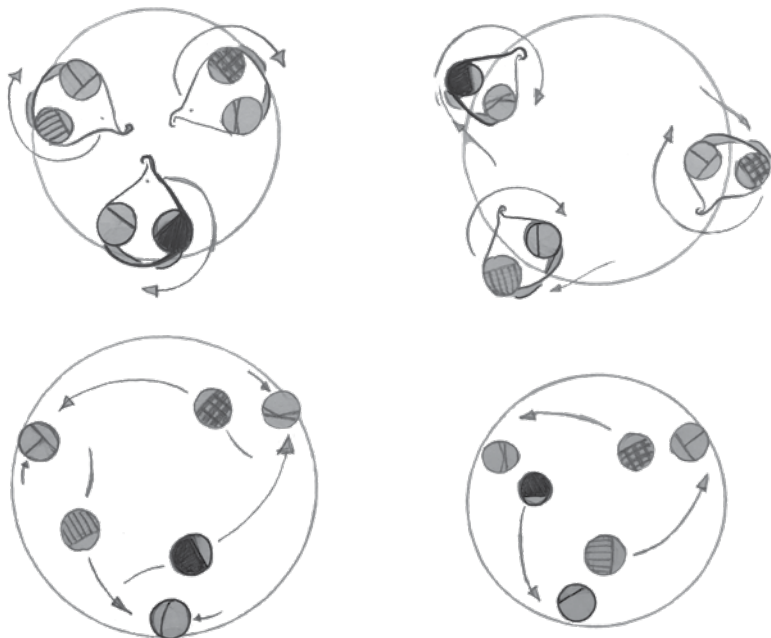
Figuras 20 – Movimento espacial, passa e fica à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

O passa e fica à esquerda é direto. O guia passa por diante do seu par por dentro da roda com quatro passos e segura o novo par da esquerda no terceiro compasso finalizando com o singelo para a direita.

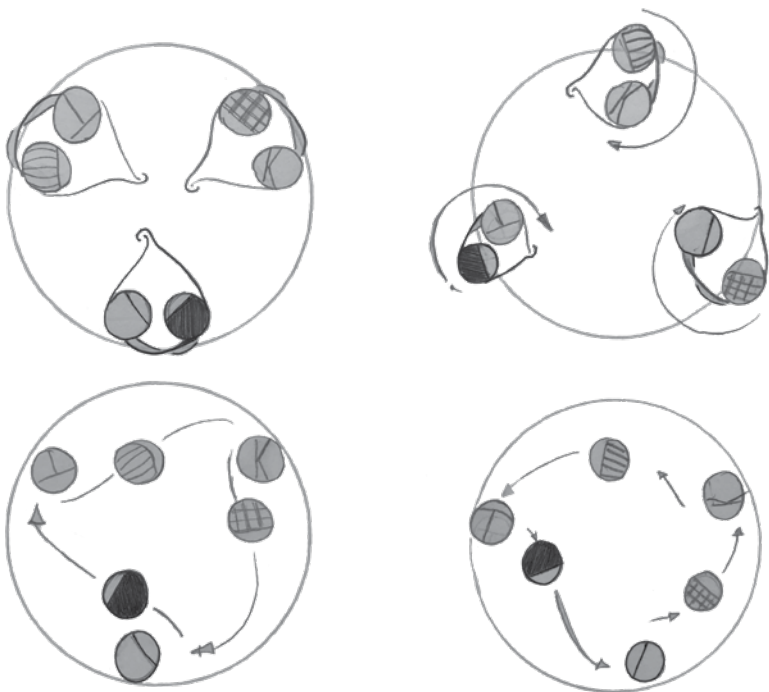


4.2.5. Passinho Dobrado: à Direita e à Esquerda

Esta figura começa como passa e fica à direita ou à esquerda mas não troca de par e volta ao seu par original.



Figuras 21 e 22 – Movimento espacial, passo dobrado à direita [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



Figuras 23 e 24 – Movimento espacial, passo dobrado à esquerda [Ilustração]. Sérgio Cabos Martínez, S.d.



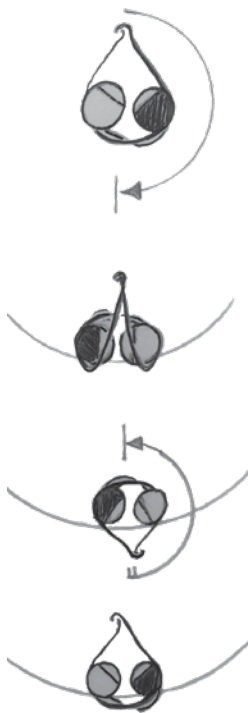
Figuras 25 – Vista geral da trajetória no passo dobrado [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.

4.3. MANDOS ÚNICOS

Realizam-se em seis compassos e só se realizam num único sentido.

4.3.1. Vira Para Fora Com a Parte à Franciscana

O par em posição semifechada roda pela direita 180.º com três passos e virados para fora da roda fazem uma inclinação de tronco para trás levantando os braços unidos pelas mãos. Voltam rodando pela esquerda com outros três passos base.

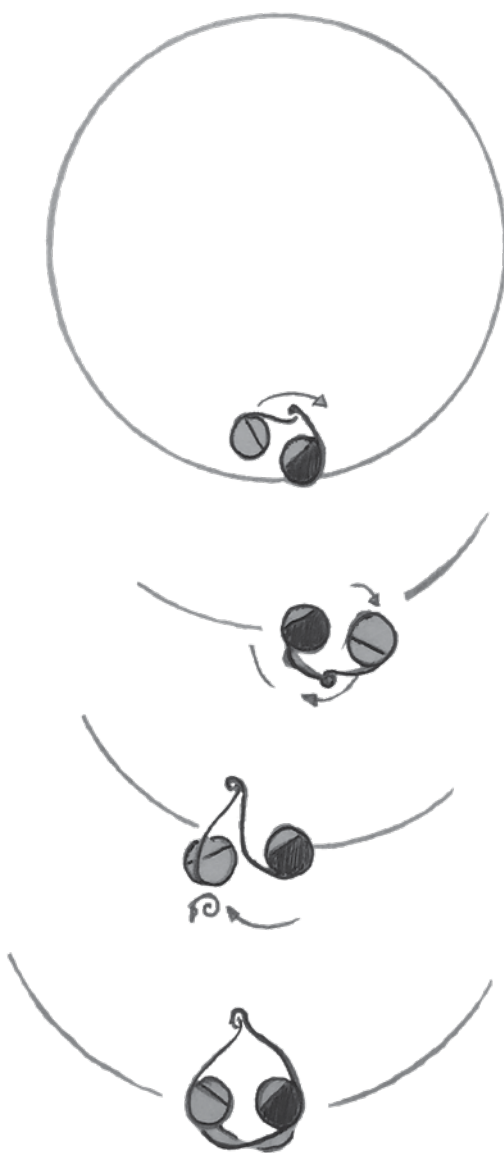


Figuras 26 – Movimento espacial, sequência de Vira para fora com a parte à franciscana [Ilustração]. Sérgio Cobos Martínez, S.d.



4.3.2. Cadeia Dobrada por Trás das Costas

A figura começa como na meia cadeia, separando os braços das costas. A pessoa guiada passa por diante do par, este leva o braço atrás das costas e troca de mãos, da direita para a esquerda, com a qual guia o par até ao seu lado esquerdo, com uma volta de 360.º no quinto compasso e ainda finaliza com o singelo para a direita.



Figuras 27 – Movimento espacial, cadeia dobrada por trás das costas [Ilustração]. Sérgio Cabos Martínez, S.d.



5. SALVAGUARDA E DIFUSÃO DA VALSA MANDADA

A Associação Pédexumbo, através de pesquisas, projetos e eventos de salvaguarda da valsa mandada, recolhe informações do aspeto social dos bailes chamados funções, realizados, desde a segunda metade do século XIX (Coquelin, 2022; Marchi e outros, 2010), pela população rural nas freguesias do concelho de Santiago do Cacém, São Francisco da Serra, Santa Cruz, São Bartolomeu da Serra, Santo André e também na serra de Grândola, nas freguesias de Santa Margarida e Melides. A importância e grandeza destes bailes muito concorridos, nos quais se dançava entre outras danças a valsa mandada, é também descrita pela etnomusicóloga Carla Nunes no documentário da Associação Pédexumbo “Manda Adiante” (2008), que atribui à valsa mandada uma prática corporal para manter a coesão social. Carla Nunes, citando Pereira (2008), refere que grupos de trabalhadores sazonais procedentes de Santo André se deslocavam para Alcácer do Sal para a monda do arroz, levando consigo a música e dança da valsa mandada. O facto de saber dançar a valsa mandada era uma competência de poucas pessoas conhecedoras dos códigos, que constituíam um círculo fechado no qual entravam apenas aqueles que soubessem dançar. Desta forma, os rapazes vindos de outras zonas do país ou de outras aldeias próximas ficavam excluídos e impedidos de dançar com as raparigas das aldeias da serra do litoral alentejano. Esta característica também é destacada por Guerreiro (2019), que refere as rodas compostas de muitos pares em que apenas poucos permaneciam até ao fim. Aqueles que não conseguiam acompanhar os mandos tinham de sair da roda. Cita ainda o Sr. Eusébio, um exímio mandador, que reforçava esta ideia de dança desafiante, onde as sequências de mandos dados procuravam enganar os outros pares.

As mudanças sociais e a falta de interesse dos jovens, provocaram o declínio e praticamente a extinção das funções no fim do século XX, ficando assim a valsa mandada apenas no repertório e nas apresentações dos ranchos e grupos etnográficos. Contudo, durante o século XXI esta prática dançada tem sido alvo de interesse, trazendo novamente a valsa mandada aos bailes. O professor Manuel Araújo foi uma das pessoas mais importantes na recuperação e divulgação da valsa mandada. Começou no ano 2009 a dinamizar bailes no Centro de Dia de Melides e atualmente continua a lecionar, juntamente com a sua esposa, a professora Luísa Araújo, aulas de valsa mandada na Universidade



Sénior de Santo André, no concelho de Santiago do Cacém e também noutros eventos pontuais como festivais ou cursos. Entre as diferentes estratégias que utilizam, estão os vídeos que explicam os mandos e que estão disponíveis na internet.

Desta rica atividade pedagógica surgiram mandadoras como Fortunata Ratinho, formada em educação física, que trabalha como técnica na Câmara Municipal de Grândola e que leciona semanalmente a valsa mandada. Numa entrevista recente, referiu as suas lembranças, de quando tinha apenas 9 anos de idade, da valsa mandada nos bailes em São Francisco da Serra e em Santa Margarida. Contudo, só conseguiu começar a dar os mandos após uma formação denominada “Enraizar-te”, organizada pela Câmara Municipal de Grândola, no ano 2019, e ministrada pelos professores Manuel e Luísa Araújo.

Outros dois formadores e artistas discípulos de Manuel e Luísa Araújo são Ana Silvestre e Sergio Cobos que, com o grupo “Siga Bailando” e também de forma individual, ensinam a valsa mandada por todo o país e ainda na Galiza, País Basco e Madrid.

É incontornável a valorização do papel da Associação Pédexumbo na salvaguarda e disseminação da valsa mandada. Desde 2007 que esta associação deu início a trabalhos de diversa índole que tiveram grande impacto no Alentejo e até em muitas outras zonas do país. Desde o primeiro festival, realizado em Santa Margarida da Serra no ano 2007 até agora, foram realizados: o filme “Manda Adiante” (Pereira, 2008) que contou com o apoio da Câmara Municipal de Santiago do Cacém; o livro “Caderno de Danças do Alentejo” de Marchi e col. (2010); a brochura “Para conhecer e fazer” (Guerreiro, M., 2019); o projeto “De volta aos bailes mandados” (Coquelin, 2022) e muitas oficinas programadas nos festivais como o “Andanças” e o “Entrudanças”. Algumas formações pretendem chegar aos docentes das escolas como a ACD (Ação de Curta Duração) dos bailes mandados (2024), organizada em Melides, com a colaboração do Centro de Formação do Alentejo Litoral. Também a nível da performance, foi realizado um espetáculo pela coreógrafa Clara Andarmatt, denominado “Fica no Singelo” (2013), no qual era dançada uma valsa mandada, com adaptações em que não havia pares, mas em que os mandos eram improvisados e realizados de forma individual, com um aumento progressivo da velocidade, até atingir um andamento quase impossível. Este mesmo espe-



táculo apresentava um baile para o público, no qual Mercedes Prieto e Ana Silvestre ensinavam a valsa mandada e o processo de transformação apresentado na performance.

Há ainda a acrescentar a existência de uma escola de dança em Grândola e Santiago do Cacém denominada “Artfusion” que tem uma coreografia da valsa mandada estilizada para espetáculo, cujos bailarinos são jovens destes concelhos.

No festival “Entrudanças” (2025), em Castro Verde, organizado pela Associação Pédexumbo, a professora Ana Silvestre dirigiu uma oficina de valsa mandada, no dia 2 de Março, para que as pessoas presentes conseguissem dançar no baile. Mercedes Prieto registou a última valsa mandada desta oficina que se descreve de seguida.

Estavam presentes na roda 25 pares, muitos constituídos por duas mulheres, e os mandos que se realizaram foram dados sempre pela Ana Silvestre na seguinte ordem: singelo à esquerda, três corridos à direita, mudamos o par e três à esquerda, mudamos o par e três à direita, vai ao singelo, dois rasteirinhos à esquerda, voltinha à direita, voltinha à esquerda, tudo certo, dobra pra fora com a parte à franciscana, singelo à esquerda, meia cadeia à direita, meia cadeia à esquerda, singelo à esquerda, dobra pra fora com a parte à franciscana, três corridos à direita, arrecua três e avança três, o último é batido, voltinha à esquerda, três corridos à direita, passa por diante à direita, singelo à esquerda, passa e fica à direita, passa e fica à direita, três corridos à direita, três corridos à esquerda, batidinho à esquerda, voltinha à esquerda, três corridos à direita, arrecua um, mais três, meia cadeia à direita e meia cadeia à esquerda.

No baile que se seguiu, com música ao vivo pelo grupo “Siga Bailando”, foi dançada outra valsa mandada pela voz da Ana Silvestre e houve muitos mais pares a dançar, pelo que verificámos que este código já se encontra no conhecimento de muitas pessoas. Deixou de ser uma dança exclusiva de algumas pessoas do Alentejo Litoral, para ser do domínio de outro grupo de pessoas que fazem parte do movimento *folk* de Portugal.



6. CONCLUSÃO

Portanto, podemos dizer que no ano 2025 a valsa mandada está viva e de boa saúde, adaptada ao contexto atual. No século passado teve uma grande presença nas aldeias da serra, nos concelhos de Santiago do Cacém e Grândola, onde era parte da vida das pessoas do meio rural até aos anos 60. A partir daí, a transmissão do património gestual e sonoro às gerações seguintes sofreu eventuais modificações devido à miscigenação e às mudanças naturais que acontecem na vida das pessoas (Araújo, Prieto & Bezelga, 2012).

É o caso dos bailes *folk* realizados em contextos urbanos com uma função lúdica e inclusiva, onde se encontram pessoas de diferentes lugares que se movem por prazer, para fazer parte de uma comunidade em que se celebra a vida através da aprendizagem e recriação de diferentes danças, entre elas a valsa mandada.

Também há evidências artísticas do sentido estético, da beleza da música e das figuras, como vocabulário e matéria prima das performances de companhias de dança, ou na conservação etnográfica pelos ranchos da região.

Contudo, deve existir mais formação nas escolas desde os primeiros anos de vida, passando pela adolescência para que os códigos e as possibilidades de criar e mandar sejam do domínio de todos. Fica aqui o desafio à Câmara Municipal de Santiago do Cacém para que organize eventos, formações e performances, de forma a valorizar esta formosa dança.



BIBLIOGRAFIA

- ALVARENGA, A. F. ; PEREIRA, A. M. ; MORTARI, K. S. M. – A dança em contexto escolar : algumas contribuições da motricidade humana para a efetivação de uma praxis transformadora. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESCOBRIR A DANÇA / DESCOBRINDO ATRAVÉS DA DANÇA, Cruz Quebrada, 2011 – **Livro de atas**. Cruz-Quebrada : Faculdade de Motricidade Humana, 2011. 1 CD-ROM.
- ALVES, M. – Fundamentals of traditional dance : similarities and differences from international folk dances. In *Sharing cultures : proceedings of the 3rd International Conference on Intangible Heritage*. Barcelos: Green Lines Institute, 2013. 1 CD-ROM.
- ARAÚJO, L. ; PRIETO, M. ; BEZELGA, I. – Danza tradicional na escola : relato de dúas experiencias de inclusión da danza tradicional no programa curricular do ensino básico. *Musicrearte* [Revista em linha]. Nº 1 (abril 2012), p. 43-53. Disponível em WWW: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/7435/1/musicrearte_digital_01_2012_art07.pdf.
- CASTAÑER BALCELLS, M. – **Expresión corporal y danza**. 1ª ed. Barcelona : INDE, 2000. 103 p. ISBN 84-95114-06-2.
- CHAVES, L. – Pantomimas, danças e bailados populares. *Revista Lusitana*. Lisboa. Vol. 35, n.º 1-4 (1937), p. 141-154.
- COQUELIN, S. – De volta aos bailes mandados. Évora : Pédexumbo, 2022.
- FONTANA, I. ; SÉBIRE, A. – Danse traditionnelle a l'école [Em linha]. [Paris] : Académie de Paris : USEP, 2011-2012. Disponível em WWW: https://usep44.org/docs/Dances_2011-12/document_danse_traditionnelle_2011_2012_2011-12-19_18-16-32_306.pdf.
- GARCÍA RUSO, H. M. – **La danza en la escuela**. 1ª ed. Barcelona : INDE, 1997. 157 p. ISBN 84-87330-59-2.
- GUERREIRO, M. – **Bailes mandados : a valsa mandada**. [Évora] : Pédexumbo, 2019. (Para conhecer e fazer ; 5). 12 p.
- HARRIS, J. A. ; PITTMAN, A. M. ; WALLER, M. S. – **Dance a while : handbook of folk, square, contra, and social dance**. 7ª ed. New York : Macmillan ; Toronto Maxwell Macmillan, cop. 1994. XVII, 551 p. ISBN 0023505818.
- MARCHI, L. ; PIEDADE, C. da ; MORAIS, D. – Caderno de danças do Alentejo. Évora : Pédexumbo, 2010. ISBN 978-989-96896-0-2. vol. 1.
- NDEO – **Standards for learning an teaching dance in the arts : ages 5 – 18** [Em linha]. Silver Spring (USA) : National Dance Education Organization, cop. 2005. 126 p. Disponível em WWW: [https://www.ndeo.org/Portals/NDEO/Standards%20Documents/Standards_for_L_T_Dance_in_the_Arts\(1\).pdf?ver=EzFey2kDcl8Q3bSixDTi-A%3D%3D](https://www.ndeo.org/Portals/NDEO/Standards%20Documents/Standards_for_L_T_Dance_in_the_Arts(1).pdf?ver=EzFey2kDcl8Q3bSixDTi-A%3D%3D).
- NOAK, A. – On a Jungian approach to dance movement therapy. In **Dance movement therapy : theory and practice**. London ; New Yorque: Tavistock/Routledge, 1992. XII, 277 p. ISBN 0415056594. p. 182-201.
- NUNES, C. – O baile popular no Alentejo : uma performance multidimensional. *ERAS : European Review of Artistic Studies* [Revista em linha]. Vol. 2, n.º 4 (2011), p. 1-24. Disponível em WWW: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/432962>. ISSN 1647-3558.
- OSSONA, P. – **A educação pela dança**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988. 173, [3] p. ISBN 85-323-0317-X.
- PASI, M. – **A dança e o bailado : guia histórico das origens a Béjart**. Lisboa : Caminho, 1991. 246 p. (Caminho da música ; 8). ISBN 972-21-0583-3.
- PEREIRA, T. – *Manda adiante : valsas mandadas na Serra de Grândola* [Registo video]. Évora: Pédexumbo, 2008. 1 disco DVD.



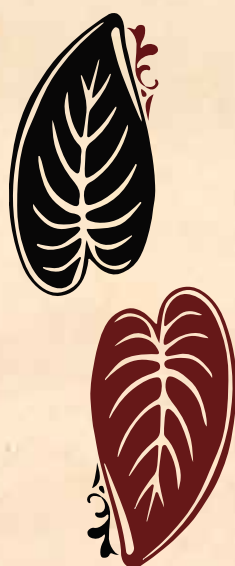
PRINA, F. C. ; RADOVAN, M. – **A dança no ensino obrigatório**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 160, [3] p. (Manuais universitários). ISBN 972-31-0893-3.

QUEIRÓS, H. ; MONTEIRO, L. ; CASTRO, D. L. – **Contradanças e quadrilhas durienses**. 1ª ed. Porto : U. Porto Press, 2021. 157, [2] p. (Transversal ; 4). ISBN 978-989-746-291-7.

ROSADO, M. C. – A dança na escola : programa de danças sociais. In **Dança em contextos educativos**. Cruz Quebrada : Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. 217 p. ISBN 972-735-146-6. p. 123 -129.

SANTOS, I. F. – **Dança : ativatório**. Il. André Letria ; consult. cient. Daniel Tércio. Lisboa : Pato Lógico, 2022. 72 p. ISBN 978-989-53546-3-4.

TÉRCIO, D. – **Dança e azulejaria no teatro do mundo**. Lisboa : INAPA, 1999. 158, [2] p. (História da arte). ISBN 972-8387-55-5.



MUNICÍPIO
SANTIAGO DO CACÉM
TERRA ÚNICA

arQuivo
MUNICIPAL
SANTIAGO DO CACÉM